AGORA É QUE SÃO ELAS: Desvendando o processo de incorporação das mulheres nas Forças Armadas de Brasil e Argentina

We now know that man is not the measure of that which is human, but men and women are. Men are not the center of the world, but men and women are.

(Gerda Lerner, 1986)

RESUMO

Estudo acerca da incorporação feminina nas Forças Armadas de Brasil e Argentina. A organização militar fechada e fiel aos seus valores prezou ao longo dos séculos por preservar sua dinâmica e homogeneidade. As mudanças do mundo pós-Guerra Fria criaram novas condições que tornaram incontestável a necessidade de uma modernização institucional e reordenamento da atuação das forças, entre elas enfatiza-se a possibilidade de participação das mulheres. A pesquisa tem o intuito de identificar o processo que permeou a incorporação feminina na instituição, para tanto, se propõe a realizar um recorrido histórico do processo, com o auxílio das ações e resultados obtidos nos Estados Unidos, uma vez que é o país que mais antecedentes proporciona sobre a temática. Com vistas a responder o questionamento: como ocorreu o processo de incorporação das mulheres nas Forças Armadas de Brasil e Argentina? Realiza-se uma análise do contexto nacional de ambos os países, permeado pela transição democrática e a reformulação das relações civis-militares, da mesma forma que à atuação dos movimentos de mulheres e às mudanças no contexto internacional. Em suma, a pesquisa se desenvolve em bases qualitativas, por meio da análise de bibliografia pertinente, recorre-se, também, a fontes primárias como atas de reuniões e entrevista.

Palavras-chave: Defesa, Forças Armadas, Mulheres, Brasil, Argentina.

ABSTRACT

Study on the incorporation of women in the armed forces of Brazil and Argentina. Over the centuries, the closed military organization faithful to their values preferred to preserve its homogeneity and dynamic. However, the changes of the Post-cold war era created new conditions that made an uncontested need for an institutional modernization and improvement on the performance of the forces, among them emphasizes the possibility of women's participation. The research aims to identify the process that permeated the female incorporation into the institution; therefore, it proposes to perform an examination into the historic process, with the aid of the actions and results obtained in the United States, since it is the country that provides more background on the subject. In order to answer the question: how was the process of incorporation of women in the armed forces of Brazil and Argentina? Is carried out a national context analysis of both countries, permeated by the democratic transition and the recasting of civil-military relations, in the same way as the action of women's movements and changes in the international context. In short, the research is developed in qualitative basis, through the analysis of texts produced on the subject, and also resorts to primary sources such as minutes of meetings and interview.

Keywords: Defense, Military Forces, Women, Brazil, Argentina.

LISTA DE QUADROS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFA	Academia da Força Aérea
ALCOPAZ	Asociación Latinoamericana de Centros de Entrenamiento para Operaciones de Paz
ASCOM	Assessoria de Comunicação
CAFRM	Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CGMD	Comissão de Gênero do Ministério da Defesa
DACOWITS	Defense Advisory Committee on Women in the Services
END	Estratégia Nacional de Defesa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MD	Ministério da Defesa
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PDN	Política de Defesa Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Política Nacional de Defesa
SNI	Sistema Nacional de Informação
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

As relações de gênero representam, no âmbito internacional, uma questão ainda tensionada e com vários desafios a serem superados. Os questionamentos evocados na sociedade atingem também o espaço das forças armadas, tornando o futuro da presença militar feminina uma das principais questões a serem resolvidas por esta instituição.

Assente na concepção de gênero como uma categoria social e histórica, acredita-se que para uma profícua compreensão da incorporação[1] feminina nas forças armadas, deve-se partir de uma análise abrangente, que retome as instituições políticas da sociedade, a dimensão internacional, a participação da mulher nos espaços sociais, entre outros elementos que colaborem para identificar o pano de fundo que envolveu este fato.

De antemão, por se tratar de uma instituição que possui em suas origens a masculinidade como elemento central de sua identidade (JANOWITZ, 1967), não seria viável crer que medidas com o viés de gênero tenham sido tomadas, sem, no entanto, um contexto social favorável que as demandasse, não olvidando dos fatores estritamente militares, que enxergaram nesta incorporação interessantes benefícios.

Outrossim, a incorporação das mulheres no âmbito militar reflete um importante passo no que tange a modernização das instituições e, sobretudo, atua diretamente no processo de democratização da sociedade e na consolidação dos direitos (LOPES, 2005), ao mesmo tempo que está em consonância com a reformulação das relações civis-militares. Um emaranhado de temas que deverão ser abordados ao longo desta dissertação.

Ao passo que "as Forças Armadas não são instituições isoladas da sociedade e estão intrinsecamente conectadas ao processo social e ao projeto que cada sociedade estabelece para si em defesa e de construção de direitos de cidadania e de soberania" (D'ARAÚJO, 2004, 440), o estudo aborda as particularidades da organização interna da instituição militar e os processos sociais mais amplos, salientando a natureza cambiável e interdependente da relação entre a instituição militar e a sociedade civil.

A conexão com o meio social é observada, também, quando são adotadas medidas em âmbito nacional em consonância com tendências internacionais, como é o caso da profissionalização militar, a alteração dos papéis atribuídos às forças, a pós-modernidade militar e a redemocratização.

---

[1] Por incorporação entende-se a possibilidade de alistamento das mulheres nas forças armadas, independente dos acessos que a elas serão garantidos no decurso da carreira, questão que será problematizada ao longo da pesquisa.

Para ilustrar com maior acuidade estas questões foram escolhidos dois países, quais sejam Brasil e Argentina. Com pretensões de responder o seguinte questionamento: como ocorreu o processo de incorporação das mulheres nas Forças Armadas de Brasil e Argentina?

No desenvolvimento de uma hipótese, suficientemente simples e passível de negação, deparou-se com um grande número de causas para a incorporação. No entanto, a finalidade desta pesquisa é a de clarificar o processo de incorporação, com seus desafios, pressões e evolução, a partir da observação e da análise histórica das informações.

Sendo assim, estabeleceu-se como ponto de partida a seguinte afirmação: a incorporação das mulheres nas Forças Armadas de Brasil e Argentina ocorreu de maneira gradual, conforme a relevância que o tema conquistou entre as elites políticas. É oportuno destacar que esta hipótese não nega a existência de pressões sociais, tanto nacionais quanto internacionais, apenas frisa-se que as discussões e a decisão final sobre esta temática ficam restritas a poucos cidadãos tomadores de decisão. Além do mais, salienta-se que este é um processo em trâmite, o qual, até o presente momento, não logrou alcançar a plena equidade de atribuições e tratamento das mulheres.

A seleção destes dois países se deu em virtude, a priori, de ambos apresentarem um contexto semelhante, que abrange o fim da Guerra Fria, a modernização e profissionalização militar, o fim de um regime autoritário e a redemocratização. Contudo, é interessante observar que este quadro geral comum não resultou em políticas equivalentes; os distintos caminhos percorridos pelos líderes nacionais repercutiram, por exemplo, na importância conferida à adoção de políticas de gênero no âmbito castrense.

O Brasil é um caso emblemático no que tange as relações civis-militares. Após duas décadas de permanência no controle do poder político nacional e chegada a transição, as Forças Armadas brasileiras permaneceram envolvidas na política, culminando em uma transição tutelada, na qual os dirigentes civis e os militares acordaram os prazos e formatos para sua realização. Por outro lado, a Argentina constitui um raro caso de "transição por colapso" (O'DONNELL *et all*, 1988 p. 25), no qual em decorrência da derrota de suas tropas na Guerra das Malvinas, tornou-se inviável qualquer tentativa de diálogo entre civis e militares.

Na história de ambos países, as questões de defesa não estiveram presentes nos debates públicos, as decisões ficaram restritas aos funcionários de alto escalão. Neste sentido, o estudo da temática demonstra-se fulcral para maior aproximação da área de defesa às demandas sociais. Adere-se a isto, o grande avanço normativo que a Argentina apresentou nos últimos anos em suas políticas de gênero, o que propicia uma maior disponibilização de insumos para esta pesquisa.

Ademais, dar-se-á enfoque na trajetória estadunidense para incorporação das mulheres, pois é neste país que conseguimos obter a maior parte de relatos que demonstram os percalços do processo. Os Estados Unidos são, no cenário internacional, o país que mais investe em suas forças armadas, caracterizado por deter enorme arsenal e tecnologia militar, ao mesmo tempo que esteve envolvido em duas guerras recentes, nas quais houve a participação de mulheres em alguns postos definidos. Tais episódios permitem observar na prática os campos de batalha e depreender ações para a melhor incorporação das mulheres em todas as funções, em oposição às opiniões de que a participação feminina significaria a diminuição da capacidade letal das forças.

Portanto, trata-se de uma temática ainda pouco trabalhada na academia, e, em constante transformação. Por essa razão, distintas são as interpretações realizadas sobre o processo, compara-se a uma revolução, imagina-se que seja tão profunda quanto a introdução das armas nucleares e muito perigosa para a instituição militar (VAN CREVELD, 2000; CARROL e HALL, 1993).

No caso brasileiro, são poucos os estudos que abordaram a temática. Dentre eles destacam-se os trabalhos de Cristina Rodrigues da Silva (2007), Emília Takahashi (2002), Maria Celina D'Araújo (2003;2004), Sônia Carvalho (1990) e Suzeley Kalil Mathias (2005). O estudo de Carvalho (1990) observa a condição de vida das mulheres na aeronáutica. A partir deste mesmo escopo trabalha Takahashi (2002), a qual aponta, em uma de suas conclusões, que, apesar de uma evidente divisão social do trabalho em virtude do gênero, averígua-se a mesma identificação com o ser militar. Silva (2007), em consonância com Takahashi (2002), acredita que alguns valores militares como hierarquia e disciplina podem contribuir para a alteração de paradigmas.

Sob outra perspectiva, D'Araújo (2003) prioriza compreender o processo de ingresso das mulheres nas forças armadas. Para isso, estabelece uma comparação entre os países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da América Latina, abordando tanto as mulheres quanto homossexuais. Para a autora, a incorporação das mulheres correlaciona-se com o ambiente de conquistas democráticas. Mathias (2005), ao analisar os países do Mercosul, distingue outros dois fatores que, em sua opinião, são os principais responsáveis para a incorporação das mulheres: o novo papel das forças armadas e o desprestígio da profissão militar.

Desta maneira, cada autora embasa seus estudos em um ou mais fatores, na tentativa de compreender os motivos que levaram a entrada das mulheres nas forças armadas. As hipóteses e dados levantados por elas são fundamentais ao desenvolvimento desta pesquisa. Porém, o

objetivo geral perseguido é distinto. A perspectiva adotada por esta dissertação não evidencia as causas, mas sim realiza uma descrição histórica do processo. Fornece uma visão geral, a partir da evolução das ações alcançando a contemporaneidade, o que permite uma oportuna atualização dos dados.

Igualmente, este estudo torna-se singular ao compreender o fenômeno a partir de diferentes determinações, incorporando à avaliação acontecimentos comumente marginalizados das leituras tradicionais, como a organização de movimentos de mulheres. Através de uma narrativa que reconstrói historicamente os fatos, é possível depreender como contribuíram e influenciaram as políticas transnacionais nas diretrizes locais. Destaca-se a historicidade como uma forma de descortinar aspectos que, por vezes, são observados de forma generalizada, em específico, a evolução e os desafios interpostos pela temática de gênero ao âmbito castrense.

Com este propósito, realiza-se um diálogo entre as Relações Internacionais, uma vez que o contexto internacional é determinante para a definição de uma política de defesa[2], a Ciência Política a qual nos fornece as ferramentas para estudo dos processos desenvolvidos em âmbito nacional e a Antropologia que nos dá insumos para a observação das condutas das mulheres e do movimento feminista.

A presente dissertação se desenvolve em marcos de uma pesquisa qualitativa, entre as técnicas utilizadas destacam-se: i) o levantamento bibliográfico; ii) a análise de documentos, relatórios e publicações do governo e das forças armadas; iii) entrevistas aplicadas a formuladores das políticas. Como apontado por Bennett e Elman (2007) a entrevista é um dos recursos empreendidos para compreender o fenômeno e conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores. Nesta pesquisa emprega-se o tipo de entrevista por pautas com certo grau de estruturação, garantindo ao entrevistado a possibilidade de falar mais livremente (GIL, 1999).

Para o desenvolvimento desta dissertação foram utilizadas as seguintes bases de dados: Latinobarômetro, *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), Sistema de Indicadores de Percepção Social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), *Equipo Latinoamericano de Justicia y Género* (ELA). Ademais, publicações do Instituto Igarapé, Ministério da Defesa argentino, Departamento de Defesa norte-americano, *Defense Advisory Committee on Women in the Sevices* (DACOWITS), também foram importantes insumos de análise. Entre as fontes primárias, destacam-se, ainda, os relatórios das reuniões da

[2] O campo da defesa apresenta um desafio interessante para a investigação. Grande parte das nações destinam uma alta porcentagem de sua riqueza para manter as atividades de defesa, o que demonstra a relevância que tal temática deveria ter tanto para a academia quanto para os cidadãos (DIAMINT, 2011).

Organizações das Nações Unidas (ONU), planos nacionais de trabalho e atas e memórias de reuniões da Comissão de Gênero do Ministério da Defesa brasileiro.

De forma mais específica, elegeu-se o método comparativo para análise, a partir da investigação dos indivíduos, fenômenos e fatos, vislumbra-se ressaltar as diferenças e similaridades entre eles (GIL, 2008). A partir do caso paradigmático dos Estados Unidos, traça-se um comparativo entre as instituições militares do Brasil e da Argentina, a fim de apreciar os distintos efeitos que o contexto político e o social tiveram sobre a incorporação das mulheres. Afinal, "Muito raramente em ciência política se pode admitir que as mesmas causas produzem os mesmos efeitos" (REZENDE, 2014, p55)

Uma comparação possui como seu primeiro objetivo descrever os fenômenos políticos e os eventos de um determinado país. Assim sendo, se justifica, pois, ao possibilitar uma melhor percepção das singularidades de um fenômeno, colabora na aplicação de políticas futuras. Isto posto, será necessário desenvolver uma análise detida de cada caso, dado a heterogeneidade dos processos. O foco da análise compreenderá o período que se inicia em meados dos anos 1980, quando ocorreram as primeiras incorporações femininas nas forças, coadunando com o momento de eclosão dos movimentos por maior igualdade e com os processos de redemocratização na América do Sul.

A presente dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro deles, será contemplado o marco teórico para dar consecução à posterior análise de cada caso. Na tentativa de compreender as forças armadas e a sociedade em que estão inseridas será retomado, entre outros, o debate sobre o controle civil desta instituição, a partir das relações estabelecidas entre civis e militares, as quais centram-se na distribuição relativa de poder entre o governo e as forças armadas de um país.

Para tanto, dois autores são fundamentais na compreensão da temática, quais sejam Huntington (1957), através da obra O Soldado e o Estado, e Janowitz (1967) em seu livro O Soldado Profissional. Contudo, para não incorrer em uma predominância de textos produzidos nas nações desenvolvidas, a pesquisa utiliza-se, também, do instrumental teórico sobre segurança e defesa produzido na região sul-americana, os quais tratam de forma mais detida o controle civil em processos de transição democrática e nos processos que os militares não aceitaram a supremacia civil.

Serão evidenciadas, ainda, as mudanças que ocorreram após a Guerra Fria, e culminaram na evolução de um exército moderno para um exército pós-moderno, assim como os novos papéis que colocaram em evidência o anacronismo e a desatualização da organização e impuseram a necessidade de empreender um profundo processo de reestruturação, a começar

por sua mentalidade. Nesta evolução, a presença das mulheres foi considerada um dos principais indicadores da transformação (MOSKOS, 1992).

Em sequência, realizar-se-á uma discussão a respeito do conceito de gênero e como este foi incorporado pelas forças armadas de diferentes regiões do mundo. As relações sociais são estruturadas por determinações de gênero que cerceiam a mulher ao âmbito privado, enquanto, ao homem, é conferido o âmbito público, a este estaria de forma inata reservado o papel de militar, político, caçado.

Logo, passa-se para análise da incorporação militar feminina em contexto mundial, com relevância específica para os Estados Unidos, onde o processo se desenvolve desde fins do século XIX, e com isso permiti-nos descrever com maior riqueza de detalhes os principais atos e discussões que se desenvolveram. Na América do Sul, o início deu-se ao longo dos anos 1980, alocando as mulheres nos quadros complementares das forças, responsáveis por desempenhar funções de menor prestígio, como os cargos administrativos, de ensino e saúde.

Finalmente, desenvolvem-se dois capítulos com os estudos de caso brasileiro e argentino. A priori, discute-se o contexto político de transição democrática, os governantes envolvidos e as ações empreendidas. A seguir, observa-se a articulação das mulheres na política, suas demandas e a atuação dos movimentos sociais com cunho feminista. Igualmente, ainda nestes capítulos realiza-se um levantamento histórico sobre os processos de incorporação em cada uma das forças que compõem o aparelho militar, situando temporalmente os eventos, leis e resoluções que permitiram o avanço da questão, até os dias atuais, quando serão apontadas as políticas que atualmente vigoram. Afinal, como nosso objeto se localiza em um momento de transformação, enfatiza-se que não se trata de uma análise acabada do fenômeno.

Como conclusão, aprofunda-se o debate a respeito da distinção entre incorporar as mulheres e sua real integração pela instituição, demonstrando a carência de políticas de defesa que de fato reflitam a problemática do gênero, levando em consideração o peso que a questão civil-militar possui no desenvolvimento das políticas para a defesa. Vislumbra-se, por fim, a conquista de um novo olhar sobre as forças armadas, distinguindo seus novos papéis e formas de atuação.

1 A INSTITUIÇÃO MILITAR

> A verdadeira dificuldade não está em aceitar ideias novas, está em escapar das ideias antigas.
>
> (Keynes)

A instituição militar fechada e fiel aos seus valores prezou ao longo dos séculos por preservar sua dinâmica e sua homogeneidade, para tanto era primordial que a ordem androcêntrica prevalecesse, uma vez que as mulheres eram consideradas elementos capazes de deturpar a coesão interna e prejudicar a eficácia militar (CHAMBOULEYRON, RESENDE, 2006).

Contudo, as mudanças ideológicas do mundo pós-Guerra Fria, a inclusão de atores não estatais nas agendas globais, a defesa dos direitos humanos, a integração regional e a consolidação das democracias nos países sul-americanos criaram novas condições que tornaram incontestável a necessidade de uma redefinição do papel das forças armadas.

Diante deste fenômeno de modernização institucional e reordenamento da atuação das forças, as mulheres tornaram-se atrizes ativas e fundamentais para o sucesso das operações – este novo papel atribuído às mulheres será abordado de forma mais detida no capítulo seguinte. No entanto, entende-se que a incorporação destas mulheres no contexto brasileiro e argentino deve ser observada por um escopo mais amplo, o qual compreenda o desenvolvimento de políticas democráticas para a defesa e a reformulação das relações civis-militares perante o fim do período ditatorial, da mesma forma que as mudanças no contexto internacional (BOBEA, 2008).

Para melhor compreensão destes fatores, o capítulo se divide da seguinte forma: inicialmente é apresentada uma breve descrição sobre a identidade militar, seus valores, costumes e condutas basilares, em seguida, traça-se a evolução da estrutura militar através das décadas, atingindo o modelo pós-moderno, logo, pautados no mesmo contexto de fim da Guerra Fria, são atribuídas novas missões às forças armadas. Finalmente, delineia-se como se estruturam as relações entre os civis e os militares, a partir primeiramente da teoria que rege a questão e depois transposta para o contexto regional.

1.1 O ETHOS MILITAR

Na discussão antropológica o *ethos* de um povo faz referência a um conjunto de princípios ou valores, como o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético, que regulam a conduta cotidiana. O *ethos* se opõe à ética, e representa um tipo de vida implícito no estado de coisas do qual esse é uma expressão prática (GEERTZ, 1973; BONNEWITZ, 2003). O *ethos* não compõe exclusivamente um povo, para uma interpretação ampla o *habitus* – a exteriorização das disposições morais, e a *héxis* – a postura, os gestos e as verbalizações, são outros dois importantes elementos (ROSA, 2007). Não obstante, neste momento escolhe-se deter naqueles comportamentos que são comuns nas forças armadas.

De acordo com Janowitz (1967), sociólogo e teórico da identidade militar, o âmbito militar é como um sistema social, neste as características profissionais do corpo de oficiais, suas competências e normas sofrem alternâncias ao longo do tempo, por essa razão, a profissão militar estaria em mutação, e cada vez mais se aproximaria da identidade civil. O oficial estaria se transformando em um funcionário, o que afeta diretamente a formação da cultura militar. Apesar de, originalmente, ser uma instituição fechada e conservadora, tendo como elemento central a masculinidade, concebe como preocupante o isolamento social desta.

Sob um outro prisma, Huntington (1957) enfoca sua análise nas relações entre a organização militar e o sistema político no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, perante este cenário aponta que as Forças Armadas possuem como característica essencial o profissionalismo militar, que é mantido constante ao longo dos anos.

A instituição militar é reconhecidamente uma instituição totalizante e assimiladora, ou seja, ela isola os cadetes. Para Goffman (1974 apud CASTRO, 1990, p33), as instituições totais são "estufas para mudar as pessoas: cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu". A regulamentação rígida do estilo de vida militar e o isolamento social são fundamentais para a manutenção da coesão grupal e dos valores e características próprias, e do *espirit de corps* (JANOWITZ, 1967).

Desde o princípio quando o indivíduo ingressa na corporação ele é submetido a rituais, treinamentos físicos e repetições constantes dos princípios militares, os quais de acordo com Leirner (1997), possuem por finalidade o estímulo à desistência, pois apenas os vocacionados estariam aptos. Neste sentido, pretende-se domesticar o recruta e forjar a construção de um novo cidadão, pertencente àquele mundo. Em poucos meses, passam a ter um modo semelhante de vestir-se, falar, andar, pensar e agir. Para tanto, não são poupados do uso do poder coercitivo da disciplina, empregada para obter uma instituição eficiente, que mediante práticas

autoritárias, treinamento e doutrinação estabelece os soldados como os alvos do poder (FOUCAULT, 1987).

> A era clássica (…) viu nascer também a minuciosa *tática militar* e política pela qual se exerce nos Estados o *controle dos corpos e das forças individuais*. (…) O sonho de uma sociedade perfeita é facilmente atribuído pelos historiadores aos filósofos e juristas do século XVIII; mas há também um sonho militar de sociedade, sua referência fundamental era não ao estado de natureza, mas às engrenagens cuidadosamente subordinadas de uma máquina, não ao contato primitivo, mas às coerções permanentes, *não aos direitos fundamentais*, mas aos treinamentos indefinidamente progressivos, não à vontade geral mas à domicialidade automática. (…) enquanto os juristas procuravam no pacto um modelo primitivo para a construção ou a reconstrução do corpo social, *os militares e com eles os técnicos da disciplina elaboravam progressos para a coerção individual e coletiva dos corpos* (Id.Ibid., p151-152).

Desta forma, os pilares estruturais deste *ethos* são a hierarquia e a disciplina, e entre eles a hierarquia se distingue como o elemento-chave para entender a mentalidade militar. Ao tornar-se um militar, instantaneamente, ocupa-se um lugar nesta hierarquia e regras diferenciadas são aplicadas em relação aos civis, as quais são responsáveis por separá-los do restante da sociedade. A hierarquia se estabelece de forma complexa e envolve toda a estrutura, ou seja, cada indivíduo ocupa uma posição específica e única, ao mesmo tempo em que comanda, está subordinado a alguém, logo, seu rompimento significaria o fim da instituição (LEINER, 1997). De acordo com Castro (1990, p22):

> Um capitão, um coronel ou um general já foram cadetes; pode-se dizer que, de certa forma, eles são cadetes com alguns anos de experiência e de idade a mais. Todos são oficiais e comungam o mesmo espírito militar. Os cadetes sabem que, ao concluírem o curso da Academia, passarão a ter a mesma condição social que seus superiores e que a distância entre as posições hierárquicas ocupadas por uns e outros será, basicamente, uma questão de quantidade de tempo: os generais de hoje foram os cadetes de 1945-55. Neste sentido, pode-se chamar a hierarquia do corpo de oficiais de “hierarquia quantitativa”, uma hierarquia que pressupõe a possibilidade de ascensão para todos os seus membros, a partir de uma situação inicial de igualdade formal de condições.

No entanto, a obediência hierárquica não deve ser cega, ela está atrelada a uma boa conduta do oficial que deve perceber aquilo que o compete ordenar, bem como a maneira correta de fazê-lo, prezando pelo tratamento com humanidade de seus subordinados (CASTRO, 1990). Igualmente, deve preservar uma postura ética e moral calcada sempre na disciplina, o que os tornaria, em suas concepções, melhores que os paisanos.

A ética militar é concreta, permanente e universal, é, desta forma, a extensão de sua ideologia, vista como um sistema de ideias. Um dos elementos centrais da ética profissional

militar é a lealdade, fundamental para a consolidação do controle civil sobre os militares. Neste sentido, a ética militar está relacionada a três responsabilidades dos militares diante do Estado[3]: função representativa (representar as demandas da segurança militar dentro da máquina estatal, implicando limites no exercício dessa função), função consultiva (analisar e informar sobre as implicações dos cursos alternativos) e função executiva (colocar em prática as decisões estatais) (SOARES, S. 2006).

Desta maneira, a estrutura hierarquizada das relações internas dos militares transborda para suas relações com o meio civil. Isto é, a interação dos militares com o mundo externo segue as regras de conduta presentes internamente na organização. Os papéis e status estruturam as relações de comando e obediência, a partir da qual é constituída a visão de mundo dos militares. Com isso, se constitui uma fronteira clara entre os de "dentro" e os de "fora" (LEINER, 1997). Consequentemente, "tornar-se militar significa, acima de tudo, deixar de ser civil" (CASTRO, 2009, p24). Constantemente se frisa que os militares são diferentes dos paisanos, o termo civil conota o que meramente é não-militar.

A família militar é outro importante aspecto do seu *ethos*, a comunidade militar tradicional moldava a família de acordo com as necessidades da profissão. Com deveres que ultrapassavam a criação dos filhos, as mulheres estavam presentes em atividades recreativas, ao mesmo tempo que influenciavam decisões secundárias da instituição. As esposas eram integralmente envolvidas pelas carreiras de seus maridos, responsáveis por gerir a logística familiar, os deslocamentos de cidades e os reajustamentos constantes (JANOWITZ, 1967).

Os oficiais deveriam escolher, prioritariamente, suas noivas nas famílias militares, para assim possibilitar a extensão dos laços de parentesco para além da família nuclear. Dado o escasso contato com as famílias de origem e a formação de um círculo social e regional da profissão militar, gera-se um sentimento de união e solidariedade com as demais famílias que residem nas residências militares. A camaradagem e a coletividade são características intencionalmente promovidas consideradas fundamentais para o bom funcionamento da caserna (CHINELLI, 2009).

Com isso, nota-se que as forças armadas apresentam uma estrutura androcêntrica, contudo, é importante ressaltar que esta característica masculina do *ethos* militar não é universal e presente em todos os momentos da história, ela se acentua em determinadas épocas e países, muitas vezes como uma reprodução das demais instituições sociais. Nestas circunstâncias, a

---

[3] Por responsabilidade entende-se uma relação que não deve ser marcada por uma superioridade civil e, consequente, uma inferioridade militar (OLIVEIRA, 2005). São complementares, porém, com o reconhecimento militar de que cabe ao âmbito da política um grande número de decisões do meio castrense (SOARES, S., 2006).

estrutura militar demonstra-se incapaz de oferecer igualdade de oportunidades e o desenvolvimento pleno de capacidades profissionais para as mulheres, na mesma proporção que oferece aos homens (ROSA, 2007).

Afinal, a própria identidade combatente poderia ser ameaçada pela flexibilização dos valores. A presença feminina, mesmo nos setores administrativos das forças, é considerada uma fonte de distúrbio, por despertar a libido masculina e afetar a ordem e a hierarquia (CHAMBOULEYRON, RESENDE, 2006). No entanto, como expõe Janowitz (1967), apesar das normas tradicionais de comportamento social permanecerem presentes na comunidade militar, elas já não são tão rígidas como no passado, haja vista que novos modelos são essenciais para os novos papéis.

Entretanto, a ausência de participação em guerras recentes observada nos países da América do Sul dificulta a elaboração de novas concepções doutrinárias, sendo a cultura militar hegemônica duramente transponível para as mulheres combatentes (VISACRO, 2009)[4]. Por essa razão, cada nova situação demandada pelo contingente feminino, como, por exemplo, a evolução na carreira, os casamentos, a maternidade, necessita ser refletida cautelosamente de modo que não comprometa as regras e normas consideradas fundamentais pela instituição.

Contudo, “numa sociedade democrática é totalmente impróprio que a honra seja o único, ou mesmo, o mais importante, valor dos militares profissionais” (JANOWITZ, 1967, p223). Por essa razão, o tópico seguinte enfoca no processo de adaptação das forças ao mundo globalizado e às mudanças culturais e sociais.

1.2 A ESTRUTURA DAS FORÇAS ARMADAS AO LONGO DAS ERAS

Com o fim da Guerra Fria, a ascensão de um multiculturalismo, a era informacional, as novas tecnologias e a emergência de uma força com multimissões, ocorreu uma importante alteração no modelo e na organização das forças armadas (HAJJAR, 2014).

As mudanças externas desencadearam uma modificação na estrutura militar, de acordo com Janowitz (1967), as profundas transformações sociais, exerceram influência não apenas nos papéis e atribuições militares, mas, fundamentalmente, influenciaram a profissão militar, sua organização e valores, “o uso da força nas relações internacionais foi alterado de tal maneira

[4] De acordo com Visacro (2009), os profissionais militares, dado à ortodoxia de suas atribuições, são soldados de, no máximo segunda geração (defesa como forma de guerra, combate linear, métodos rígidos, máximo poder relativo, destruição do inimigo), são poucos os exércitos onde se predomina uma cultura de terceira geração.

que parece mais apropriado falarmos de forças policiais do que militares" (*Id.Ibid.*, p160)[5]. Com o fim do exército de massas, a aversão às perdas humanas e o avanço da tecnologia, houve uma maior aproximação da sociedade, refletindo suas tendências e tendendo a se assemelhar, cada vez mais, com a profissão civil, em um processo cunhado de *civilinização*[6] (JANOWITZ, 1967).

As forças armadas, de acordo com a descrição realizada por Moskos (1992), em sua origem estavam vinculadas ao Estado-nação, seus interesses eram em suma geopolíticos, a cultura castrense baseava-se na ordem e na obediência, atrelado a um sistema de recrutamento obrigatório, o que foi denominado de período moderno (1900-1990); o segundo momento, que se inicia após a Guerra-Fria, é caracterizado por forças armadas mais flexíveis com objetivos variados, de recrutamento voluntário e maior inclusão social.

As modificações são expostas como parte de um processo no qual, os Estados modernos teriam evoluído de um estágio de prontidão para a guerra, a um momento de dissuasão, até atingirem sociedades com baixa incidência de conflito. Neste cenário, a probabilidade da guerra é um fator de grande influência na sociologia militar, por meio da qual a instituição teria se adaptado seguindo, ainda, as condições políticas e sociais. Assim, tendo em vista uma sociedade onde a ocorrência de guerra é diminuta, modificarem-se os objetivos da organização militar, ao mesmo tempo em que, desenvolveram-se novos (MOSKOS, 1992).

Alicerçado na experiência norte-americana, Moskos e seus colaboradores propõem uma tipologia para compreensão da evolução histórica das forças armadas, elaboram, para tanto, um quadro-resumo com as principais características, que se encontra a seguir. Nele a principal divisão aloca-se entre um período moderno, comumente percebido como uma era de crenças absolutas, planejamentos racionais, progresso linear; contraposto a pós-modernidade, na qual privilegia-se a heterogeneidade, a diferença e a descrença em discursos universais e totalizantes, a partir da introdução de um constante relativismo. Estes novos ideais influenciaram na cultura militar, atrelado ao impacto do crescimento global, do multiculturalismo, da era informacional e das novas tecnologias e da emergência de um exército multitarefas, com missões não

---

[5] Em âmbito regional, a afirmação de Janowitz pode ser interpretada embasada nos novos papéis desempenhados pelas forças armadas, em geral, funções internas ou de combate às novas ameaças. Este cenário em muito se relaciona com o clima de segurança vivenciado, atrelado à criação de instâncias de resolução pacífica dos conflitos, ou seja, um processo de confiança mútua que está em desenvolvimento entre os países, em especial no Cone Sul. A partir deste raciocínio, haveria uma desatualização e obsolescência da concepção tradicional de defesa, contudo, negar o papel institucional das forças armadas (instrumentos empregados na eventual confrontação externa), em um sistema interestatal originalmente competitivo, desconsideraria a eventual existência de interesses nacionais particulares. O uso da força permanece sendo recurso indispensável para o Estado na consecução de seus fins.

[6] De acordo com Janowitz (1967), a civilização é o processo no qual o ambiente social e cultural influencia na adoção de valores organizacionais pela corporação.

tradicionais (HAJJAR, 2014).

Quadro 1 – Forças armadas nas três eras

Variáveis	Moderna (Pré Guerra Fria) 1900-1945	Moderna tardia (Guerra Fria) 1945-1990	Pós-moderna (Pós Guerra Fria) Desde 1990
Ameaça percepcionada	Invasão territorial	Guerra nuclear	Sub-nacional (ex. violência étnica, terrorismo)
Estrutura das forças	Exércitos de massa, conscrição	Exércitos profissionais de grande dimensão	Exércitos profissionais de pequena dimensão
Missão principal	Defesa da pátria	Apoio a aliança	Novas missões (ex. manutenção da paz, humanitárias)
Perfil dominante do militar profissional	Líder de combate	Gestor ou técnico	Militar-diplomata; militar-académico
Atitude pública face às Forças Armadas	Apoio	Ambivalente	Indiferente
Relações com a comunicação social	Internalização	Manipulação	Cortejamento
Pessoal civil	Componente mínima	Componente média	Componente significativa
Papel das mulheres	**Corpos separados ou excluídas**	**Integração parcial**	**Integração total**
Esposas e famílias militares	Parte integral	Envolvimento parcial	Afastadas
Homossexuais nas Forças Armadas	**Punidos**	**Excluídos**	**Aceites**
Objecção de consciência	Limitada ou proibida	Habitualmente permitida	Subsumida no serviço civil

Fonte: MOSKOS et al. (2000, p.15)

Moskos (1992) defende que o pós-modernismo, era de pluralismo, fragmentação e ambiguidade, produz uma alteração nos valores militares. A sociedade sem guerras impacta em novos objetivos e serviços:

> o novo tipo pós-moderno revela um abrandamento dos laços com o Estado Nação. O seu formato básico passa a ser de uma força exclusivamente voluntária, diversificada em missões, crescentemente diversificada em expressão e ethos e com maior permeabilidade face à sociedade civil (MOSKOS, 2001, p1).

Desta forma, ao analisar o quadro, depreendemos que, ao longo dos anos, há uma crescente aproximação entre as esferas civil e militar, através de uma maior participação do pessoal civil no componente militar. As ameaças percebidas e a missão principal também sofreram grandes modificações, com o passar dos anos elas se tornaram mais próximas à realidade social e já não podem mais serem definidas como militares em um sentido

tradicional[7]. Ademais, as forças militares passaram a atuar em operações internacionais geridas por entidades que não o seu próprio Estado-Nação (CARREIRAS, 2004).

Igualmente, no que diz respeito a incidência da família na vida militar, Moskos (1992) compreende que, inicialmente, esta era vital para a corporação, porém com o passar do tempo foi afastada. Nota-se também, ao observar o quadro, que, ao longo das décadas, ocorreu uma maior aceitação e integração de grupos minoritários no âmbito castrense, como foi o caso das mulheres e dos homossexuais[8]. Enquanto que, na era pré-moderna, as mulheres eram excluídas do serviço militar, no período moderno ocorreu uma integração parcial, com restrições de funções e hierarquias, atingindo, na pós-modernidade uma abertura de mais especialidades e unidades. As mulheres tornaram-se uma alternativa viável ao serviço militar (CARREIRAS, 2004).

De acordo com Janowitz (1967), a instituição militar se articula como um sistema social no qual as características profissionais do corpo de oficiais se alteram ao longo do tempo. Assim sendo, distintas habilidades interpessoais, tais como a tolerância, a flexibilidade e a capacidade de negociação, passaram a ser exigidas deste novo militar, o qual deixou de ser um simples soldado, acatador de ordens, para tornar-se um promotor da paz, que dialoga com líderes nacionais, forças de segurança e distintas populações (HAJJAR, 2014).

Ademais, as novas funções militares demandaram aptidões específicas para uma boa liderança e relacionamento com seus subordinados, assim como para a condução das relações públicas, a fim de aproximar a instituição das organizações civis. Logo, dado muitas destas características serem atribuídas ao espectro feminino da sociedade, abriu-se uma oportunidade para a inclusão das mulheres nas forças armadas.

Outrossim, o quadro apresentado demonstra uma significativa alteração na estrutura das forças, muito em virtude dos investimentos realizados em tecnologias, equipamentos e armamentos, os quais tornaram obsoleta a manutenção de um grande exército de massas e contribuíram para o aperfeiçoamento da performance militar.

Neste sentido, Moskos (1992) aprofunda a sua análise e distingue entre os exércitos institucionais, caracterizados por valores normativos, tais como pátria e honra, daqueles ocupacionais, que compreendem a carreira militar dentre uma das inúmeras possíveis profissões a serem seguidas. Desta maneira, a instituição militar abrigaria um setor tipicamente militar e divergente da sociedade civil – as unidades de combate, e outro próximo ao modelo

---

[7] Atuam em destres naurais, epidemias, no combate aos regimes autoritários.

[8] Como por exemplo, a decisão norte-americana de abolir a política cunhada como "*Don't Ask, Don't Tell*", em 2011, representa um importante marco da alteração da conduta militar.Esta política de restrição do Exercito estadounidense proibia qualquer um que demontrasse propensão ou intenão de se envolver em atos homossexuais.

ocupacional, contendo as especialidades técnicas e administrativas (CARREIRAS, 2004).

Janowitz (1967) propõe, ademais, que, nesta nova estrutura das forças armadas, haja um compartilhamento de valores com os civis, o que contribuiria para estreitar o relacionamento civil-militar. Em consonância está o pensamento de Huntington (1957), para o autor a eficiência e a neutralidade política militar requerem, necessariamente, a incorporação dos valores da sociedade liberal.

Não obstante, faz-se mister destacar que as variáveis apresentadas no quadro representam um conjunto de avanços que ocorreram a partir de alterações culturais ao redor do mundo[9]. Porém, nem todas as sociedades foram impactadas e internalizaram da mesma maneira tais transformações. Em virtude dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, foram suscitadas propostas para readequação da tipologia vigente, demonstrando a constante mutação da estrutura castrense e a dificuldade de apresentar um esquema totalizante.

Na América do Sul, por exemplo, não se visualiza com tamanha facilidade estas mudanças, afinal as organizações militares na região não acompanharam o mesmo ritmo de evolução que em seus pares europeus e norte-americano. A evolução das forças armadas na América do Sul iniciou durante o período colonial, elas detinham funções que iam além do exclusivamente militar, estavam envolvidas na educação e na concepção da infraestrutura dos países. Com a independência os exércitos tornaram-se um modelo para os valores, normas e pautas de conduta, eram considerados um elo para a integração social. Esta é uma particularidade das forças no continente sul-americano, o que fez com que elas conquistassem um papel de destaque na sociedade. Logo, as forças permaneceram ligadas aos representantes políticos, dando origem a sistemas políticos autoritários (GARCÍA, 2002)

Não obstante, as forças armadas nos países sul-americanos, ainda assim, sofreram ao longo de seu percurso influências exógenas, o que impactou nos processos de modernização institucional, como por exemplo, na incorporação de novas tecnologias e missões. Desta forma, a tendência pós-moderna é perceptível quando se observa a fragmentação dos papéis militares e a maior aceitação do diferente. A tendência que, em geral, está presente nos projetos de modernização e que avançou de forma destacável em alguns países é a incorporação das mulheres nas atividades profissionais das forças, em oposição às inúmeras ressalvas que pretendem assegurar a homogeneidade militar (GARCÍA, 2002).

Assim, para que a mentalidade militar tradicional absorva este processo evolucionário deve-se compreender que a identidade histórico-cultural de um país é dinâmica, motivo pelo

[9] Entre elas destacam-se: a globalização, a revolução tecnológica, as reivindicações por direitos, a participação da mulher no mercado de trabalho, o desenvolvimento do anticoncepcional.

qual se incorporam constantemente novos elementos. Com isso o militar da pós-modernidade se aproxima, cada vez mais, de ser um profissional tecnologizado, prático, adaptável e menos formal em suas atribuições, capaz de exercer uma autoridade flexível e dinâmica, o qual substitui a valentia pela racionalidade, características fundamentais para suas novas atribuições.

1.3 O NOVO PAPEL[10] DAS FORÇAS ARMADAS

O fim da Guerra Fria e das ameaças de insurgência relacionadas ao conflito Leste-Oeste, atrelado a um contexto de redução das ameaças tradicionais, dado a uma maior tendência à resolução pacífica dos conflitos e a cooperação, incitou questionamentos sobre a necessidade de manutenção de grandes e poderosas instituições militares nacionais (DONADIO, 2003). A falta de um inimigo externo ocasionou, em muitas regiões, uma desorientação dos militares e uma crise existencial. Com isso, a instituição passou a buscar por novas atividades, a fim de justificar sua existência, os pressupostos recebidos e conquistar apoio populacional (ROSS, 2004; SANTOS, 2004).

Adere-se a este quadro a ocorrência dos atentados aos Estados Unidos, em 2001, o qual movimentou o âmbito da segurança e defesa internacional, principalmente nos temas que ainda careciam de clareza em sua definição[11]. Em vista disto, as forças armadas conquistaram um novo protagonismo no combate ao terror e, cada vez mais, ocuparam esferas de atuação civil (SAINT-PIERRE, 2002). Em uma abordagem ampliada da segurança, que deixou de envolver apenas as ameaças advindas do meio externo ao Estado e passou a incorporar fatores como a viabilidade da democracia, o desenvolvimento socioeconômico e a proteção ambiental, ou seja, todas aquelas ameaças que teriam o potencial de derrubar ou enfraquecer as estruturas estatais.

---

[10] O papel sociológico das forças refere-se à institucionalização de procedimentos que permitem a restrição das incertezas nas relações entre os atores (SOARES, S. 2002). De acordo com Hunter (2005) o papel diz respeito ao conjunto de missões que fornece a orientação principal das forças armadas.

[11] De acordo com Ayoob (1995, p.9, *apud* SANTOS, 2004) a segurança/insegurança é definida em relação às vulnerabilidades – *tanto internas como externas* – que ameaçam ou têm o potencial de derrubar ou enfraquecer as estruturas estatais – sejam territoriais, sejam institucionais – e os regimes de governo. Neste caso, o conceito tradicional e ocidental de segurança envolve ameaças vindas de fora das fronteiras do Estado e que são de natureza primordialmente militar (SANTOS, 2004). Todavia, este conceito sofreu reformulações e segurança passou a ser interpretada como além do estritamente militar, abrangeria fatores como a viabilidade da democracia, o desenvolvimento socioeconômico e a proteção ambiental (ROSS, 2004).

A redefinição dos papéis militares permitiu a abertura de postos para as mulheres, as quais eram consideradas vocacionadas para determinadas atribuições, principalmente aquelas que eram atribuídas às polícias e ONGs[12] (ROSS, 2004).

Muitos são partidários destas novas missões militares, outros, no entanto, acreditam que envolver forças treinadas para o conflito em atividades de segurança interna acarreta em riscos à sociedade, assim como encorajaria as lideranças militares a se perceberem como mais eficientes e tomadoras de decisão (ROSS, 2004). De acordo com Janowitz (1967), a instituição militar se converte em uma força policial quando, em suas ações, utiliza o mínimo de força necessária e prioriza boas relações a vitórias.

Na região sul-americana é comum o emprego das forças armadas em atividades de segurança interna, sendo que, de forma geral, estes procedimentos são regulamentados por um marco jurídico de âmbito interno e os representantes do poder Executivo são os responsáveis por as convocarem. A definição e institucionalização de um papel na sociedade é uma questão à qual as organizações militares devem se submeter, haja vista que suas funções clássicas de defesa não condizem com o cenário atual de ausência de ameaças externas (COELHO, 1976).

Desta maneira, elas estão envolvidas em atividades como a defesa da integridade territorial, operações de paz, segurança internacional, combate ao narcotráfico e ações de cunho social para desenvolvimento da população civil (HUNTER, 2005). Dentre elas, as operações de paz são bastante representativas das mudanças que as forças armadas incorreram nos últimos anos[13].

A partir de 1989, a participação neste campo recebeu um incremento, houve maior engajamento dos países, os quais passaram a operar em ambientes complexos envoltos por realidades, até então, desconhecidas, em conjunto com outras forças com culturas e costumes distintos. Consequentemente, a partir deste intercâmbio com exércitos mais avançados, aprimoraram-se as táticas e treinamentos, da mesma forma que se possibilitou uma modernização dos critérios organizativos.

Ademais, as operações de paz foram consideradas uma alternativa para restaurar a imagem e o poderio militar, além de atribuírem funções aos soldados ociosos, os quais se

---

[12] No relatório da ONU de 2002 sobre Mulheres, Paz e Segurança o então Secretário Geral Kofi Annan, apontou que as capacete-azul mulheres realizam melhores negociações e se comunicam melhor que os homens (ONU, 2000).

[13] As operações de paz são uma atividade nova para a maioria das forças armadas regionais, a participação dos soldados da região ocorreu de forma pontual nas primeiras operações, onde atuaram, em geral, como observadores, este foi o caso na UN Truce Supervision Organization (UNTSO) no Líbano, em 1948, participaram também na missão de observação Índia-Paquistão em 1949. Destaca-se o envio de homens, por parte do Brasil e da Colômbia, para o Suez em apoio a primeira United Nations Emergency Force (UNEF I) em 1956. E, em 1960, da Força Aérea argentina para colaborar na UNmission no Congo (ROSS, 2004).

sentem satisfeitos por estarem executando uma missão importante. Politicamente, a participação dos batalhões garante maior prestígio aos governos nacionais e possibilita um maior controle civil da defesa, já que as missões são sempre acordadas entre os governos e a ONU (DIAMINT, 2006).

No entanto, a aceitação dos militares em colaborar nas missões de paz é apenas um elemento que pode colaborar para o controle civil sobre as instituições militares. Por outro lado, a militarização de temas de segurança enfraquece as autoridades civis e as instituições para resolução de questões sociais. Ao cumprir o papel das autoridades políticas, oferecendo serviços e criando infraestrutura básica, há uma sobreposição entre as ações de ordem pública e questões de defesa, prática que desvirtua o militar de seu papel profissional. Como nos aponta Saint-Pierre (2002, p129), "hoje é nas nuanças que os militares participam sorrateiramente do poder".

De acordo com Diamint (2002), a organização das instituições militares, com normas rígidas e bem aclaradas, poderia justificar a intervenção militar em assuntos que não são de sua competência. Da mesma forma que, as crescentes pressões das autoridades civis e da sociedade - insegura frente às capacidades limitadas dos Estados no controle do crime organizado, da contra insurgência e do combate às drogas, seria outra justificativa.

Neste mesmo viés, enquadra-se o envolvimento da instituição militar em missões de desenvolvimento social ou de ajuda em desastres naturais. Com base no caso brasileiro, observa-se que nas regiões mais afastadas dos grandes centros, a presença do Estado ocorre apenas por meio de seu contingente armado, isto significa que os moradores destas localidades recorrem aos oficias como a única alternativa quando necessitam de serviços (MATHIAS, 2001)[14].

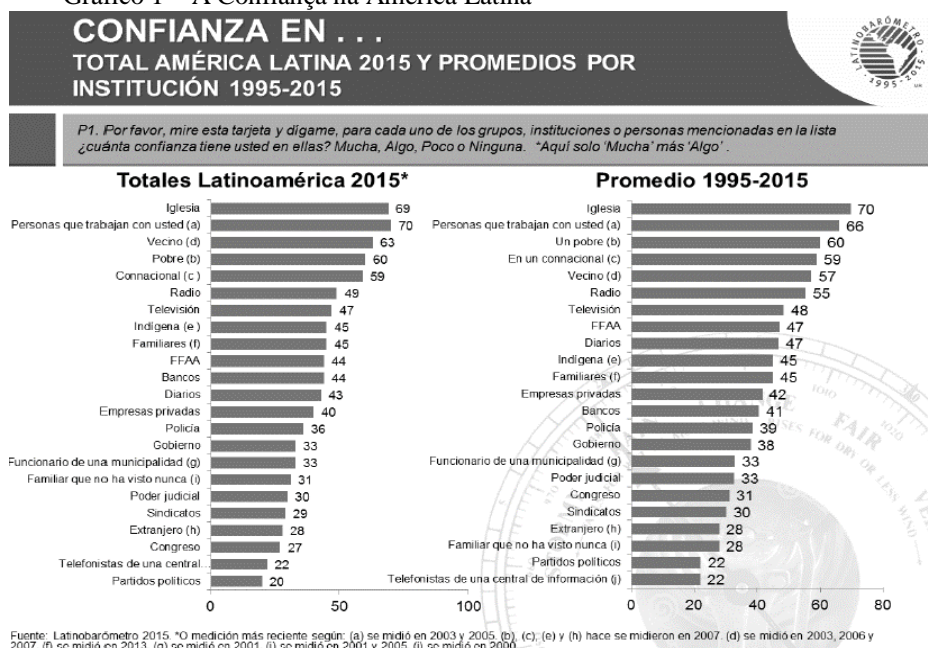
Todavia, ademais de resultar em uma ironia, afinal, até poucos anos atrás, os militares eram os principais responsáveis por agirem com brutalidade contra os civis e usarem da força como fonte de repressão (ROSS, 2004). A necessidade de empregar tropas militares é, também, um desafio para o aumento do controle civil. Normalmente, a assunção de múltiplas funções domésticas por parte dos militares é reflexo da ineficácia estatal (HUNTER, 1994).

Logo, apesar das ações no passado recente, os militares permanecem valendo-se da prerrogativa de apoio social. A imagem de que as forças armadas são responsáveis por protegerem a sociedade se propaga, uma vez que a população confia que elas seriam capazes

[14] As Operações Ágata são um exemplo do exposto, nelas combatem-se os atos ilícitos, ao mesmo tempo em que são desenvolvidas ações de cunho médico-social, tais quais: distribuição de remédios, recuperação de rodovias, manutenção de instalações públicas (escolas).

de garantir a harmonia estatal; com exceção da Argentina, onde o apoio popular é baixo (MATHIAS, 1999).

Com o intuito de ilustrar esta questão tomam-se os dados da organização Latinobarômetro, a qual desenvolve pesquisas de opinião com as populações latino americanas e entre os temas apurados figuram os índices de confiança das instituições. Neste sentido, dentre os resultados apresentados é saliente o fato das forças armadas despontarem como a instituição vinculada ao Estado que mais gera confiança. Segundo o Latinobarômetro, em 2015, 44% dos entrevistados tinham muita ou alguma confiança nas forças armadas, índice maior do que a confiança que estas mesmas pessoas têm nas empresas privadas (40%), governos (33%) e poder judicial (30%). Ademais, a pesquisa constatou que durante os últimos vinte anos (1995-2015) o índice manteve-se alto, 47%, superando até mesmo a taxa de confiança nos familiares de 45%.

Gráfico 1 – A Confiança na América Latina

Fonte: LATINOBARÔMETRO, 2015.

Entretanto, aquilo que, a priori, é tido como uma garantia de segurança, a longo prazo pode gerar uma grave instabilidade. A carência de uma política de defesa que afirme de forma inequívoca que as forças armadas são uma instituição do Estado, porém não possuem legitimidade na tomada de decisão pública, expõe a sociedade a riscos (DIAMINT, 2006).

Apesar da execução de funções sociais não ser nova na história da região, a não restrição das funções militares é contrária ao processo de consolidação democrática[15] (DUBÉ, 2012).

O emprego inadequado das forças, conduz os militares ao centro da cena política, há uma militarização dos problemas de segurança pública, o que reforça a preocupação com a securitização de problemas regionais e o uso indiscriminado das forças (SAINT-PIERRE, DONADELLI, 2014).

Neste sentido, apenas a Argentina desponta como país que conseguiu estipular por lei (nº23.554, de abril de 1988) a separação entre defesa e segurança, evitar a confusão de instrumentos de coerção e estabelecer um diálogo profícuo entre sistema político e forças armadas na definição dos rumos da mesma[16].

No caso brasileiro, por exemplo, o papel das forças armadas, durante a Guerra Fria, esteve voltado para dentro das fronteiras no combate ao seu inimigo interno, com o fim deste período e de suas potenciais ameaças viu-se a emergência de um novo cenário no qual as forças passaram a atuar no combate à criminalidade urbana, no reestabelecimento da ordem nacional, funções que permanecem sem uma clara definição e com caráter ambíguo (SOARES, S. 2006). Tampouco observa-se alteração na doutrina e treinamento das forças, as quais seguem executando exercícios conforme o modelo da Guerra Fria[17].

O estudo realizado por Battaglino (2015) evidencia esta problemática. De acordo com o autor, as administrações de esquerda, empossadas nos últimos anos na região, descobriram nos militares um aliado importante para a implementação de seus programas de governo. Como demonstra o quadro a seguir, houve uma expansão das missões militares sul-americanas entre os anos de 2002 a 2013.

---

[15] Alguns autores, como Pion-Berlin (2008), em oposição, consideram que mediante o estabelecimento de limites e de uma supervisão clara por parte dos líderes civis, o desenvolvimento de missões consideradas não primárias pelos militares pode ser compatível com a ordem democrática, as mesmas não seriam uma ameaça ao controle civil.

[16] Na Argentina a Lei define "Em particular o Ministério da Defesa terá à disposição em caso de requerimento do Comitê de Crises- que as forças armadas apoiem as operações de segurança interior mediante a solicitação do mesmo, de seus serviços de arsenais, intendência, saúde, veterinária, construções e transporte, assim como de elementos de engenheiros e comunicações, para o qual se contará de forma permanente com um representante do Estado Maior Conjunto no Centro de Planejamento e Controle da Subsecretaria de Segurança Interior." (Artículo 27, Ley de Seguridad Interior, República de Argentina, 1992, *tradução nossa*).

Em oposição, no Brasil tem-se que: "As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, Exército e pela Forca Aérea são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e tem como missão a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem." (Constituição da República Federal do Brasil, 1988).

[17] A doutrina militar pautada em um conjunto de princípios, valores, concepções e táticas se manteve inalterada, com o objetivo de identificar as ameaças e capacidades para a defesa. No que diz respeito às operações básicas as práticas ofensivas e defensivas, comuns à organização, não sofreram mudanças, apenas foram adcionadas as operações de pacificação e apoio a órgãos governamentais.

Dada ampliação repercutiu no aumento nos gastos de defesa em termos absolutos, pois apesar de não se configurarem como atividades que demandam grande aporte tecnológico, elas, por outro lado, requisitam muitas movimentações de tropas e uso intensivo de veículos. A expansão dos recursos materiais foi considerada benéfica, ao passo que garantiu maior satisfação aos militares melhorando suas relações com a área civil (BATTAGLINO, 2015).

Todavia, tornar o poder Executivo dependente dos militares para a execução de políticas em distintos setores da população, não se configura como um quadro favorável. É evidente que, a importância conferida à instituição militar contribui, cada vez mais, com o aumento do poder que a mesma já detém. Neste sentido, tais Estados devem pleitear, constantemente, por um fortalecimento de suas capacidades, na tentativa de reduzir, progressivamente, a relevância política dos militares (BATTAGLINO, 2015).

Quadro 2 – Expansão das Missões das Forças Armadas sul-americanas, 2002-2013

	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**Grau de Expansão**
Argentina	✓						✓	Baixo
Brasil	✓	✓					✓	Médio
Chile	✓		✓		✓		✓	Médio
Bolívia	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Alto
Equador	✓	✓	✓	✓	✓		✓	Alto
Venezuela	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Alto

1. Enfrentamento de potências extra regionais/ participação em operações de paz; 2.Manutenção da ordem interna/luta contra o crime organizado; 3. Direção ou integração em ministérios e outras agências públicas; 4. Administração de empresas estatais não vinculadas com a defesa; 5. Administração de empresas estatais da área de defesa; 6. Implementação de planos sociais; 7. Apoio à comunidade/construção de infraestrutura.

Fonte: BATTAGLINO, 2015, p.8.

Em análise do quadro reafirma-se, como exposto, a posição argentina, por meio da qual as forças armadas se dedicam majoritariamente ao âmbito global, em comparação com os demais países, entre eles o Brasil, nos quais as forças armadas possuem funções subsidiárias.

Destarte, envolver os militares no combate ao crime e em funções estratégicas nacionais, pode acarretar na desvalorização do papel da polícia, na percepção de ineficiência das instituições civis e na falência do Estado para solucionar seus problemas internos. Este quadro encorajaria as lideranças militares a atuarem, não apenas como instrumentos do

desenvolvimento, mas como decisores políticos (ROSS, 2004). De acordo com Saint-Pierre e Donadelli (2014, p73, *tradução nossa*):

> O que poderia ser admitido excepcionalmente está se transformando em recurso habitual de governos politicamente impotentes para resolver seus problemas. Esse uso revela dificuldades institucionais que requerem uma atenção urgente e decidida do poder político, como o sistema judicial, policial e carcerário. Transformar o militar em polícia não resolve os graves problemas de segurança, mas, pelo contrário, potencializá-los, assim como desmotiva e desprofissionaliza o poder militar e militariza a polícia.

Portanto, para garantir o sucesso na redefinição do papel das forças armadas o controle político objetivo é imprescindível, o qual garante respeito ao papel dos militares de prover a defesa, cria missões adequadas e exige, em compensação, que os militares permaneçam distantes da cena política em respeito à autoridade civil (HUNTER, 2005).

1.4 CIVIS E MILITARES

Clausewitz (1984) observou em seus escritos sobre a guerra a estreita vinculação desta com os propósitos políticos dos Estados beligerantes:

> A guerra não é um fenômeno independente, mas a continuação da política através de meios diferentes. Consequentemente, as principais linhas de todo plano estratégico de vulto são em grande parte políticas em sua natureza, e o seu caráter político aumenta à medida em que o plano se aplica a toda a campanha e a todo o Estado. Um plano de guerra decorre diretamente da situação política dos dois Estados em guerra, bem como das suas relações com terceiras nações. Um plano de campanha tem origem no plano de guerra e frequentemente - se só houver um teatro de operações - pode até mesmo ser idêntico a ele. Mas o elemento político penetra até mesmo nos componentes isolados de uma campanha. Raramente deixará de influenciar os principais episódios da guerra, como uma batalha, etc. De acordo com este ponto de vista, não poderá ser feita uma avaliação puramente militar de uma importante questão estratégica, nem poderá existir um esquema puramente militar para resolvê-la (*Id.Ibid.*, p.6)

A guerra seria, portanto, a continuação da política por outros meios. Com esta constatação depreende-se que, o desenvolvimento da estratégia militar e de suas atribuições profissionais cotidianas deve estar em sincronia com a lógica da política. Consequentemente, figura-se uma difícil separação entre as ações que devem ser tomadas em âmbito civil e aquelas que dizem respeito ao ambiente militar.

Adere-se a este contexto o controle que as forças armadas detêm sobre o recurso mais poderoso do Estado: armas, munições e contingente que podem ser empregados de acordo com seu interesse, até mesmo para a derrubada de um governo, se assim o desejarem. Contudo, em

paralelo, de acordo com Max Weber (1973), o Estado moderno é o ente responsável por exercer o monopólio legítimo da violência. Nesta afirmação, acentua-se a variável monopolística da força, ou seja, a lei impede o arbítrio pessoal, sendo o monopólio da força de competência de algumas instituições nacionais, que devem agir em acordo com os limites da lei estatal.

A partir desta caracterização percebe-se o imbróglio no qual se origina o tema das relações civis-militares. Todavia, o primeiro passo é no sentido de compreender do que se tratam as relações civis-militares, uma vez que o termo apesar de utilizado com relativa frequência não possui um entendimento comum sobre o seu significado. De modo simplificado, corresponde a "relação entre os civis (pessoas sem armas), a grande sociedade, e os militares (pessoas com armas) " (RUKAVISHNIKOV, PUGH, 2003, apud CLEMMENSEN, 2013, p.6).

Desta forma, é amplo o espectro de atividades que são compreendidas pelo termo relações civis-militares, elas podem se estabelecer tanto em um nível social, quando interagem membros da sociedade civil, como as universidades, mídia, entre outros, quanto em um nível mais restrito, do qual participam apenas a elite política e a elite militar, ou seja, as relações ocorrem entre os representantes do Executivo e do Legislativo, com os membros mais antigos do corpo de oficiais.

Os estudos sobre as relações civis-militares são originários dos Estados Unidos, datam do período pós-Segunda Guerra Mundial, e têm como lócus de desenvolvimento as democracias liberais. Um importante ponto de inflexão no desenvolvimento teórico do campo foi a obra de Huntington, O Soldado e o Estado, publicada em 1957:

> O estudo das relações civis-militares tem sofrido com pouca teorização. A única teoria das relações civis-militares nos Estados Unidos [Lasswell's The Garrison State, JRC] é um conjunto confuso e não sistemático de suposições e crenças derivadas das premissas do liberalismo americano (HUNTIINGTON, 1957, p.vvi, *tradução nossa*).

Huntington (1957) ilustra em seu livro a influência militar que a Segunda Guerra Mundial teve sobre a sociedade norte-americana. A partir deste momento, os militares conquistaram grande projeção naquele país e passaram a atuar em diferentes esferas sociais. No governo nacional ocuparam cargos de alto comando, como um evidente resquício da guerra que acabara de suceder e da perspectiva de um futuro incerto. Estavam presentes, também, nas empresas privadas, as quais viram nos campos de batalha ótimos líderes e competentes trabalhadores, que poderiam ser incorporados ao seu grupo de funcionários. Logo, vislumbra-se a importância de se consolidar uma comunicação entre estes dois atores da sociedade, em prol de uma proposta comum para a condução nacional.

A partir desta constatação da realidade estadunidense, Huntington (1957) propôs a existência de quatro índices que revelam o grau de influência militar na sociedade civil, a partir da observação de: a) associações de grupo nas quais estão inseridos; b) recursos econômicos e humanos que dispõe, quanto maior a proporção do produto nacional dedicado a fins militares e o número de indivíduos vinculados às forças, civis ou militares, maior a influência exercida; c) presença de membros do corpo de oficiais em posições de destaque em estruturas não-militares de poder; d) prestígio e popularidade junto à opinião pública.

Contudo, o mesmo autor almejava em sua teoria reduzir o poder que os grupos militares haviam conquistado, para isso acreditava que se deveria percorrer o caminho oposto, na tentativa de maximizar o poder civil. O primeiro passo é a distinção entre os civis, daqueles que exercem o controle: o controle civil subjetivo identifica-se com a maximização do poder de determinadas instituições governamentais, classes sociais e formas constitucionais; o controle civil por instituição governamental está atrelado ao controle presidencial ou parlamentar, neste a distribuição do poder deve ocorrer entre executivo e legislativo, e não entre civil e militar; o controle civil por classe social, busca saber quais interesses prevalecem nas forças, aristocráticos ou liberais; o controle civil por forma constitucional, atrela as democracias ao controle civil, enquanto em modelos autoritários prevaleceria o controle militar.

Entretanto, a organização do controle a partir das formas supracitadas estava submetida aos interesses de grupos particulares, o que impedia a determinação de um modo. Com a ascensão da profissão militar, as duas alternativas que ganharam maior destaque foram: o controle subjetivo, o qual trata-se da politização da organização militar, inserindo os militares em determinado grupo, instituição ou interesse da sociedade civil, tornando-os espelhos do Estado. E o controle objetivo, no qual se atribui parcial autonomia aos militares, reconhecendo o profissionalismo militar, seu fim último seria militarizar os militares, tornando-os ferramentas do Estado, subordinados ao poder civil (SOARES, S., 2006). O controle subjetivo raramente é considerado uma opção nas democracias modernas, por essa razão, será aprofundada a caracterização do controle civil objetivo[18].

O elemento prioritário de qualquer sistema de controle civil é minimizar o poder militar, em específico, no controle civil objetivo. Tal ideal é logrado por meio da profissionalização dos militares, tornando-os politicamente neutros. “A antítese de controle civil objetivo é a participação do militar na política” (HUNTINGTON, 1957, p102).

---

[18] O controle civil subjetivo está atrelado à maximização de um determinado ator governamental, classe social, desta forma, a adesão dos militares a um grupo em específico o fortaleceria, assim como os militares se tornariam árbitros entre os diferentes grupos. Este controle geraria maior politização militar e a negação de uma esfera militar independente.

Para tanto, são empregados mecanismos externos e internos, os mecanismos externos são as instituições de monitoramento e as punições dos militares; os mecanismos internos são, por exemplo, a cultura militar de lealdade e a efetividade. Controla-se com maior facilidade o militar leal às instituições democráticas do Estado, já a efetividade depende da divisão de tarefas realizada entre civis e militares, cientes de que militares são profissionais capacitados para a guerra, enquanto políticos são especialistas em políticas[19] (CLEMMENSEN, 2013).

Desta forma Huntington (1957), em sua teoria, atribui grande ênfase à atuação profissional do militar o qual, conduzido por uma inerente lealdade militar e pela efetividade em suas ações, não fará uso de suas potencialidades para derrubar o governo:

> O comportamento do oficial em relação à sociedade é orientado por uma consciência de que sua capacidade só pode ser utilizada para fins aprovados pela sociedade por meio de seu agente político, o Estado. Enquanto a principal responsabilidade do médico é seu paciente, do advogado seu cliente, a principal responsabilidade do oficial militar é com o Estado (*Id.Ibid.*, p.15, *tradução nossa*).

Entretanto, como sugere Stepan (1975), a profissionalização de forma exclusiva não garante o afastamento dos militares da política. As instituições militares aceitaram com resignação, culpa ou desagrado o novo papel nos governos civis, porém mantiveram prerrogativas e diferentes graus de autonomia castrense (DIAMINT, 1999).

> [...] as forças armadas como instituição supõe ter um direito adquirido, ou um privilégio, formal ou informal, para exercer um controle efetivo sobre seu governo interno, para julgar um papel de dentro de áreas extramilitares no aparato do Estado, ou inclusive para estruturar relações entre o Estado e a sociedade política e civil (STEPAN, 1988, p.116).

Com isso, os maiores desafios do controle objetivo residem na busca pela neutralidade política militar, no comprometimento dos mesmos com os valores democráticos e com a supremacia civil[20]. Busca-se, pois, avançar para uma condição de profissionalidade na qual seja dever de todo militar a lealdade e a subordinação às autoridades democráticas civis (KOHN, 1997).

Neste processo os principais atores são: a instituição militar, os representantes políticos e a sociedade em seu conjunto. A administração estatal é responsável por fixar normativas que

---

[19] Todavia, Cohen (2003) argumenta que as relações civis-militares não devem ser interpretadas como uma simples divisão do trabalho, posto que constituem na realidade um diálogo desigual e confuso entre civis e militares, no qual os líderes civis possuem a autoridade final para decidir o curso político.

[20] A *supremacia civil*, para Agüero (1995), é a capacidade de um governo civil democraticamente eleito conduzir uma política sem intromissões por parte dos militares na definição de metas, na organização da defesa nacional e na formulação e aplicação da política militar.

serão debatidas em âmbito parlamentar, acadêmico e social, dando origem a uma política de defesa tal qual uma política de Estado, ou seja, o governo decidirá sobre o tamanho, a organização, o armamento de acordo com os valores democráticos e as crenças da sociedade em geral (DIAMINT, 2011).

O cerne do controle civil está em tornar a segurança subordinada aos propósitos da sociedade, os militares devem defende-la sem defini-la. A participação da comunidade civil na consecução de seus valores, instituições e práticas, permite que os interesses nacionais sejam desenvolvidos em bases populares e não mediante a decisão de líderes militares (KOHN, 1997). Portanto, o principal indicador do controle civil é observar quem prevalece quando as preferências são divergentes, se os militares prevalecerem constata-se um problema (DESCH, 1999).

> A melhor maneira para compreender o controle civil, para medir a sua existência e avaliar sua efetividade, é pesar a influência relativa dos oficiais militares e civis nas decisões de Estado a respeito da Guerra, segurança interna, defesa externa, e política militar (ou seja, o formato, o tamanho e os procedimentos operacionais da instituição militar) (KOHN, 1997, p.144, *tradução nossa*).

Em suma, o controle civil dependerá de vontade política (DONADIO, 2003). O governo como agente da população deve prestar contas de suas atividades, dentre elas as executadas pela instituição militar, contudo, para isto necessita que os militares realizem o *accountability* de suas atividades (CLEMMENSEN, 2013). “Os assuntos militares devem ser supervisionados por civis. Apenas a condução da guerra deve ficar sob comando estritamente militar” (SOARES, S., 2006, p. 38).

No entanto, sabe-se que o modelo proposto por Huntington (1957) se limita à explicação do caso norte-americano e algumas realidades europeias semelhantes, porém na realidade sul-americana não é de todo aplicável. Nas novas democracias o esforço civil para conquistar a supremacia civil pode ser interpretado como um desafio aos militares, e em situações em que não haja apoio da opinião pública, pode até mesmo ocasionar uma intervenção militar (COELHO, 2011).

De acordo com Agüero (1995), a consolidação da democracia em países que passaram por regimes autoritários ocorre por meio de um processo no qual, primeiramente, anula-se a intervenção dos militares nas decisões políticas para, em sequência, adentrar-se a etapa de consolidação, nesta o governo civil eleito é responsável por elaborar e assegurar a aplicação da política de defesa e militar. O mesmo autor considera, ainda, que existem dois tipos de consolidação do regime democrático: a negativa, a qual se propõe apenas a criar as condições

para impedir uma rebelião militar; e a positiva, que pretende desenvolver políticas e estratégias, a longo prazo, para lograr a incorporação dos militares nas instituições do novo regime, atrelada a uma autonomia relativa.

Neste sentido, entre os desafios que as novas democracias enfrentam para consolidação do controle civil está a criação de um Ministério da Defesa ou uma secretaria para assuntos de defesa, apoiada por uma burocracia civil com suficiente experiência e conhecimento técnico (COELHO, 2011). Oficiais civis competentes são indispensáveis para o controle civil, durante a transição democrática falhou-se no desenvolvimento de programas de treinamento para administração civil, a criação de uma liderança civil genuína é crucial para a estabilidade das democracias (DIAMINT, 2002).

A frequente falta de conhecimento dos civis a respeito das questões militares, assim como de uma discussão pública a respeito da cena política e, em especial, dos assuntos militares, tensionam as relações (DIAMINT, 2002). Faz-se necessário um vigilante acompanhamento por parte dos organismos de pressão como a mídia, as universidades, partidos políticos, entre outros. Uma mídia vigilante e um público que compreenda a importância do controle civil, são fundamentais para o bom funcionamento do Estado. Da mesma forma que, a interação com os civis é pertinente para o sucesso de uma doutrina militar coerente com os valores e crenças da sociedade.

As organizações militares necessitam de constante renovação para manterem sua relevância e efetividade, do contrário ficarão estagnadas e desintegradas da grande estratégia nacional (POSEN, 1984). A este respeito uma das propostas governamentais para conduzir a relação com as forças trata-se da educação democrática dos militares, por meio de um controle sobre os temas expostos durante suas formações, conferindo maior ênfase aos direitos humanos. No entanto, tal sugestão alcançou resultados limitados na região, sendo uma questão ainda em andamento em grande parte dos países (DIAMINT, 2002).

Em virtude do alto nível de coesão e autonomia dos militares, em países como o Brasil, por exemplo, se observa um baixo controle civil sobre as forças armadas. No caso brasileiro, em específico, houve uma tardia criação do Ministério da Defesa, concretizada apenas em 1999, o qual mesmo após a sua criação demonstrou-se débil[21]. Este quadro, pode ser comtemplado, também, pela ausência de civis na educação militar, o Ministério da Educação brasileiro não avalia os cursos de formação de suboficiais e oficiais, da mesma forma que, o Ministério da Defesa não interfere na condução dos mesmos.

---

[21] Como nos afirmam Winand e Saint-Pierre, o ato de empossar um civil como ministro não garante o controle das forças, tampouco a figura do ministério afiança a não-intervenção militar na vida política.

Por outro lado, na Argentina a transição por colapso permitiu a conquista de resultados mais positivos, no que tange ao controle civil dos militares, em um menor intervalo de tempo. Através de uma combinação de baixa relevância e baixo poder militar, avançou-se no controle das atividades militares, entre elas cita-se o ensino militar, o qual é supervisionado pelas diretrizes nacionais da educação.

Destarte, na apreciação do contexto sul-americano os casos brasileiro e argentino figuram como uma grande oposição no espectro do controle civil, porém a observação da realidade atual demonstra que em ambos países, passos importantes para a subordinação militar foram dados. O principal desafio segue sendo a crise funcional das instituições militares, apesar dos esforços para a delimitação de suas funções, as relações civis-militares irão atingir padrões saudáveis apenas quando estas estiverem pautadas pelo profissionalismo militar (SAÍN, 2010).

1.5 CONCLUSÕES PARCIAIS

No transcorrer dos anos viu-se uma alteração importante no teatro de operações das forças armadas. Com o fim da Guerra Fria não havia mais uma ameaça evidente e a maioria dos países da região deixou de ter um inimigo claro. Em resposta a este novo cenário, muitas das tropas foram direcionadas para forças de paz das Nações Unidas e internamente passaram a exercer o "papel de polícia" no combate ao tráfico de drogas e no controle aos distúrbios urbanos. Salienta-se, porém que as forças armadas desempenham com relutância as missões nacionais. Embora, hoje em dia a missão dos militares ser muito mais identificada com a defesa da comunidade e dos bens nacionais e globais, do que exclusivamente com a defesa territorial.

Outrossim, o controle civil objetivo foi apontado como variável chave para garantir a institucionalidade democrática, à medida que as forças armadas respondam às diretrizes do poder civil. Os governos em vistas de conquistarem sua autoridade devem, simultaneamente, encorajar o desenvolvimento profissional dos militares e, desencorajar o envolvimento destes na política. Todavia, o controle civil deve ser compreendido como um processo histórico contínuo.

Da mesma forma que, a estrutura orgânica funcional das forças e seu embasamento doutrinário devem seguir em constante processo de evolução. A instituição militar entendida como uma organização que tem por objetivo último defender a sociedade e seus valores, deve representar através de seu corpo de oficiais e de sua conduta os ideais da igualdade e equidade, basilares ao modelo da sociedade democrática. A incorporação estrutural das mulheres,

contemplada no seguinte capítulo, exigirá uma total reorganização da conduta e estrutura militar apresentada.

2. AS MULHERES NA INSTITUIÇÃO MILITAR

> The only time I saw Iraqi men entirely intimidated by the American-British forces was in Basra, when a cluster of men gaped, awestruck, around an example of the most astoundingly modern weapon in the Western arsenal. Her name was Claire, and she had a machine gun in her arms and a flower in her helmet.
>
> (KRISTOF, 2003)

As conquistas das mulheres, em virtude de suas lutas pessoais e em grupos, para além de superar múltiplas restrições impostas, permitiram que elas atingissem espaços de atuação, outrora exclusivos do gênero masculino. Entre os avanços mais significativos, se destaca o acesso à educação, o que permitiu a construção e o fortalecimento de mecanismos para o progresso feminino e a igualdade de gêneros, por meio de sistemas legais de atenção aos direitos humanos das mulheres.

Não obstante, as barreiras mais difíceis de serem transpostas dizem respeito àquelas relacionadas com as estruturas que estão presentes em nossa sociedade desde a formação dos Estados, são elas o campo: religioso, político e militar (PERROT, 1998)[22]. A partir da década de 1980, se incrementou a participação das mulheres nas forças armadas, o que impeliu a uma adequação das instituições em termos físicos e regulamentares, os distanciando da sua história predominantemente masculina. Desta forma, o processo de racionalização e modernização das forças ocorreu em consonância com sua feminização[23] (LOMBARDI, 2009).

Sendo assim, este capítulo, de forma sumária, diz respeito a incorporação das mulheres nas forças armadas. Para tanto, a priori, analisar-se-á a categoria gênero e as relações desiguais dela proveniente. Logo, abordaremos o processo de integração do gênero nas forças armadas, no intuito de observar como uma instituição originalmente masculina e paternalista conseguiu incorporar as mulheres em suas ações, aqui não pretendemos esgotar o tema, mas introduzir o debate a partir da exemplificação de outros contextos nacionais.

Portanto, será observado o transcorrer deste processo de incorporação, as ações empreendidas por governos e suas forças e alguns resultados atingidos, com maior ênfase para aqueles provenientes dos Estados Unidos, uma vez que é o país que mais antecedentes proporciona sobre o processo de integração feminina nas forças armadas. A diversidade de

---

[22] Estes campos são considerados tradicionais bastiões masculinos, são os centros de decisão e núcleos de poder, os mesmos foram re-significados, porém não totalmente modificados (PERROT, 2002).

[23] A expressão "feminização" costuma designar o processo de inserção e ampliação da presença das mulheres em ambientes de trabalho e profissões majoritariamente masculinos, sugere o estudo das mudanças nas relações sociais entre os sexos, nas identidades e representações profissionais e mudanças institucionais de várias ordens, que costumam acompanhar esta integração. Ver estudo de Frotiée e Porteret (2005) sobre a relação profissionalização e feminização nas Forças Armadas de Alemanha, Canadá, Espanha, Holanda, França e Inglaterra.

pesquisas e de análises efetuadas naquele país, são um exemplo para outras forças armadas do mundo quer positiva, quer negativamente.

2.1 CONCEITUANDO GÊNERO

Gênero, assim como classe e raça, determinam as relações sociais em todas as esferas da vida humana. É um conceito que ademais de permitir a observação das desigualdades construídas histórica e socialmente, colabora para a transformação das instituições presentes na sociedade, predominantemente masculinas (VIANA, 2013). Afinal, uma vez que tais relações foram socialmente construídas, elas são passíveis de serem desconstruídas e erigidas novamente.

No transcorrer da história a dominação masculina ultrapassou as ações e atingiu o campo do simbólico, delimitando os papéis sociais femininos e masculinos, a consequente divisão sexual do trabalho, resultou na determinação do espaço doméstico e privado para atuação das mulheres, em oposição, ao ambiente externo e público que ficou exclusivo aos homens.

A divisão sexual do trabalho materializa as desigualdades entre mulheres e homens, por meio da separação das atividades e da maior valorização dos trabalhos desempenhados por eles. O critério do sexo de quem executa a atividade é preponderante à prática em si, por essa razão, torna-se recorrente a mulher necessitar de mais atributos do que o homem para ocupar um mesmo posto de trabalho.

A partir de estereótipos socialmente construídos, determinados postos de trabalho são considerados inapropriados para as mulheres, apesar disso a industrialização e o progresso das sociedades deram novo fôlego à luta das mulheres, desta forma no fim do século XIX:

> Ideias e propostas idênticas surgiram em todos os movimentos de mulheres no Ocidente na viragem do século, mas parece ter sido na França que elas surgiram pela primeira vez e assumiram formas mais pronunciadas e diversificadas. Em todos os países, tais propostas foram defendidas por mulheres socialistas, radicais e conservadoras, embora não por todas elas; e muitas conheciam-se pessoalmente (BOCK, 1991, apud ALMEIDA, 2008, p25).

O ideário feminista pretendia, inicialmente, recontar a história dos processos sociais a partir de seu olhar, demonstrando as contribuições das mulheres para o avanço econômico, político e social mundial. Acreditavam que assim poderiam reconfigurar os paradigmas centrais constituídos até então (SCOTT, 1989).

No meio acadêmico, o gênero foi tratado como um sinônimo para mulheres, a fim de garantir maior legitimidade às pesquisas, por meio de uma linguagem mais neutra e dissociada da política. No Brasil, o conceito de gênero passou a ser utilizado com maior recorrência na década de 1980, como um meio de compreender as relações sociais e as interações humanas. Neste sentido, os papéis sociais foram compreendidos como os determinantes das diferenças entre homens e mulheres, retirando o enfoque biológico. Sendo assim, "cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar, quase predeterminados, até seus detalhes" (PERROT, 1988, p.178, apud SCOTT, 1989).

Contudo, com a ampliação dos estudos percebeu-se a importância do contexto cultural na percepção do gênero, considerando uma sociedade gendrada, na qual a masculinidade hegemônica e a dominação masculina facultam às mulheres um cenário de violência simbólica constante. Ou seja, o gênero não é uma definição natural, ele varia de acordo com o espaço e o tempo, a partir da influência das representações culturais são atribuídas distintas significações simbólicas aos sexos. Uma vez que "[...] nem todo público é masculino [e] [...] nem todo privado é feminino" (PERROT, 1988, p.180, apud SCOTT, 1989). Com isso, assumiu-se que as relações entre os sexos são em grande medida assimétricas e consolidam o poder masculino[24].

No que tange o campo das Relações Internacionais, o debate sobre gênero inseriu-se na abordagem feminista. A corrente questionou a epistemologia e a ontologia dominantes na área, posicionando as mulheres como atrizes da política internacional, conferindo a elas maior participação no espaço público (LUCERO, 2009). Para isso, foi preeminente retomar a historicidade do gênero e a observação das mulheres como sujeitos históricos. Afinal, a biologia pode constranger os comportamentos, mas ela não atua deterministicamente (SCOTT, 1989; TICKNER, 1992).

Destarte, a incorporação do gênero ao meio militar foi uma das demandas de um feminismo cunhado como igualitarista, de acordo com essa corrente a possibilidade de participação das mulheres nas forças armadas colabora com a consolidação do sujeito feminino. Restringir o acesso às mulheres em uma instituição que possui grande importância nacional, devido ao seu sexo, contraria a pressuposta igualdade de direitos e gera desvantagens econômicas e sociais para as mulheres, como aprofundado no tópico seguinte.

---

[24] De acordo com a autora Héritier (1989), a sociedade ocidental é caracterizada pela dominação masculina nos âmbitos político, econômico e simbólico, assim como confere valoração depreciativa ao âmbito feminino. Neste sentido, não são raras as situações nas quais são empregados discursos que remetem a uma suposta distribuição natural dos papéis no exercício de suas atribuições laborais, independente da instituição abordada. Desta forma, a dominação das mulheres pelos homens foi naturalizada e possuem sua agência limitada aos interesses masculinos (BOURDIEU, 2003).

2.2 O GÊNERO NAS FORÇAS ARMADAS

As forças armadas foram recorrentemente consideradas uma instituição patriarcal, na qual reifica-se a posição dos homens como dominantes. O caráter assimilador da organização, faz com que as mulheres sejam degeneradas, perdendo sua identidade de gênero. Estabelece-se, desta maneira, uma relação de subordinação entre homens e mulheres militares, pois “ao existir grupos distintos dentro de uma instituição, o grupo emblemático (neste caso, as mulheres) finda por adaptar-se à cultura dominante” (BOBEA, 2008, p69). Logo, as mulheres devem alterar seus valores, ao contrário dos homens, que “não sofrem mudanças de valores tão acentuados, mantendo os seus referentes” (CASTELÃO, 1999, p116).

De acordo com Tickner (1992), a crença mundial estabelece que a arena das relações exteriores e a militar, não são espaços apropriados para as mulheres, uma vez que uma administração confiável destes âmbitos dependeria de força, poder, autonomia, independência e racionalidade, todas as características associadas ao domínio masculino. “Quando pensamos na definição de um patriota, nós em geral pensamos em um homem, normalmente um soldado que defende sua terra, e mais especialmente sua mulher e filhos, dos perigos externos” (TICKNER, 1992, p2).

Com isso, em situações de conflito o gênero masculino constitui, tendencialmente, o sujeito ativo, na forma de guerreiro, ao passo que, o gênero feminino é o ente passivo, confundido com a presa (BATTISTELLI, 1999)

Portanto, mesmo que a mulher ao longo da história estivesse presente nas forças armadas, na maior parte dos casos, elas estavam restritas ao ambiente doméstico, no qual exerciam papel de apoio na composição da família militar. A exclusão das demais atividades era justificada por aspectos de ordem física, principalmente, devido à capacidade reprodutiva feminina, que inviabilizaria a prática de atividades de risco e de rigor disciplinar (CHAMBOULEYON, RESENDE, 2006)[25].

Contudo, as mudanças políticas mundiais, o processo de democratização das sociedades e a expansão dos direitos de igualdade entre gêneros, acrescidos da ressignificação dos papéis da mulher na sociedade, decorrentes das transformações econômicas e sociais, bem como dos movimentos feministas, possibilitaram a incorporação de um contingente feminino em sua estrutura. A figura feminina que abdica da vida em prol da carreira do esposo já não condiz

---

[25] Observa-se uma contradição no que tange as preocupações masculinas, uma vez que a mulher era poupada ao papel de combatente, mas não ao de vítima, uma vez que eram recorrentes os casos de estupros, utilizados como forma de desmoralizar o inimigo, puni-lo e humilha-lo (BATTISTELLI, 1999).

com a dinâmica social, a mulher conquistou maior liberdade e possibilidade de pleitear por sua própria realização (D'ARAÚJO, 2003).

São vários os estudos que buscam compreender as motivações para a inserção das mulheres no âmbito castrense, Carreiras apud Takahashi (2002) entende que após a Segunda Guerra Mundial, os países apoderaram-se de novas tecnologias e formas de gestão sofisticadas, o que resultou na necessidade de pessoal qualificado. Por conseguinte, as atenções voltaram-se para as mulheres, haja vista a crise de legitimação e prestígio que incorria a profissão militar, cunhado por Caire (2002) como o fenômeno do *desamor*.

Lombardi (2009) coaduna com o argumento exposto e acrescenta que os novos papéis das forças armadas, as quais atuam em missões internas, de vigilância e proteção nacionais, foram fulcrais para a abertura de espaço para as mulheres, em estreita correlação com o processo cunhado por Moskos (2000) de pós-modernidade militar.

Mathias (2005), em suas análises, elenca três fatores como os principais neste processo: o primeiro deles relaciona-se com a democracia, afinal a consecução desta está atrelada à uma ampla igualdade de oportunidades entre os cidadãos; a posteriori, acredita que a mudança na condução da guerra, tanto no que diz respeito às tecnologias empregadas quanto na gestão da guerra, impactaram para um maior aceite das mulheres; finalmente, o fator psicossocial dos militares, composto pela questão econômica e pelo prestígio da profissão, culminaram em uma baixa atração da profissão para o sexo masculino, assim como em uma desconfiança social.

Segal (1999), na tentativa de ordenar as distintas causas elencadas, articula três dimensões principais: a militar, a estrutura social e a cultura; a dimensão militar refere-se à situação da segurança nacional, a tecnologia, a estrutura da força e as políticas de admissão; a estrutura social, vincula-se com os fatores econômicos e demográficos que atuam sobre os papéis sociais das mulheres, assim como a estrutura familiar; e, a dimensão da cultura está atrelada às construções sociais que dão forma às concepções de gênero e família, os valores sociais e discursos em favor da equidade de oportunidades. O mesmo autor, pautado na realidade europeia, aponta como determinante para a presença das mulheres nas instituições militares a eliminação do serviço militar obrigatório e o déficit de pessoal ocasionado.

Finalmente, há uma visão que relaciona a incorporação das mulheres com o contexto internacional e regional de promoção de direitos das mulheres. Mediante esta perspectiva, o debate da equidade de gênero seria proveniente do debate público, afinal, a entrada das mulheres no mercado de trabalho produziu uma ruptura nas esferas até então impostas, o que possibilitou que as mulheres atingissem espaços de poder e áreas profissionais historicamente dominadas por homens, tais como a polícia e as forças armadas (LUCERO, 2009).

De acordo com Mathias (2013), a forma como a sociedade é construída em âmbito doméstico e internacional deve ser incluída na análise, caso pretenda-se compreender o processo de incorporação das mulheres nas forças armadas. Assim, segundo D'Araújo (2004, p.455) "[...] a entrada de mulheres nas Forças Armadas deve ser vista por dois ângulos: como uma conquista democrática e como um problema institucional".

Isto posto, observa-se na década de 1970, a ampliação do movimento feminista com a atração de mais adeptas na luta pelo fim da opressão e das relações hierárquicas entre homens e mulheres, e pela ampla conquista dos direitos civis e políticos. Entretanto, enquanto o foco por maior igualdade na carreira militar pudesse ser novo, questões sobre mulheres participando de domínios definidos como masculinos, já haviam impulsionado grandes discussões no passado, haja vista a presença das mulheres nas escolas e nos esportes.

Nestas situações as mulheres foram confrontadas pelas expectativas sociais do que é ser uma mulher. Afinal, supostamente, uma mulher não desejaria carregar armas, dormir em cabanas, ou ter a sua higiene pessoal prejudicada. Por essa razão, a partir do momento em que as mulheres começaram a entrar com maior vigor no meio militar, dúvidas sobre as suas reais intenções foram colocadas. Era recorrente o pensamento de que uma mulher em um ambiente numericamente e ideologicamente masculino, deveria desejar casar-se, ter experiências sexuais, ou, ainda, ser homossexual (HERBERT, 1998).

> [...]até hoje quando a maioria das forças armadas ocidentais, e mesmo movimentos guerrilheiros como os suicidas islâmicos, aceitam mulheres e permite-lhes ascender a postos de comando, ainda há um sinal de que essas mulheres são diferentes, são quase másculas (MATHIAS, ADÃO, 2013, p152).

Essa imagem da mulher é reflexo da crença social de que o gênero é um fator biológico, e que, portanto, justifica-se a divisão social do trabalho e a reserva de determinados papéis aos homens. Em meio castrense, este preconceito evidencia-se não apenas nas legislações, mas, principalmente, no tratamento e julgamento que as mulheres são submetidas por seus pares (MATHIAS, 2005).

Contudo, de acordo com Carreiras (2013), eram justamente as características institucionais das forças armadas, como a disciplina e a aventura, que atraíam as mulheres para a instituição. Embora a necessidade de emprego figurasse entre as razões para a escolha da profissão, as mulheres, em geral, não consideravam as forças armadas como um empregador qualquer, eram atraídas pelos aspectos únicos da organização. Neste cenário, as reinvindicações

feministas proclamavam o direito à luta, e o fim da associação da figura feminina com a pureza e a inocência.

No âmbito internacional, as demandas sociais também buscavam por uma maior igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. A ONU estabeleceu a década de 1975 a 1985 como a Década da Mulher, a partir de então foram realizadas Conferências em diferentes países ao redor do mundo para o fortalecimento da questão de gênero. O objetivo central era o empoderamento feminino, através da formulação de políticas públicas que atendessem às demandas das mulheres e estivessem pautadas nos Direitos Humanos.

Os resultados iniciais destas discussões foram colhidos na década de 1980, com a implantação das primeiras políticas públicas com recorte de gênero. As mulheres conquistaram direitos fundamentais, participação política, mesmo que restrita, e espaços no mercado de trabalho, atualmente, representam a única fonte de renda de muito lares. Neste cenário as forças armadas não poderiam ficar alheias à mudança da mentalidade social, pois, de outro modo, perderiam a legitimidade social e a aceitação conquistadas (MARTÍNEZ, 2009).

Portanto, em 1995, na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, as discussões sobre a potencialização do papel das mulheres na sociedade contemporânea permitiram que muitos governos decidissem por incorporar às mulheres na profissão militar[26]. Na redação final do texto da reunião torna-se explícito o posicionamento da ONU quanto à participação feminina: “A paz local, nacional, regional e global é alcançável e está necessariamente relacionada com os avanços das mulheres, que constituem uma força fundamental para a liderança, a solução de conflitos e a promoção de uma paz duradoura em todos os níveis” (IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER, 1995).

Cinco anos mais tarde, em 2000, esta perspectiva foi incorporada como uma Resolução do Conselho de Segurança da ONU, número 1325, em seu texto ela reafirma a importante participação, de forma igualitária, das mulheres na prevenção e solução dos conflitos, na construção e promoção da paz e da segurança (ONU-CS, 2000). Contudo, tal resolução não foi suficiente para alterar, significativamente, a presença feminina nas atuais missões de paz, tendo em vista o contingente proporcionalmente baixo de mulheres empregadas neste ambiente (MATHIAS, 2009).

[26] O tema da mulher não foi debatido apenas nas inúmeras Conferências Mundiais, mas também esteve presente nas Convenções sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979); nas Estratégias de Nairobi orientadas para o futuro e o Avanço da Mulher (1985), no Programa 21 e na Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1992), na Declaração de Viena e no Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos (1994), na Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento (1994), e no Programa de Ação da Corte Mundial sobre Desenvolvimento Social (1995).

Como demonstra o levantamento referente ao mês de novembro de 2015, realizado pela ONU, para auferir a presença por gênero nas missões de paz, constata-se que o contingente total militar feminino está próximo aos 3%, mesmo após quinze anos da implementação da Resolução, permanece havendo um grande desafio de gênero a ser superado.

Tabela 1 – Estatísticas sobre o gênero nas missões

Missão/ Militares	**Especialistas Militares**			**Tropas**			**Total Militar**
	M	F	**T**	M	F	**T**	
MINURSO	191	4	195	21	5	26	221
MINUSCA	133	7	140	9549	89	9638	9778
MINUSMA	34	3	37	10420	181	10601	10638
MINUSTAH				2272	88	2360	2360
MONUSCO	440	17	457	16497	528	17025	17482
UNAMA	11		11				11
UNAMI				226	15	241	241
UNAMID	173	7	180	13864	526	14390	14570
UNDOF				783	22	805	805
UNFICYP				809	51	860	860
UNIFIL				10105	396	10501	10501
UNISFA	106	16	122	4079	303	4382	4504
UNMIK	8		8				8
UNMIL	96	6	102	3146	167	3313	3415
UNMISS	189	6	195	11034	398	11432	11627
UNMOGIP	40	2	42				42
UNOCI	171	14	185	5128	94	5222	5407
UNTSO	144	6	150				150
TOTAL	1736	88	1824	87933	2863	90796	92620

Fonte: ONU, 2015.

Destarte, mesmo com os significativos avanços, as mulheres permanecem enfrentando diversos dilemas sociais, dois fatores atuam na manutenção da subjugação feminina: o exercício

das responsabilidades familiares e a hierarquização social que mantém as mulheres distantes do topo da estrutura.

No que tange as tarefas do lar, uma vez que elas não sejam divididas equitativamente com os parceiros, a atuação das mulheres em empregos com maior complexidade e que exijam maior disponibilidade fica comprometida. Elas serão respeitadas, apenas, se demonstrarem serem muito competentes, do contrário, a ideia de que são protegidas ou recebem privilégios para a execução de suas funções, prevalecerá em um ambiente hostil a sua presença.

Acresce-se a isto a ocorrência de uma segregação vertical na sociedade, através da imposição de barreiras invisíveis, institucionalizadas pelo universo masculino, que impedem a ascensão profissional do segmento feminino, ou refletem na atribuição de menores salários e na privação da possibilidade de promoções (CALÁS, SMIRCICH, 1998).

Na organização militar este quadro é visto de forma acentuada. Calcados em suas tradições, os militares, consciente ou inconscientemente, excluem as mulheres das redes de influência que permitem ascender a melhores postos. Essas políticas discriminatórias, permeadas por um sexismo institucional, são responsáveis por limitar os planos de carreira das mulheres, ou, até mesmo, fazer com que elas desistam de seus cargos, por indiretamente consentirem com essa cultura.

Constrói-se, deste modo, um *teto de vidro*[27], uma barreira sutil e transparente, mas suficientemente forte para impossibilitar a ascensão de mulheres a níveis mais altos da hierarquia organizacional, exclusivamente em função de seu gênero. Neste sentido, os países com forte cultura militar desenvolvem estudos que questionam as políticas de exclusão feminina, com intuito de pôr fim aos argumentos que visam manter a hierarquização e a gendrificação[28] da carreira militar.

Em específico, observa-se que os testes de força exigidos como critério de aceite, são medidos através de parâmetros que favorecem aos homens e excluem grande parte das mulheres (GOODELL, 2010). Contrários à integração feminina total afirmam que as mulheres são incapazes de realizar os testes com a presteza necessária e, por essa razão, não estariam habilitadas para atuarem em determinadas funções.

---

[27] Conceito introduzido na década de 1980 nos Estados Unidos, o qual enfatiza as desigualdades de gênero utilizadas como forma de opressão e resulta em uma sub-representação feminina nos cargos de comando das organizações (STELL, 1997; VAZ, 2013).

[28] Há alguns anos o termo gendrificação ganha força na literatura que problematiza as relações de gênero, o mesmo faz referência aos discursos e as práticas essencializadoras, baseadas na ética da diferença e das desigualdades. As estratégias de poder são responsáveis por constituir sujeitos femininos e masculinos, de acordo com determinados modelos de comportamento (TAMANINI, 2012).

Entretanto, argumenta-se, em oposição, a necessidade de se analisar com maior cautela quais têm sido os exercícios exigidos. Dado que, em inúmeras áreas, as mulheres demonstram capacidades semelhantes ou superiores aos homens, tais como as tarefas dinâmicas em decorrência do peso corporal, em geral inferior, possuem maior adaptabilidade ao frio e à altitude, devido a maior taxa de gordura corporal, que fornece maior resistência, assim como, os músculos femininos sofrem fadiga de maneira mais gradual e se recuperam mais rapidamente[29] (GOODELL, 2010). Como nos afirma Carreiras (2013, p.455):

> na medida em que os testes físicos foram inicialmente concebidos para medir capacidade masculinas, com equipamento limitado, este facto vem reforçar as percepções de inequidade. As mulheres estão efetivamente a ser avaliadas em termos de características nas quais o homem médio releva melhores desempenhos do que a mulher média; os traços em que as mulheres poderiam situar-se em vantagem (ex. medidas de flexibilidade) não são incluídos de forma sistemática.

Importante ressaltar que as diferenças observadas entre os rendimentos masculinos e femininos não são propriamente inerentes ao sexo, mas são, também, resultado de uma sociedade discriminatória que pouco incentiva as mulheres durante suas vidas a praticarem esportes. Contudo, tal lacuna história pode ser revertida por meio de treinamentos especializados, demonstrando o potencial de mutação destas diferenças físicas, a depender dos estímulos oferecidos ao corpo. Ou seja, a avaliação da capacidade física de um ser humano é um processo bastante complexo, que interliga inúmeras variáveis (GOODELL, 2010).

Desta maneira, uma alternativa para seleção das características avaliadas seria estabelecer uma correlação entre os requisitos exigidos pela função a ser exercida, e não com o sexo. Tendo em vista que o argumento pautado na força física é gendrificado e hierárquico, ao criar barreiras para a entrada das mulheres. Afinal, uma mulher pode ser incapaz de realizar certo número de flexões, mas pode utilizar diferentes técnicas e grupos musculares para alcançar o mesmo resultado (KAMARCK, 2015).

Não obstante, mesmo que fique evidente que os padrões exigidos para se adentrar às forças armadas são inadequados ou desnecessariamente elevados, uma alteração destas normas poderia ser percebida como uma mera tentativa de incluir as mulheres através do rebaixamento dos padrões, o que em última instância, faria com que as mulheres ocupassem a vaga de soldados mais eficientes.

---

[29] Características que foram empregadas, por exemplo, durante a guerra do Vietnã onde, nesta circunstância as militares norte-americanas foram designadas para a função de transporte de alimentos, sendo reconhecidas como “water buffalo of the Revolution”, por queixarem-se menos do trabalho árduo (GOODELL, 2010)

Isto posto nota-se que, em muitos casos, o número de vagas destinadas às mulheres, ou mesmo o acesso a determinadas especialidades foi condicionado por aspectos materiais, mais que por determinações igualitárias (CARREIRAS, 1997, p.93).

Adere-se aos argumentos contrários, aqueles que apontam que seriam necessárias mais pessoas para executarem o mesmo trabalho, impactando em maiores custos trabalhistas. Porém, atrelar a competência ao masculino, e a incompetência ao feminino, gera um ciclo vicioso o qual descapacita as mulheres e apregoa a incapacidade do sexo. Dharmapuri (2011) afirma que, ao contrário, a presença das mulheres aumenta a eficácia operacional em pelo menos três áreas: melhor captura de informação; maior credibilidade; melhor proteção da força.

Tais afirmações podem ser evidenciadas por meio das observações realizadas em operações de paz. Quando as mulheres são incluídas em operações táticas observa-se maior possibilidade de conquistar a confiança das populações em conflito. Na Libéria, por exemplo, onde há ao redor de cem mulheres atuando como oficiais da ONU, na operação UNMIL, elas são consideradas mais acessíveis e sensíveis com as necessidades da população local, principalmente, no que tange a violência cometida contra as mulheres (DHARMAPURI, 2011).

De acordo com Dharmapuri (2011), as mulheres apresentam em comparação com os seus colegas do sexo masculino taxas inferiores de denúncias de conduta inapropriada, abuso do poder ou uso indevido de armas, além disso, são mais responsáveis e menos autoritárias nas relações interpessoais. As mulheres soldados são melhores articuladoras em sociedades conservadoras, em específico na sociedade muçulmana, como se observou na Bósnia, Camboja, El Salvador e Namíbia, os líderes preferem interagir com representantes do sexo feminino (DHARMAPURI, 2011). Logo, a presença das mulheres exerce uma contribuição fundamental para o ambiente de conflito, sendo sua incorporação uma vantagem estratégica para as forças.

Depreende-se ainda que, para a conquista da máxima eficácia operacional, unidades mistas conferem melhores resultados. A inclusão das mulheres nestes cenários é um sinal de progresso, possibilita que novas vozes sejam ouvidas, e que a negociação prevaleça à violência (DHARMAPURI, 2011). Sendo assim, a exclusão feminina seria disfuncional às forças, pois deixariam de aproveitar as competências desta gama populacional.

2.3 PANORAMA GERAL: AS MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS

As mulheres sempre estiveram presentes no cotidiano militar, entre os povos celtas e germânicos a presença feminina era respeitada como uma tradição. Contudo, durante o Antigo Regime (séc. XVI-XVIII), em virtude da relevância atribuída às crenças romanas, gregas e

cristãs, a mulher foi considerada um ser inferior, com isso como descreve Caire (2002) as mulheres que acompanhavam os exércitos deixaram de ser bem vistas e tinham sua presença tolerada:

> Seja durante a Idade Média, seja no decorrer do Antigo Regime, seja ao tempo da Revolução e do Império, elas seguiram exércitos como esposas, enfermeiras, prostitutas ou mercadoras antes que fossem reconhecidos os papéis oficiais de cantineiras, vivandeiras e lavadeiras (*Id.Ibid*, p.18).

Em decorrência do grande número de mulheres nos campos de batalha, viu-se a necessidade de institucionalizar algumas funções com caráter de apoio e limitar a presença feminina nestes cargos. Porém, muitas delas pretendendo burlar as determinações se disfarçavam de homens ou estavam presentes apenas nos acampamentos. Enfrentavam duras condições para sobrevivência e demonstravam muita coragem, eram acometidas, recorrentemente, com doenças venéreas, ao mesmo tempo que conviviam em um ambiente de extrema violência e alcoolismo (CAIRE, 2002).

Outrossim, eram essas mulheres as responsáveis pelo espírito maternal e companheiro dos acampamentos, entre elas estavam, ainda, aquelas que lutavam por necessidade, fazendo do combate suas profissões, mesmo que, oficialmente, a guerra permanecesse sendo atribuição masculina (CAIRE, 2002).

No século XIX se inicia o processo de transição das funções femininas nas organizações, o ambiente de urgências militares advindas do contexto de guerra, fez com que as mulheres fossem convocadas para atuarem em funções auxiliares específicas, principalmente, na área da saúde. Desta maneira, deixavam de ter um caráter marginal e assumiam seus postos por meio de legislações, sendo reconhecidas como fundamentais nos teatros de operações (CAIRE, 2002).

A Primeira Guerra Mundial foi o primeiro momento de atuação reconhecida das mulheres militares. A magnitude do conflito tornou preeminente um grande contingente militar e, por essa razão, a convocação feminina foi uma das opções encontradas para suprir as carências, em especial nas funções de retaguarda da guerra. Destacam-se, pois, as ações para o recrutamento realizadas nos países anglo-saxões, destinadas ao apoio logístico (CAIRE, 2002).

Na Inglaterra, à época já existiam diversos corpos femininos voluntários, com funções de auxílio à Marinha, ao Exército e à Aviação militar. Por estarem submetidos a uma disciplina semelhante a militar, foram embrionários dos futuros corpos femininos. Logo, em 1915,

constituiu-se o *Queen's Mary Army Auxiliary Corps*, e o *Women's Auxiliary Army Corps*, responsáveis por todas as tarefas de apoio ao combate (CAIRE, 2002).

Durante a Segunda Guerra Mundial, neste mesmo país, foi estabelecido o *Auxiliary Territorial Service* (ATS), uma divisão feminina do Exército britânico que operaria durante todo o conflito. As funções das voluntárias, com idade entre 17 e 43 anos, correspondiam às tarefas auxiliares: motoristas, cozinheiras, inspetoras de munição, enfermeiras. "A mais festejada recruta do ATS foi a Princesa Elizabeth, uma das primeiras a se alistar no corpo, emprestando a auréola de seu prestígio" (CAIRE, 2002, p86). A partir de 1941, com a aprovação do *National Service Act*, este serviço foi incorporado à estrutura militar, à medida que aumentava a necessidade por mão-de-obra, as mulheres eram inseridas nas funções táticas (MARTÍNEZ, 2009).

Devido a urgência da guerra, a incorporação das mulheres em distintos países teve que ser feita de forma acelerada, por meio do estabelecimento de unidades para atuação específica no conflito, ou corpos de voluntárias. Foi o caso de Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, Noruega e Holanda.

No Brasil, a situação foi semelhante a guerra seria a primeira oportunidade de empregar as mulheres na estrutura militar e, para tanto, foi necessário agir com celeridade na mobilização das voluntárias. Essas mulheres ao retornarem para o país foram aclamadas pela bravura e competência que demonstraram ao longo do conflito, tal reconhecimento fomentou questionamentos sociais, já que esta atuação contrapunha à visão tradicional das mulheres restritas ao âmbito doméstico. Logo, a participação feminina na Segunda Guerra Mundial impactou não apenas na instituição militar, mas foi crucial na conquista de espaços sociais para as mulheres em geral.

Deve-se conceder destaque também ao México, afinal o país foi um dos pioneiros no continente a criar uma estrutura permanente e estável nas forças armadas para o ingresso das mulheres, ainda no ano de 1938, fundou-se a Escola Militar de Enfermeiras (MARTÍNEZ, 2009).

Contudo, neste período, ficaram evidentes as diferenças na forma de emprego das mulheres nos países do Oriente e Ocidente. Na Rússia, por exemplo, elas estavam presentes em todos os fronts de batalha e participavam dos treinamentos, mesmo antes do início da guerra. Em contrapartida, nos países do Ocidente as mulheres foram mantidas exercendo apenas as funções de auxiliares não-combatentes (CAIRE, 2002).

As justificativas biológicas que apontavam para a fragilidade física das mulheres, ainda pairavam sobre a instituição e eram as que mais imperavam nas barreiras impostas às

mulheres[30]. Contudo, os exemplos inéditos dos Estados Unidos, que haviam incorporado organicamente às mulheres, e da ex-União Soviética, que incorporaram as mulheres como combatentes franco-atiradoras, foram fulcrais para que os demais países começassem a observar a questão da integração feminina com maior prudência (MARTÍNEZ, 2009).

Desta forma, um reduzido grupo de países do continente americano, composto por México e Canadá seguiu a tendência, porém a maioria dos países latino-americanos viria a implementar as primeiras medidas apenas cinco décadas mais tarde, nos anos 1980.

Neste segundo grupo estão, por exemplo, Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, os quais compartilham de um mesmo cenário compreendido pelo fim das ditaduras e o processo de democratização. Este contexto fez com que a forte interferência castrense na política, fosse substituída por um controle civil, ainda que limitado, sobre as forças armadas, o que garantiu o respeito às regras do novo governo democrático e possibilitou a vocalização de novas demandas.

A redemocratização e a crescente luta por direitos políticos e sociais tornaram mais visível o processo de incorporação feminina nas forças. A transição democrática possibilitou que os cidadãos marginalizados se questionassem a respeito dos espaços sociais, em específico as mulheres, que motivadas pela condição de subordinação histórica articularam diversos movimentos. Elas se reconheceram como sujeitos da transformação e se sentiram motivadas a questionarem e atuarem para transformar a situação.

Desta maneira, a democratização possibilitou a organização de movimentos de mulheres, alguns deles com viés feminista, os quais pretendiam conquistar direitos políticos, acesso ao mercado de trabalho e melhores condições de vida, o que influenciou, também, na incorporação feminina nas forças armadas, como nos aponta Escobar (2009, p.53-54):

> Primeiro, a democracia, que cada vez mais exige igualdade para os cidadãos. Segundo, a mudança de concepção das novas guerras, avanços tecnológicos e administrativos. E terceiro, o fator psicossocial, consequência da percepção dos agentes sobre a função dos militares, onde se inclui o prestígio da profissão e a legitimidade castrense.

No Uruguai, a instituição castrense abre as portas às mulheres em 1998 e permite o acesso delas às armas combatentes, mulheres e homens conquistaram o mesmo *status* de militar. O Chile, é outro caso de igualdade de gênero nas forças armadas, porém neste país as mulheres

[30] As mulheres podem desenvolver níveis semelhantes de capacidade física que homens da mesma estatura, desde que sujeitas a treino adequado. O treinamento deve ser compatível com o estilo de vida ativo exigido na profissão militar e de acordo com a função exercida, uma vez que algumas unidades são mais exigentes em termos físicos (VOGEL, 1999; BROWER, 1996 apud CARREIRAS, 2013).

têm acesso apenas às armas de combate na força aérea. Em outros países como o caso da Bolívia, Colômbia e Equador, o ingresso das mulheres não ocorreu de forma simultânea em todas as forças (exército, marinha e aeronáutica), demonstrando que a abertura não foi reflexo de uma diretriz política centralizada, mas seguiu conveniências institucionais (ESCOBAR, 2009).

Salienta-se ainda que, apesar de nos últimos anos as forças armadas de países como Chile, Colômbia, Equador e Uruguai terem sido dirigidas por mulheres, foram poucas as políticas públicas propostas para a inclusão das mulheres nas forças. Embora tenham existido tentativas de reconfiguração na abordagem do tema, este ainda não recebeu o enfoque necessário nos ministérios de defesa e nos parlamentos nacionais, a incorporação não é reconhecidamente uma política de Estado (ESCOBAR, 2009).

De acordo com Baquim (2007, p. 167), "o emprego das mulheres foi crescendo aos poucos, tanto dentro dos próprios países que já as incluíam, quanto nas fileiras de países que tradicionalmente condenavam tal opção, como é o caso de muitos países latino-americanos".

Internacionalmente, a década de 1980 demarcou uma época na qual diversos países embasados por leis de equidade, eliminaram as barreiras para o serviço das mulheres. No Canadá, em 1980, pela primeira vez as cadetes tiveram acesso às escolas militares reais de Saint-Jean (Quebec) e de Kingston (Ontário). E, em 1989, o Tribunal de Direitos Humanos removeu todas as restrições baseadas no gênero e realizou a integração plena das mulheres, inclusive nas funções de combate e submarinos, destacando-se, até hoje, como um país referência no assunto (GOODELL, 2010).

Como demonstrativo deste panorama geral sobre a atuação das mulheres nas forças armadas expõe-se a tabela abaixo, na qual pode-se observar a distinção entre estar presente nas forças armadas e atuar nas operações.

Cita-se, por exemplo, a Espanha como um país que dentre as 12,2% das mulheres nas forças armadas, 10,3% estão em operações, por outro lado, há o caso italiano o qual apesar de ter inscritas 13% de mulheres em suas forças, apenas 3,3% estão em operações, ou seja, a grande maioria atua em funções administrativas de apoio às forças.

Tabela 2 – Panorama geral das mulheres nas forças armadas

País	% Mulheres Forças Armadas	% Mulheres em Operações
Alemanha	8,8	5,2
Bélgica	7,8	3,9
Bulgária	14,1	5,5
Canadá	16	10
Dinamarca	6,4	4,7
Eslovênia	15,4	10,1
Espanha	12,2	10,3
Holanda	9,0	12,0
Itália	13,0	3,3
Lituânia	10,8	5,6
Luxemburgo	4,9	2,8
Polónia	1,9	2,2
Portugal	13,6	7,9
República Checa	13,6	6,2

Fonte: CARREIRAS, 2013, p479.

Nota: Dados obtidos no Relatório Anual OTAN Committee on Gender Perspectives, 2011.

Observa-se, portanto, um quadro difuso, no qual cada país aloca-se em um diferente estágio de incorporação das mulheres. Na Europa, por exemplo, há incorporação plena, a qual abrange inclusive os postos de combate e submarinos, apenas na Espanha e Noruega. Já na Alemanha, França e Itália, as mulheres ficam banidas de atuarem em submarinos. Há ainda, aqueles países que limitam a atuação feminina e restringem determinados postos, como o Reino Unido e a Holanda (MARTÍNEZ, 2009). Tais limitações influenciam, diretamente, na composição de um contingente para operação, uma vez que aqueles que os integram são majoritariamente provenientes de cargos combatentes.

Destarte, a incorporação efetiva das mulheres às forças armadas ainda não foi concluída, a ética militar, guiada por preceitos conservadores, impede que este processo avance com maior rapidez. Para tanto, "a experiência mostra que a integração efetiva diminui os preconceitos e promove a coesão mais efetivamente que qualquer outro fator" (PEACH, 1999, p.12).

2.3.1. As mulheres nas Forças Armadas dos Estados Unidos

As mulheres norte-americanas iniciaram sua atuação no meio castrense a partir dos hospitais das forças armadas. O serviço de enfermagem teve início anterior à Primeira Guerra Mundial, em 1775, momento em que o General Washington criou um departamento hospitalar civil para atender o exército, porém com o passar dos anos e o envolvimento em algumas guerras, percebeu-se a necessidade de militarizar tal serviço, o que ocorre em 1901 a partir da criação do *Army Nurse Corps*. Mesmo tornando-se um componente das forças, as mulheres continuaram tendo poucos direitos assegurados e sendo mal remuneradas. Em 1908, a marinha também oficializa o seu corpo, denominado de *Navy Nurse Corps*. Ambos corpos totalizaram, em conjunto, um efetivo de 23.400 profissionais (CAIRE, 2002).

Anos mais tarde, o Exército norte-americano incorpora as mulheres no *Signal Corps* (Arma de Comunicação), responsável pelas funções de apoio, contudo, em decorrência das barreiras impostas, permaneciam com o status de civis. Diferentemente, a Marinha que não possuía barreiras legais para a mobilização feminina, criou o *Yeomanettes* e o *Marinettes* para abrigar as novas responsáveis pelas atividades de suporte às forças, executavam em terra funções burocráticas e hospitalares (CAIRE, 2002). Foi nesta força que a primeira mulher atuou em um cargo não relacionado com a enfermagem, em 1917, Loretta Perfectus Walsh se alistou na reserva da Marinha e chegou a ocupar o posto de suboficial (MARTÍNEZ, 2009).

Estes corpos foram empregados durante o decurso da Primeira Guerra Mundial, e como resultado de sua maior institucionalização, alguns deles não foram desmobilizados por completo ao fim do conflito. Sendo assim, forneceram as bases para o serviço militar feminino na Segunda Grande Guerra, facilitando as convocações.

Contudo, mesmo assim, o governo norte-americano necessitou realizar uma grande campanha publicitária para o convencimento da população no que tange a criação de um corpo feminino para auxílio na guerra, uma vez que no Congresso eram muitas as opiniões contrárias. Ao mesmo tempo em que, foram propagadas imagens com intuito de incentivar as mulheres a trabalharem nas fábricas durante o conflito, em substituição aos homens convocados para a atuação no campo de batalha.

Uma das mais famosas peças da imprensa norte-americana, na época, foi a que se apresenta em sequência, a qual tornou-se símbolo para uma geração de mulheres estadunidenses. Nela observa-se uma mulher de classe média, jovem, forte e plenamente capaz de assumir uma função externa ao lar.

Quadro 3 – Encorajamento feminino para o trabalho nas indústrias de defesa

Fonte: HOWARD, 1942.

Desta maneira, o Congresso logrou instituir, em 1942, o *Women's Auxiliary Army Corps* (WAAC), ao mesmo tempo em que reativou os contingentes da Reserva feminina da Marinha, Guarda Costeira e dos Fuzileiros Navais, todos os últimos com estatuto militar, tal diferença de status gerou confusão nas atribuições de funções e problemas jurídicos graves. Problema solucionado, em 1943, quando o General Marshall conseguiu transformar o WAAC em corpo militar, o Corpo Feminino do Exército – *Women's Army Corps* (WAC). Este novo corpo não deveria exceder o limite máximo de 150 mil integrantes, sendo que a diretora seria a única a ocupar um posto de coronel. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, o WAAC foi mantido como corpo militar (CAIRE, 2002).

Em decorrência da maior atuação feminina durante a guerra, a admissão de mulheres nas corporações militares foi incrementada, mesmo que ainda de forma limitada. O Congresso dos Estados Unidos aprovou, em 1948, o *Women's Armed Services Integration Act*, a partir dele concedeu-se a possibilidade das mulheres atuarem nas forças armadas, porém eram mantidas algumas restrições. Elas foram excluídas do combate em aeronaves e embarcações, a promoção das mulheres foi restrita a determinados postos, além disso, estabeleceu-se um limite de 2% para a presença do sexo feminino nas forças, limite revogado apenas em 1967 (KAMARCK, 2015).

Em paralelo à guerra outros três fatores podem ser elencados como responsáveis pela expansão do papel das mulheres nas forças armadas norte-americanas. O primeiro deles diz respeito aos movimentos pela igualdade de oportunidades, os quais atingiram também o âmbito da defesa (KAMARCK, 2015).

Nos Estados Unidos, como nos afirma Caire (2002) a pressão dos movimentos femininos foi muito forte. Para tanto foi criado, em 1951, o *Defense Department Advisory Committee on Women in the Services* (DACOWITS), ele reunia, originalmente, cinquenta mulheres com a missão de facilitar a troca de informações entre o Exército e a população norte-americana, assim como aconselhar o departamento sobre a política aplicável ao segmento feminino. O órgão permanece atuante e conta com a participação do secretário de Defesa, na realização de análises que tangem o emprego, a retenção, o tratamento e o bem-estar das mulheres dentro das forças armadas.

Acrescenta-se a este cenário os movimentos pacifistas contra a Guerra do Vietnã e o fim da conscrição obrigatória, em 1973, com o qual as forças não conseguiram atingir o número de recrutas homens suficiente, voltando a atenção para as mulheres, a partir de então limites para atuação feminina foram revogados e as legislações ampliaram as oportunidades para as mulheres (MARTÍNEZ, 2009; KAMARCK, 2015). Consequentemente, em 1973, a Marinha estadunidense abriu a função de pilotos de treino para as mulheres e, em 1976, a Força Aérea realizou o mesmo. Em 1974, o requisito de idade mínima para alistamento sem consentimentos dos pais, tornou-se igual para ambos os sexos e, no ano seguinte, foi aprovada a legislação que permitia a admissão das mulheres nas três academias militares (KAMARCK, 2015).

Todas essas conquistas foram bastante significantes para o processo de incorporação feminina, contudo, em 1988, ocorre a implementação de uma nova diretriz cunhada de “regra de risco” a qual dificultou o avanço das ações. A “regra de risco” excluía as mulheres das unidades não combatentes se os riscos de exposição ao combate fossem iguais ou maiores do que os riscos nas unidades de combate que eles apoiavam, por exemplo, uma médica poderia ser designada a uma unidade de suporte, no entanto, caso a unidade fosse alocada para o suporte de uma unidade de combate, o risco para a unidade médica deveria ser menor do que o risco para a unidade de combate (KAMARCK, 2015).

Os proponentes desta lei acreditavam que assim poderiam minimizar a exposição das mulheres às situações de risco, uma vez que estavam se tornando recorrentes os casos de abuso sexual por tropas inimigas. Tal regulamentação foi revogada em 1994, quando, durante o governo Clinton (1993-2001), aprovou-se a *Direct Combat Exclusion Rule*, tendo como base esta nova lei, os membros do serviço militar seriam elegíveis para todas as funções que estivessem qualificados, exceto as mulheres, que estariam excluídas das unidades cuja principal missão fosse o combate direto, acrescidas das exigências físicas de determinados postos (KAMARCK, 2015). Tal exclusão conferia às mulheres um estatuto jurídico distinto ao dos homens.

Não obstante, as mulheres permaneceram presentes nas guerras, como na Guerra do Golfo, no início da década de 1990. No balanço final desta guerra o *US General Accounting Officer* (1993) observou que:

> embora muitos tenham referido que os homens sentiam a necessidade de proteger as mulheres, não concordaram com a ideia de que tal atitude os distraísse das suas responsabilidades [...] registraram-se poucas diferenças nas percepções sobre a capacidade de homens e mulheres lidarem com o stress do destacamento. [...] A homogeneidade de gênero não foi considerada pelos participantes nos grupos focais como um requisito para a efetiva coesão das unidades durante o destacamento (p4, apud CARREIRAS, 2013).

Esta fala proveniente de um militar de alta patente é significativa, pois contrapõe, na prática, argumentos contrários à integração feminina, os quais afirmam que o *ethos*, a coesão e a prontidão militar seriam afetados com a presença de mulheres na corporação.

As operações das Forças Armadas norte-americanas no Afeganistão, em 2001, e no Iraque, em 2003, representaram as primeiras grandes mobilizações de tropas após 1990. Apenas no Afeganistão foram empregados quase 2 milhões de soldados, dentre eles 280 mil mulheres, sendo mais de 800 feridas e 130 mortas, quadro que reacendeu o debate público sobre a incorporação das mulheres. Essas mulheres executaram ações de patrulha, operações porta-a-porta por busca de armas, escoltas de comboio e apoio cultural, em atividades de aproximação com as mulheres locais (KAMARCK, 2015; CARREIRAS, 2013).

Não obstante, a natureza não-linear e irregular destes conflitos, tornou a definição de combate direto pouco aplicável, com isso confundiram-se os papéis de combatentes e não combatentes ao longo das operações, ou seja, as mulheres já estariam servindo, lutando e morrendo em conflito, porém sem reconhecimento estatal, o que implicava diretamente em seu desenvolvimento profissional e acesso a determinados benefícios (KAMARCK, 2015).

Atrelado a isto, o *Center for Military Readiness* apontou que, o número de recrutas do sexo masculino era demasiado pequeno para sustentar as forças em ação, para recompor o quadro necessitariam expandir o uso de mulheres em função de combate. A abertura para as mulheres significaria uma maior gama de recrutas, aprimorando o desempenho das unidades.

Perante este novo quadro, o DACOWITS retoma suas atividades no assessoramento e problematização destas novas demandas. Um dos apontamentos realizado pelo grupo questionou os critérios estabelecidos pelas forças para a entrada na instituição, os quais, em geral, demonstram a incompatibilidade programada com o sexo feminino, em prol da manutenção de uma estrutura essencialmente masculina (GOODELL, 2010).

Outrossim, ponderou-se o custo-benefício desta incorporação, uma vez que o aceite demandaria, em um curto período de tempo, a adequação das estruturas físicas. A exemplo desta realidade, observa-se que apesar das mulheres terem sido autorizadas por lei a servirem em navios de superfície, desde o início da década de 1990 elas foram barradas da atuação em submarinos, por razões de privacidade e espaço físico limitado, e dos custos para a adaptação dos ambientes (KAMARCK, 2015).

Com vistas a estas ponderações, em 23 de janeiro de 2013, os Estados Unidos anunciaram que suspenderiam a proibição das mulheres servirem em funções de combate. Contudo, o estopim para este pronunciamento ocorreu quando, no ano anterior, quatro membros do serviço militar feminino acionaram o Departamento de Defesa pela inconstitucionalidade da diretriz *Direct Ground Combat Definition and Assignment Rule*, uma vez que a mesma violaria os direitos à igualdade de proteção sob a lei ao restringir a participação de mulheres nas unidades de combate terrestre.

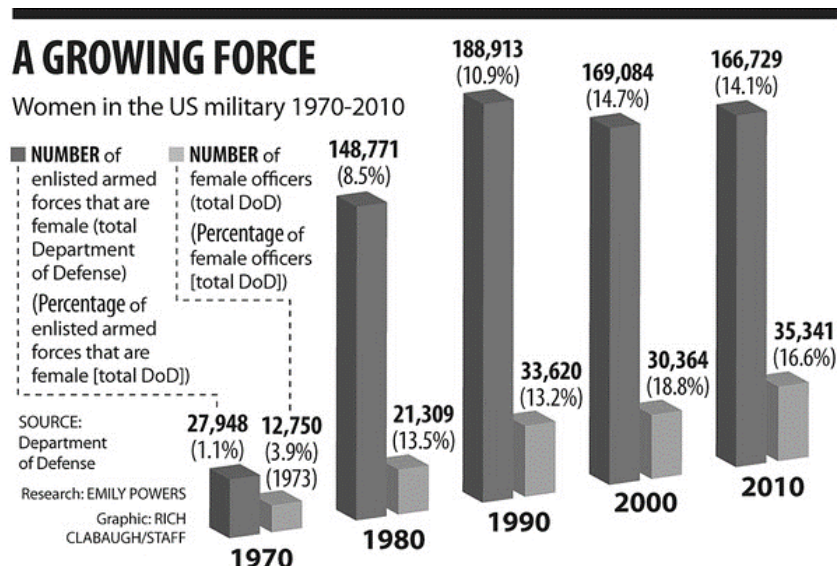
A partir de então, o secretário de Defesa à época, Chuck Hagel, demandou que os departamentos militares revissem suas normas de trabalho e políticas de atribuição de cargos, para que se implementasse a nova diretriz até 01 de janeiro de 2016. Ainda em 2013, foi estabelecido o fim da *Direct Ground Combat Definition and Assignment Rule*, possibilitando a atuação das mulheres, tanto nos braços armados da organização quanto nas especialidades de não combate, em unidades combatentes (KAMARCK, 2015).

Em 03 de dezembro de 2015, o secretário de Defesa, Ashton Carter, ordenou aos militares que abrissem todas as funções de combate para as mulheres, sem exceções. Neste mesmo ano a Marinha começou a aceitar o alistamento de mulheres para submarinos. Contudo, de acordo com a Lei 10 U.S.C.652 o secretário da Defesa deve apresentar um relatório ao Congresso contendo as alterações propostas, justificativa para a demanda e uma análise das implicações caso a medida for acatada. O Congresso teria trinta dias para apreciar o documento antes de implementar a política, sendo assim o processo segue em andamento (KAMARCK, 2015).

Frisa-se, porém, que a normativa vigente atualmente propõe o gênero neutro, para tanto, as forças armadas devem prever com precisão quais são os deveres reais, regulares e recorrentes das ocupações militares e, a partir disso, realizar testes que meçam as capacidades individuais. Em 2016, adicionar-se-á o critério que exige que as normas ocupacionais avaliem, também, a prontidão de combate das unidades, incluindo as forças especiais.

Conquanto, as mulheres representam, em 2016, 16% das Forças Armadas estadunidenses, projeta-se o crescimento de um quarto deste número até 2025. Tal evolução é

demonstrada pelo gráfico abaixo, no qual observa-se o aumento do número de mulheres alistadas, ao longo das décadas de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010, com base na porcentagem relativa de oficiais:

Gráfico 2 – Mulheres nas Forças Armadas dos Estados Unidos 1970-2010

Fonte: U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2010.

Perante o exposto, depreende-se que os Estados Unidos impulsionaram, com medidas específicas, a integração feminina. No intuito de visualizar com maior clareza os dados fornecidos ao longo do texto, elaborou-se um quadro no qual se dispõe de forma resumida as principais participações das mulheres nas Forças Armadas norte-americanas, desde 1775 quando se têm os primeiros relatos, até 2015 com a proposta de lei supracitada, contabilizando mais de duzentos anos de história.

Quadro 4 – Retrospectiva histórica mulheres nas Forças Armadas do Estados Unidos

Mulheres nas Forças Armadas Estadunidenses	
1775-1783	Revolução Americana, as mulheres atuaram como enfermeiras, cozinheiras, lavadeiras, no reabastecimento de água e como sabotadoras.
1812	Guerra Anglo-Americana, Mary Marshall e Mary Allen atuaram como enfermeiras embarcadas em navio dos Estados Unidos.
1846-1848	Guerra Mexicano-Americana, Elizabeth Newcom alistou-se como Bill Newcom, acompanhou as forças por quase 1000km antes de ser descoberta e ter que abandonar a tropa.
1861 – 1865	Guerra Civil, as mulheres prestaram cuidados às vítimas nos hospitais de campanha; muitas se disfarçaram como homens para poderem servir. Dr. Mary Walker recebeu a medalha de honra, é a única mulher a receber a mais alta honraria militar da nação
1898	Guerra hispano-americana, a atividade do Departamento Médico do Exército foi sobrecarregada, sugere-se selecionar enfermeiras profissionais, foram contratadas 1500, 20 delas morreram, e uma atingiu o posto, pela primeira vez, de General-Cirurgião. Com o fim da guerra foi proposto que se criasse um corpo permanente.
1901	Criado o Corpo de Enfermeiras do Exército.
1908	Criado o Corpo de Enfermeiras Navais.
1917 – 1918	I Guerra Mundial, 21.480 enfermeiras serviram em hospitais militares nos EUA e no exterior. Foram recrutadas 233 telefonistas bilíngues, além de 50 estenógrafas. A Marinha alistou 11.880 mulheres para servirem em solo, liberando os homens para o combate; mais de 1.476 enfermeiras serviram nos hospitais da Marinha. 400 enfermeiras morreram, a maioria contaminada com o vírus da Gripe Espanhola.
1920	O Ato de Reorganização Militar garantiu às enfermeiras o status de oficiais, com restrições.
1941 – 1945	II Guerra Mundial, mais de 60mil enfermeiras do Exército serviram nos EUA e no exterior. Criou-se *o Women's Army Corps* (WAC), mais de 150mil mulheres serviram como WACs. O *Women Airforce Service Pilots* (WASP), civil, atuou nas missões de pilotos de teste e treinamento da artilharia antiaérea. Mais de 14mil enfermeiras da Marinha serviram em navios-hospitais e em solo. A Marinha recrutou mulheres na *Navy Women's Reserve* para uma grande variedade de trabalhos, assim como o *Marine Corps Women's Reserve*. A Guarda-Costeira também estabeleceu seu corpo de reserva e o Sistema de Saúde Público treinou cadetes para uma possível missão militar. Ao total ao redor de 400 mil mulheres atuaram durante a guerra, a grande maioria em funções não combatentes, algumas delas foram feitas prisioneiras pelas forças japonesas.
1947	O *Army-Navy Nurse Act* tornou as enfermeiras parte do corpo regular, dando status de oficiais permanentes.
1948	O *Women's Armed Services Integration Act* concede às mulheres status permanente nas forças regulares e na reserva. Ordem 9981, fim da segregação racial
1950-1953	Guerra da Coréia, as mulheres foram reconvocadas para atuação. Ocorreram alguns incidentes aéreos que vitimaram enfermeiras das forças.
1951	Criação do *Defense Advisory Committee on Women in the Services* (DACOWITS)

1955	Homens foram aceitos no Corpo de Enfermeiras do Exército e da Força Aérea.
1958	Crise do Líbano, enfermeiras apoiam mais de 10.000 tropas.
1965	Homens foram aceitos no Corpo de Enfermeiras Navais.
1965-1975	Guerra do Vietnã, em torno de 7 mil mulheres serviram no sudeste asiático, a maioria enfermeiras, houve baixas de mulheres no cumprimento do dever.
1967	Foram revogadas as disposições legais que estabeleciam um máximo de 2% no número de mulheres servindo e o posto máximo que poderiam atingir.
1969	Aberto para mulheres o *Air Force Reserve Officers Training Corps* (AFROTC).
1970	A primeira mulher, chefe do corpo de enfermeiras, é promovida General de Brigada
1972	O Chefe das Operações Navais declara o compromisso da Marinha em conquistar a igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres. É realizada a primeira viagem com uma tripulação feminina-masculina em um navio-hospital.
1973	A criação da *All Volunteer Force* expande as possibilidades para as mulheres. Os dependentes das mulheres militares são incluídos entre os beneficiários das forças.
1975	É oferecida a possibilidade às mulheres grávidas de pedirem baixa ou permanecerem na ativa. Até então eram obrigadas a abandonarem a função
1978	A Guarda Costeira abre todas as atribuições para as mulheres. O *Women's Army Corps* é extinto e seus membros são integrados no exército regular.
1986	Seis mulheres atuaram como pilotos e copilotos durante o ataque à Líbia.
1990–1991	Guerra do Golfo, 40 mil mulheres militares foram empregadas nas operações de guerra, duas delas foram feitas prisioneiras.
1991	O Congresso revoga a lei que proibia a mulher de voar em combate.
1993	O Congresso revoga a lei que bane as mulheres de atuarem em navios em combate.
2000	Uma mulher está entre as vítimas do navio atacado por um homem bomba no Iêmen
2001	Cria-se o *US Army Women's Museum*, retrata a história das mulheres na força. As mulheres são convocadas para a Guerra contra o terrorismo.
2004	19 baixas de mulheres em serviço reflexo das ações hostis enfrentadas no Iraque.
2008	Primeira mulher a ser promovida ao posto de general quatro estrelas pelo Exército
2010	Marinha autoriza as mulheres servirem em submarinos nucleares.
2012	As mulheres passam a treinar em conjunto com os homens no Marine Corps.
2013	Anúncio da revogação da norma que proibia a atuação das mulheres em funções de combate. Suspensão da *Direct Ground Combat Definition and Assignment Rule*.
2015	Ashton Carter, secretário de Defesa, ordena que todas as especialidades sejam abertas às mulheres, sem exceções.

Fonte: WOMEN IN MILITARY SERVICE FOR AMERICA MEMORIAL FOUNDATION, INC.

2.4. CONCLUSÕES PARCIAIS

O objetivo deste capítulo foi o de observar as mulheres na instituição militar, para tanto, salientou-se, a priori, a tradicional divisão do trabalho que delimitou o espaço doméstico e privado para as mulheres e o ambiente externo e público para os homens. Sendo assim, alguns postos de trabalho foram considerados inadequados para as mulheres em virtude de suas características físicas e, principalmente, de sua capacidade reprodutiva.

A participação feminina nas guerras sempre foi marginal, destacando-se algumas poucas guerreiras nas histórias das batalhas. No século XIX, a entrada das mulheres nas forças esteve associada com sua capacidade para desempenhar determinadas funções como a enfermagem.

No caso norte-americano, destaca-se a participação nas duas Grandes Guerras, sendo que apenas após a Segunda Guerra Mundial algumas mulheres conquistaram o status de profissionais militares permanentes. Em decorrência das lutas por igualdade e oportunidades, o fim do serviço militar obrigatório e os movimentos pacifistas contra a Guerra do Vietnã, abriram-se mais vagas para as mulheres. Mais recentemente, no decorrer das Guerras do Afeganistão e Iraque, os debates acerca da atuação feminina foram retomados. Após diversos estudos sobre a eficácia, a coesão do grupo e do processo de admissão, foi decretada a abertura de todas as especialidades da carreira militar para as mulheres nos Estados Unidos.

No contexto global, as guerras mundiais representaram o primeiro momento de participação feminina. Não obstante, este processo de incorporação não foi desinteressado por parte das forças armadas que o aderiram. A carência de mão-de-obra, o fim da conscrição obrigatória e o desinteresse dos jovens por seguirem a carreira militar, fez com que as forças atentassem para uma grande parte da população, que até então era mantida distante dos quadros efetivos e exercia funções subsidiárias.

Salienta-se a importância da Década da Mulher, das Conferências Mundiais, em especial a de Pequim, e da Resolução 1325, que fomentaram discussões sobre o papel feminino na sociedade abrindo espaços de atuação. Perante elas, foi imprescindível que a organização militar se atualizasse, mantendo uma postura aberta à incorporação efetiva das transformações sociais.

Deste modo, as mulheres estão hoje presentes nas forças armadas de distintos Estados, contudo, como se observa através dos números apresentados, ainda são baixas as porcentagens de participação feminina e está distante a equiparidade. Agrega-se a isto que as mulheres permanecem atuando, majoritariamente, em funções administrativas, dificultando sua incorporação plena.

A partir deste panorama geral o capítulo seguinte se propõe a focalizar no processo de incorporação das mulheres nas Forças Armadas brasileiras, abarcando o contexto histórico que o envolveu, tendo em vista a vinculação que se estabelece entre a consolidação da democracia e a presença feminina nas forças.

3. AS MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL

> [...] aqui lutava-se pela vida, pela nossa Cachoeira, pela Pátria. Mas uma voz secreta me sopra que também luto por mim. Estou guerreando, sim, para libertar Maria Quitéria de Jesus Medeiros da tirania paterna, dos sofridos afazeres domésticos, da vida insossa.
>
> (PÓLVORA, Hélio, 2000)

O processo de feminização das Forças Armadas brasileiras iniciou por meio da marinha, em 1980, com a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, porém a real integração ocorreu apenas a partir do final da década de 1990, quando foram incorporadas as primeiras mulheres militares na estrutura oficial dos Corpos e Quadros da Marinha, com o ingresso da primeira turma feminina na Academia da Força Aérea, em 1996, e no Instituto Militar de Engenharia do Exército, em 1997.

Diversos fatores são responsáveis para compreensão deste processo de incorporação feminina no Brasil, tais como a transformação das forças armadas, por meio de um processo de modernização pautado em mudanças institucionais; a evolução científico-tecnológica; e, a carência de pessoal. De forma concomitante, a transição democrática nacional possibilitou que demandas por igualdade de oportunidades, asseguradas pela Constituição Federal, fossem vocalizadas e atingissem a tradicional instituição militar.

Não obstante, são possíveis observar resquícios de um posicionamento contrário a incorporação, por essa razão, este capítulo se propõe a realizar um recorrido histórico do processo, por meio de três seções que abrangem o contexto político nacional, a participação das mulheres na vida civil, suas demandas e conquistas e, finalmente, será realizada uma exposição das ações, condutas e leis que possibilitaram a participação das mulheres nas Forças Armadas brasileiras. Neste último tópico, um importante insumo para a análise serão as atas das reuniões da Comissão de Gênero do Ministério da Defesa, a partir delas será possível averiguar o progresso das discussões.

3.1 CONTEXTO NACIONAL

No decorrer dos governos democráticos brasileiros o tema da defesa esteve em evidência em algumas ocasiões, nas quais buscou-se por uma maior institucionalização e novos marcos legais. No entanto, apesar dos avanços na condução das relações entre civis e militares, as forças armadas mantêm importantes espaços de autonomia, principalmente em relação a sua

organização interna. Nas linhas a seguir pretende-se descrever o período da democratização brasileira, uma vez que este será o pano de fundo para a inserção da agenda de gênero.

O desgaste do regime militar brasileiro (1964-1985) e o processo de abertura ocorreram de forma "lenta, gradual e segura", abafados pela censura e o medo que acometiam a sociedade civil. O baixo personalismo[31], característica da ditadura brasileira, fez com que não ocorresse uma grave cisão das forças armadas, possibilitando que as mesmas fossem as responsáveis pelo projeto de abertura política. Em um quadro de fragmentação da sociedade e de debilidade estatal, as hipóteses de concretização de um controle civil sobre as forças eram escassas (SOARES, S., 2004).

Contudo, ainda assim, existiram pressões e mobilizações sociais, mesmo que em condições desiguais, houve o fortalecimento de canais da sociedade civil, como a Igreja Católica e organizações sindicais[32]. Desta forma, os espaços conquistados, lentamente, pelos movimentos sociais permitiram que os cidadãos apontassem suas críticas e descontentamentos com o processo de liberalização proposto por Geisel. "O papel da sociedade civil não foi o de provocar a abertura, mas criou constrangimentos eficazes ao exercício ditatorial do poder"[33] (SOARES, S., 2006, p.74).

O processo da retomada civil do poder Executivo brasileiro iniciou durante a administração Sarney (1985 – 1990), neste período ocorreu o deslocamento das forças armadas do centro do poder político para um quadro de tutela sobre o governo civil (OLIVEIRA, 1996 apud WINAND, SAINT-PIERRE, 2007). A intervenção tutelar é caracterizada quando as forças armadas se projetam como atores políticos relevantes, não apenas discursivamente, mas como garantidoras de determinadas estruturas do sistema político e capazes de influir política e institucionalmente (SAÍN, 2010).

Este quadro foi reflexo, em grande medida, do longo curso da transição, que permitiu a manutenção das estruturas e instituições políticas do período autoritário. A Nova República foi afiançada pelos militares (ZAVERUCHA, 2005). As discussões sobre as relações civis-

---

[31] Entende-se por personalismo a supervalorização da figura de um líder político, o candidato representaria a esperança da nação e agiria como fator unificador do povo. O vínculo pessoal entre o candidato e o eleitor é conquistado através de uma legitimação carismática. Contudo, durante a ditadura militar há um baixo personalismo, em razão do não estabelecimento de uma relação direta entre a população e o líder. Neste período, há o predomínio de uma ideologia, em detrimento da figura do governante.

[32] A Igreja Católica foi uma importante instituição de oposição à repressão e à tortura e agiu em favor dos direitos humanos, são exemplos nesta luta Dom Hélder Câmara e o movimento Teologia da Libertação.

[33] Cita-se, por exemplo, o movimento civil cunhado como "Diretas Já", ocorrido entre 1983-1984, o qual reivindicava eleições presidenciais diretas, com ele conquistou-se uma melhor delimitação do espectro político, dado que suas lideranças integraram a nova elite política brasileira.

militares e os temas de defesa não fizeram parte da agenda de transição, foi consolidada a ideia de que estes assuntos eram exclusivos dos militares (SOARES, S., 2004, 2006).

Desta forma, o processo constituinte, iniciado em 1987, esteve rodeado por interesses e expectativas. No tocante à segurança nacional, os militares estiveram envolvidos na definição dos objetivos e das bases para a política. Os interesses nacionais denotavam claramente uma influência militar. O artigo142 da Constituição Nacional, estabeleceu como função das forças armadas a defesa da lei e da ordem, ampliando as funções precípuas desta organização, referente a defesa das agressões externas. Ademais, incumbiu às forças de sustentarem as instituições constitucionais. Atribuições decorrentes da pressão direta exercida pelos ministros militares, instituídos no comando dos ministérios de cada força (marinha, exército e aeronáutica) e do Estado Maior das Forças Armadas. De acordo com Soares (2004, p.223):

> Ainda que as decisões sobre a intervenção castrense na área da segurança pública não tenham sua origem nos quartéis, a falta de ingerência das conduções civis em questões militares e de Defesa permite às instituições castrenses atuarem com reduzido controle.

Desta forma, os militares se mantiveram como o principal recurso para o controle de subversões, apesar da escassa definição civil acerca dos meios e procedimentos a serem empregados. Foram atribuídas funções que não lhes correspondiam, mas que se institucionalizaram no sistema político (SOARES, S., 2004, 2006).

No âmbito jurídico, a Constituição manteve as prerrogativas da Justiça Militar, a qual poderia acusar civis por crimes militares e julgar os crimes cometidos por membros das forças. Não houve de fato uma desmilitarização do poder, questões como anistia e salvaguardas que evitavam uma revisão do passado foram impostas como parte das condições para a abertura. Da mesma forma que o Serviço Nacional de Informações (SNI) se manteve sem alterações.

Assim sendo, a baixa participação dos civis na organização da Defesa Nacional, delegou às forças armadas autonomia para definir aquilo que consideravam mais adequado ao país, consequentemente, não se avançou na conquista da supremacia civil.

De acordo com Zaverucha (1994), a administração Sarney levou à letargia a possibilidade de consolidação da democracia brasileira. Sarney em distintos momentos, ao longo de seu mandato, preferiu guardar silêncio sobre os abusos militares do que enfrentá-los. Igualmente, adiou as relações diplomáticas com Cuba e garantiu a prevalência da vontade militar em questões políticas e territoriais. Sarney obstou, ainda, a criação de novas instituições que pudessem facilitar o controle civil sobre os militares (ZAVERUCHA, 1994). De maneira

sintética o mesmo autor comenta que "na maior parte do tempo, Sarney não quis correr riscos, e se acomodou aos desejos militares ou usou o poder dos mesmos contra rivais civis[34]" (*Id.Ibid.* p. 12).

Na sequência, Fernando Collor de Mello (1990 – 1992) conduziu as relações civis-militares de forma a reduzir as assimetrias deixadas pelo seu antecessor. Segundo Winand e Saint-Pierre (2007), Collor extinguiu o Serviço Nacional de Informações; desmilitarizou o nível superior de deliberação do poder do Estado e da administração do Planalto; desmilitarizou o setor científico e tecnológico e desarticulou o Programa Nuclear Paralelo. A extinção do SNI foi uma das ações de maior impacto para o fortalecimento da supremacia civil, embora em seu lugar tenha sido criada a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SOARES, S., 2006).

De uma forma geral, Collor promoveu a ruptura e a continuidade, pois não logrou a extinção dos quatro ministérios criados por Sarney, assim como deixou em aberto o problema da crise de identidade militar, reflexo das novas funções advindas do fim da Guerra Fria e de um aparente desacordo entre as forças armadas e a sociedade sobre a finalidade principal desta organização (MATHIAS, 1999). Igualmente, pouco se buscou definir a respeito dos papéis e missões das forças armadas a médio e longo prazo.

Afinal, o governo estava ciente de que discussões que abordassem estes assuntos poderiam gerar conflitos, que comprometeriam a nascente democracia brasileira. Motivados pelo já evidente descontentamento militar com os seus soldos e equipamentos obsoletos. Porém, o governo Collor não deixou de pleitear por um maior exercício da autoridade presidencial, sendo que algumas ações não puderam ser efetivadas, dado o fim prematuro do governo. (WINAND, SAINT-PIERRE, 2007).

Como observado, o fim do regime ditatorial não acarretou em um distanciamento dos militares da política, ao contrário, as forças armadas conquistaram grande influência política no primeiro período após o governo autoritário (1985-1990), assim como diversas prerrogativas foram mantidas (HUNTER, 1994; ZAVERUCHA, 1991). Contudo, o fim do conflito Leste-Oeste, a crise econômica enfrentada pelo Brasil, os baixos salários designados aos militares, o orçamento insuficiente, atrelados aos avanços que a administração Collor obteve no controle civil sobre os militares, alteraram significativamente o quadro constituído até aquele momento (MARTINS FILHO, ZIRKER, 2000).

---

[34] Mainwaring (1992) expõe que quando os programas de Sarney eram ameaçados por resistência do Congresso, o presidente recorria aos militares. Da mesma forma, quando Sarney discordava das ações do Congresso, ele geralmente utilizada a ameaça do descontentamento militar para tentar impor o seu ponto de vista.

Estes episódios, em conjunto com as pressões externas, particularmente dos EUA, para reorientar as funções das forças, estimularam um debate sobre quais os papéis tal instituição deveria desempenhar, o que deu origem a uma crise de identidade e uma quase desmobilização da organização (MARTINS FILHO, ZIRKER, 2000; MATHIAS, FÁZIO, 2004).

Neste debate a opinião pública foi favorável a uma participação militar mais efetiva na segurança interna, em decorrência de sua sensação de insegurança e da baixa percepção de ameaças externas (OLIVEIRA, 2008). Por outro lado, apesar dos militares não desejarem perder a prerrogativa constitucional de manutenção da "lei da ordem", em geral, eles se posicionaram de forma contrária ao estabelecimento de tarefas com caráter policial como missão central (HUNTER, 1994). A luta contra o crime os colocaria no foco dos conflitos sociais. De acordo com Barros (2007), é correta a relutância do Exército em fazer o papel de polícia pois "existe um risco de radicalização de ações como estas do Movimento dos Sem-Terra, e não se sabe qual pode ser a reação a elas".

Como pondera Oliveira (2008), a aproximação das forças armadas com o crime pode gerar três efeitos nefastos: contágio com o poder corruptor do narcotráfico, a corrupção ganharia espaço no aparato militar; possibilidade de abalar a reputação militar, o emprego da violência sem base legal e a utilização de práticas mais apropriadas à guerra do que à Segurança Pública; autonomia militar, contraditória à democracia.

Não obstante, as forças armadas permaneceram sendo empregadas. Sua capacidade de mobilização e logística interna permitem que as respostas sejam quase imediatas, a sensação de segurança conquistada contribui para a aceitação popular dos líderes políticos. Sendo assim, as forças armadas têm sido, constantemente, convocadas para resolverem os mais variados assuntos internos (SAINT-PIERRE, DONADELLI, 2014).

Os militares demonstraram, ao longo dos governos subsequentes, capacidade para se adaptarem às suas novas atribuições, no intuito de garantir o apoio populacional e manter a influência política. Com destaque ao governo Cardoso, relatado a seguir, que tornou rotineiro o uso das instituições militares no conflito social (MARTINS FILHO, ZIRKER, 2000).

Em linha cronológica, Franco (1992 – 1995) assume após conturbado processo de *impeachment* de Collor, em 1992. Na agenda de Itamar Franco, ocorre a perda da autoridade presidencial sobre as forças armadas, recuperada pelo presidente anterior. Essa perda de autoridade levou à abertura de forte luta política em torno da definição dos ministros militares, contrários à criação de um Ministério da Defesa, sem que estivessem previamente definidas sua estrutura e organização, bem como articulada uma Política de Defesa Nacional (PDN) (WINAND, SAINT-PIERRE, 2007).

Acrescenta-se a este quadro de retrocesso do controle civil sobre as forças armadas a resistência militar em rever o passado e o início do emprego das forças em questões de segurança interna, como o combate do narcotráfico, e as articulações realizadas durante a campanha presidencial de 1994, nas quais os presidenciáveis se aproximaram da instituição militar, demonstrando a sua importância na governabilidade do país (SOARES, S., 2006).

Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998; 1999 – 2002) assume a presidência da República e implementa de forma cautelosa as reformas nas relações civis-militares. O presidente manteve sem alterações o Gabinete de Segurança Institucional, a Agência Brasileira de Inteligência (antigo Serviço Nacional de Informações) e a Justiça Militar (CODATO, 2005).

Por outro lado, foi durante seu primeiro mandato que foi retomada a questão da anistia, através da Lei 9.140, sancionada em 04 de dezembro de 1995. Por meio dela criou-se uma comissão especial para a identificação de todos os mortos em decorrência da participação, ou acusação de envolvimento em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por este motivo, tenham sido detidos encontrando-se, deste então, desaparecidos. Contudo, apesar dos militares terem acatado, com algumas reticências a decisão do governo, os seus arquivos permaneceram fechados e não houve colaboração na localização dos corpos. Tendo em vista as constantes alterações na redação da lei, percebe-se que o governo optou por uma postura mais branda, sem atribuir responsabilidades aos membros das forças, fragilizando, ainda mais, a população (MARTINS FILHO, 2000).

As tentativas de Cardoso em reordenar e aproximar democracia e defesa no Brasil concentraram-se nas pioneiras criações da Política de Defesa Nacional (PDN) com influência civil, sobretudo do Itamaraty, em 1996; e no Ministério da Defesa, em 1999 (MISSIATO, 2011). A gênese da PDN, segundo Miyamoto (2000), era democratizar o debate sobre defesa no país, contudo, ao mesmo tempo, visava-se evitar discordâncias, o que fez com que as visões das forças armadas prevalecessem sob um Legislativo pouco atuante. O resultado foi uma política vaga e genérica, tendo em vista que não se resolveu com antecedência a autonomia das forças. Porém, em virtude de seu caráter de urgência, a sua simples execução foi um importante passo (SOARES, S., 2006).

De acordo com Oliveira (2005), a PDN foi um sinal do presidente Cardoso tanto à sociedade, quanto às forças armadas e ao sistema político, de que as questões militares não seriam mais exclusivas da arena militar. Apesar de genérica, foi o primeiro passo para a mudança de atitude estatal, mesmo que de forma cautelar.

A criação do Ministério da Defesa apresenta-se como ponto de inflexão do governo Cardoso. Desde sua eleição estabeleceu-se como meta a estruturação de um ministério, contudo,

como aponta Fogaça (1997, p.26), os antecedentes eram de dificuldade e dissenso: "como a criação do Ministério da Defesa encontra resistência nas próprias Forças Armadas, dificilmente será fruto de um consenso entre militares e a sociedade, devendo, portanto, ser consequência de decisão política do Chefe de Governo". Embora, fosse desejável a condução pelo Chefe de Governo, o órgão encarregado de delinear a estrutura do novo ministério foi o Estado-Maior das Forças Armadas.

Adiciona-se aos impasses para a efetivação do ministério a questão central que tangia a escolha de seu representante, o ministro. O exército era favorável pela nomeação de um militar da reserva, já a aeronáutica e a marinha se opunham, e acreditavam que um civil seria a figura mais adequada, motivadas principalmente por acreditarem que o responsável final pela nomeação ao cargo seria o exército. Logo, a definição por um civil à frente do Ministério da Defesa foi uma medida importante para fortalecer o controle civil, além de possuir um caráter simbólico e evitar hostilidades entre as forças (SOARES, S., 2006).

Desta forma, a criação do Ministério da Defesa ocorreu apenas no segundo governo de Cardoso, em 10/07/1999, mediante uma Medida Provisória, seguida de uma emenda constitucional, período em que eram raros no mundo os países em que ainda não reuniam suas três forças sob um mesmo órgão subordinado ao poder Executivo (WINAND, SAINT-PIERRE, 2007). Neste processo o Congresso Nacional e a comunidade acadêmica tiveram baixa atuação, demonstrando a ainda imatura relação que se estabelecia entre civis e militares, posto que permanecia sem a presença decisiva dos civis na formulação e implementação das políticas de defesa (SOARES, S., 2006).

De acordo com Zaverucha (2005), a criação do MD não buscou primordialmente pelo aumento do controle objetivo sobre os militares, possuía, na realidade, fins instrumentais, foi um meio utilizado pelo governo para favorecer a candidatura brasileira ao assento no Conselho de Segurança da ONU, já que não seria condizente com este posto a presença de quatro ministros respondendo pela pasta de defesa. Porém, mesmo após a criação desta instituição os comandantes militares mantiveram o status jurídico de ministros, o ministro civil tornou-se uma peça com pouca capacidade de ação.

Diferentemente de Sarney que restringiu acentuadamente os gastos militares, a questão orçamentária para a defesa não foi prioridade da agenda de Cardoso, culminando com aposentadorias precoces de militares e com um acréscimo considerável ao orçamento militar (MISSIATO, 2011). Por outro lado, em semelhança ao governo de Franco, Cardoso ampliou o emprego das forças armadas no combate à criminalidade urbana e no controle dos distúrbios à

ordem, os militares tornaram-se também os atores principais nos cenários de desastres naturais e assistência humanitária.

Em pesquisa realizada, no ano de 2011, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, observou-se que estas novas funções atribuídas às forças armadas em decorrência do processo de modernização e em paralelo com as alterações das ameaças globais, seguem presentes na agenda militar. De acordo com a opinião pública brasileira, combater a criminalidade em conjunto com as polícias tornou-se a principal função das forças armadas, sobrepujando, até mesmo, a defesa do país em caso de guerra, logo em sequência outro papel considerado de extrema relevância é a ajuda à população com serviços médicos e sociais em casos de desastres naturais (IPEA, 2011). Tais dados podem ser observados na tabela abaixo:

Tabela 3 – Funções das forças armadas (por região)

	CO	NE	NO	SE	S	**BR**
Combater a criminalidade em conjunto com as polícias	58,7%	55,1%	63,7%	59,2%	57,1%	58,1%
Defender o país em caso de guerra	53,1%	53,0%	59,3%	61,9%	39,9%	55,4%
Ajudar a população com serviços médicos e sociais e em casos de desastre naturais	56,5%	48,6%	57,3%	49,5%	44,7%	49,7%
Combater o terrorismo	34,7%	49,2%	34,0%	37,8%	52,7%	42,7%
Participar de missões de paz em outros países	33,6%	36,7%	45,0%	33,1%	25,5%	34,0%
Passar para os jovens valores como responsabilidades e disciplina	40,2%	32,1%	43,3%	34,1%	26,8%	33,7%
Ensinar aos jovens uma profissão	36,5%	39,0%	43,7%	30,5%	24,1%	33,5%
Construir estradas, ferrovias, portos, etc.	19,6%	22,0%	24,3%	20,0%	20,5%	21,0%
Nenhuma das anteriores	0,7%	0,3%	0,0%	0,3%	0,0%	0,3%
Não sabe/não respondeu	0,0%	0,1%	0,0%	0,2%	0,0%	0,1%

Fonte: Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), IPEA, 2011.

Desta forma, apesar da atuação violenta das forças armadas no passado recente, elas continuam gozando do apoio social para a atuação em missões internas não-militares. Com isso, percebe-se que as sucessivas gestões democráticas, ainda não conseguiram desmilitarizar a segurança nacional, tal fato dificulta o estabelecimento das relações civis-militares, uma vez que conduz à politização dos militares (SAÍN, 2010).

Neste sentido, com o término do governo Fernando Henrique Cardoso, as forças armadas redigiram um relatório, no qual constava a crise financeira enfrentada em seus últimos anos, destacando o caso periclitante da força aérea, com metade da frota de aviões sem condições para o voo, impossibilitando o treinamento dos aviadores (WINAND, SAINT-PIERRE, 2003). Por meio deste, as forças pressionaram as arenas de decisão, de acordo com Diamint (2002), os laços estabelecidos entre os militares e os setores dominantes da sociedade, permitiram que prosseguissem defendendo seus privilégios e negociando por poder.

Em vista deste quadro, na disputa eleitoral para presidência no ano de 2002, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva angariou a preferência dos militares, pois suas propostas eram aquelas que mais coadunavam com as pretensões das forças, destacavam-se entre elas: investimentos no setor de inteligência, atenção para as áreas de fronteira, reaparelhamento militar através da compra de caças e ampliação da participação do Congresso nas propostas para a defesa. Porém, ao longo do mandato poucas delas foram realmente executadas, um exemplo são os investimentos na força aérea e a ampliação do orçamento militar, haja vista que uma das suas primeiras ações foi o adiamento da compra dos caças (WINAND, SAINT-PIERRE, 2003).

Neste mesmo período o Ministério da Defesa passava por um quadro de instabilidade na definição de seu ministro com recorrentes demissões e pedidos de afastamento. O estopim desta problemática ocorreu, em 2006, com a crise da aviação civil[35]. Em decorrência assume Nelson Jobim, o qual se manteve no cargo até o ano de 2011. Jobim conquistou, ao longo de sua administração, maior subordinação das forças armadas e promoveu mudanças significativas. Desde a criação do Ministério da Defesa teria sido o ministro mais capaz de demonstrar autoridade e diminuir as prerrogativas militares (VASCONECELLOS, 2011).

Sua indicação satisfez tanto as demandas dos militares, pois para eles era fundamental que o ministro possuísse projeção política a fim de representar os seus interesses, da mesma forma que consolidava o controle civil democrático. Igualmente, algumas características pessoais de Nelson Jobim favoreceram a sua aceitação, tais como o uso da farda em ocasiões simbólicas. Importante medida foi a elaboração da Estratégia Nacional de Defesa (2008), com participação civil, trata-se de um avanço perante os documentos até então existentes, ao tratar de temas como a organização das forças armadas, práticas operacionais, capacidades e meios para assegurar a defesa nacional (FUCCILLE, 2015; VASCONECELLOS, 2011).

[35] A crise da aviação civil, ou “apagão aéreo”, foram uma série de colapsos no transporte aéreo deflagrados após o acidente, em setembro de 2006, com uma aeronave GOL. Tal acidente trouxe à tona as graves falhas estruturais no transporte aéreo de passageiros no Brasil.

O Ministro da Defesa passa a ser o responsável por indicar os Comandantes de cada Serviço e do Estado-Maior Conjunto ao Presidente, assim como os oficiais-generais propostos por cada Comandante. No que tange a proposta orçamentária, a mesma seria realizada em conjunto com o Ministério da Defesa, a partir das diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa (END). A Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, transformou o Estado-Maior da Defesa (EMD-FA) em Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMC-FA), que passou a ser o órgão encarregado pelo emprego do Poder Militar conjunto. Igualmente, o Chefe do EMC-FA foi alocado na mesma linha hierárquica que os comandantes das forças armadas.

A definição da Estratégia Nacional de Defesa (END) e a atualização da Política Nacional de Defesa (PND), foram importantes ações que geraram grande impacto ao redefiniram as principais condutas e relações das forças. Atualmente, elas constituem o eixo normativo básico da defesa nacional brasileira. Sendo assim, a PND é o documento de maior hierarquia da defesa nacional, já a END seria o seu desdobramento, no qual são incluídas as ações concretas para a defesa (ALMEIDA, C., 2010).

Entretanto, incorreu-se em uma baixa participação da sociedade civil na formulação destes documentos. Eles foram resultados de decretos presidenciais, o que significa dizer que, não houve um amplo debate no Legislativo preliminar às promulgações. A este respeito a END expõe, de forma clara, a intenção do governo de aprofundar o diálogo com a sociedade civil. Sua proposta prevê a participação das universidades na formação de quadros civis para a defesa e no desenvolvimento de alta tecnologia militar.

Neste sentido, a compilação do Livro Branco da Defesa (LB), possibilitou uma ampliação da participação civil nos temas de defesa. Por meio de seminários sediados em diferentes cidades brasileiras, os assuntos foram debatidos por especialistas da área com distintas perspectivas. Desta forma, o LB tornou-se uma importante ferramenta para políticos, acadêmicos e jornalistas se aprofundarem no conteúdo da END, desde seu planejamento estratégico, orçamentário e material, abordando até as principais ações das forças e suas propostas de modernização. O LB é responsável por ser um instrumento de prestação de contas, assim como fomentar a cooperação no entorno estratégico e a dissuasão em âmbito internacional (ALMEIDA, C., 2010).

Este benéfico reencontro das forças armadas com a academia pode ser exemplificado, ainda, pela Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), criada em 27 de outubro de 2005, com a finalidade de congregar pesquisadores que desenvolvam estudos sobre defesa nacional, segurança nacional e internacional, estratégia, relações das forças armadas com a

sociedade, entre outros, com o intuito de desenvolver a área, por meio do intercâmbio e o debate de ideias (ABED, 2011).

Não obstante, o desafio de tornar o tema da defesa próximo e interessante para a sociedade como um todo, continua presente. Para tanto, foi instituído em âmbito do Ministério da Defesa, o Instituto Pandiá Calógeras, com a missão de contribuir no desenvolvimento do pensamento sobre segurança internacional e defesa nacional no Brasil. O Pandiá colabora nos processos decisórios do ministro da Defesa, a partir da produção de relatórios e do diálogo com a academia e com a sociedade civil sobre os temas de interesse público, na tentativa de aprimorar as relações entre civis e militares.

A incipiente proposta de um debate público sobre defesa, atrelada ao fato da não efetivação do controle ministerial sobre as forças armadas, faz com que muitos interesses difusos não fossem incorporados à agenda. Demonstrativo do fato é a ausência tanto na Estratégia quanto na Política Nacional de Defesa da perspectiva de gênero.

Ressalva deve ser feita ao Livro Branco que realiza um breve recorrido da presença feminina nas três forças, sendo esta sempre a última seção de cada subdivisão, dedicando-se poucos parágrafos ao tema. No que tange às mulheres na Marinha, destaca-se a importância conferida ao emprego delas nos corpos de saúde e de engenheiras navais, sendo estes os únicos que elas podem ascender ao posto de oficial-general. No Exército, observa-se as funções subsidiárias desempenhadas pelas mulheres, assim como de acordo com o texto as mulheres teriam adentrado às forças em prol de atender as necessidades da instituição. Na Força Aérea, as mulheres integrariam a vida administrativa há três décadas, e é a força que mais concede oportunidades para as mulheres concorrem ao posto de Brigadeiro em condições de igualdade (LIVRO BRANCO, 2012).

Não obstante, como evidenciado em nenhum destes documentos há menção sobre políticas de médio e longo prazo para atenção às mulheres e aprimoramento de suas carreiras, o Livro Branco trata-se de um relato, porém não é propositivo.

A pouca atenção dedicada ao tema, mesmo frente ao reconhecimento dos direitos das mulheres e o desenvolvimento de seu papel social no século XX, somada a autonomia que as forças ainda possuem para a organização de sua estrutura interna, impacta na evolução do processo de incorporação das mulheres nas forças armadas. As negociações ou negligências do passado não permitiram abordar todas as questões necessárias para uma ampla reformulação da instituição militar, porém com o passar dos anos elas se tornaram improrrogáveis (TIBILETTI, 2015).

Neste sentido foi instaurada, em 2014, a Comissão de Gênero do Ministério da Defesa. Iniciativas como estas acrescidas do processo de abertura política e maior atuação feminina na história política brasileira, a seguir relatada, são insumos para aprimorar o ingresso da mulher na vida castrense.

3.2 AS MULHERES E A POLÍTICA

No Brasil, as primeiras organizações de mulheres surgiram no final do século XIX, eram formadas por membros da elite agrária e buscavam o fim da escravidão e a conquista da liberdade (RIBEIRO, 2012). Merece destaque a atuação das mulheres pelo direito ao voto feminino, o qual rapidamente conquistou adeptos, porém ainda em minoria. Neste sentido, vemos a expoente atuação do intelectual baiano César Zama, o qual durante a constituinte de 1881 propôs um Projeto de Lei que defendia o sufrágio universal, em concordância estavam Almeida Nogueira[36] e Lopes Trovão[37], ambos esclareceram que inexistia uma legislação contrária à participação das mulheres, assim como apontaram o atraso da discussão. No entanto, não conseguiram conquistar apoio na causa, a pressão contrária foi muito forte, culminando na perda da possibilidade de inovação brasileira neste âmbito[38] (LANNES, 2008).

A partir de então, aumentaram os movimentos em prol da ampla cidadania feminina, tendo como um dos propulsores o Partido Republicano Feminino, criado em 1910, liderado por Leolinda Daltro, cujo objetivo era mobilizar as mulheres na luta pelo voto, um ato simbólico já que era um partido formado por pessoas sem direitos políticos. Neste mesmo ano, foi criada a Junta Feminina Pró-Hermes da Fonseca, a qual obteve sucesso com a vitória do candidato. Anos depois, foram constituídas importantes entidades para assistência das mulheres como a Liga para o Progresso Feminino (1920), a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922) e a Aliança Nacional das Mulheres (1931) (LANNES, 2008).

Na Câmara e no Senado permaneciam tramitando Projetos de Lei para emendas à Constituição que garantissem o sufrágio feminino, todos rejeitados. Em fins de 1927, o presidente Washington Luís manifestou-se a favor do voto das mulheres, contudo, foi apenas durante o governo de Getúlio Vargas (1930 - 1937) que de fato se articulou uma mudança. Em

---

[36] Professor Catedrático de Economia Politica da Faculdade de Direito de São Paulo e deputado no Congresso Constituinte Republicano e no I Congresso Federal.
[37] Jornalista e médico. Exerceu os cargos de Deputado Federal e Senador entre 1891 e 1902.
[38] O primeiro país que garantiu o sufrágio feminino foi a Nova Zelândia, em 1893, fruto de movimento liderado por Kate Sheppard.

meio aos reflexos da Revolução de 1930[39], institui-se uma comissão de mulheres para elaboração de um projeto que assegurasse os direitos políticos das mesmas (RIBEIRO, 2012).

Desta forma, em 24 de fevereiro de 1932, é criado o Código Eleitoral Brasileiro o qual disciplinava que eram eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, sem distinção de sexo, com a ressalva de que as mulheres caso desejassem poderiam se ausentar de qualquer obrigação eleitoral. Por meio do Decreto nº21.076-32, foi assegurado, em um primeiro momento, que somente mulheres casadas autorizadas por seus maridos, ou mulheres viúvas e solteiras com renda própria poderiam votar. Com a promulgação da Constituição de 1934, a idade mínima para o exercício do voto foi alterada para 18 anos e manteve-se a participação de ambos os sexos, eliminaram-se as restrições, porém o voto tornou-se obrigatório apenas para mulheres que exercessem algum tipo de função remunerada em cargos públicos. A conquista se completou com a eleição da primeira mulher para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1933, a médica paulista Carlota Pereira de Queirós se elegeu entre os 254 constituintes; a obrigatoriedade plena foi instituída na Constituição de 1946 (RIBEIRO, 2012; SOARES, V., 2013).

Contudo, em decorrência do golpe do Estado Novo, em 1937, diversas organizações de mulheres tiveram suas atividades suspensas ou encerradas (LANNES, 2008). O movimento feminista voltaria a se organizar na década de 1970 quando articularam, por exemplo, movimentos contra a alta do custo de vida, por melhores condições socioeconômicas e uma revisão das relações entre homens e mulheres. Nota-se neste período, que os movimentos deixaram de se centrar em questões estritamente vinculadas ao gênero, as mulheres engajaram-se, também, em uma luta de classes, diante da qual ficou evidente que para a emancipação feminina elas necessitariam inserir-se na dinâmica socioeconômica vigente, através de uma maior participação nos ambientes de trabalho (CARVALHO, 2012; BRABO, 2012).

Essa nova demanda esteve em consonância com o momento pelo qual passava a sociedade brasileira, com a intensificação da urbanização e com a maior industrialização ampliavam-se as oportunidades de emprego, atrelado ao avanço da tecnologia e conhecimentos na área de saúde que possibilitaram às mulheres o controle da fertilidade. Por outro lado, o contexto de repressões política e de ditadura militar fez com que o movimento feminista brasileiro assumisse um papel importante na luta pela democracia (SCHUCK, 2015).

---

[39] A Revolução de 1930 foi um movimento armado, liderado pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, insatisfeitos com o resultado das eleições presidenciais e que resultou em um golpe de Estado, o Golpe de 1930. O Golpe derrubou o então presidente da república Washington Luís em 24 de outubro de 1930, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e colocou fim à República Velha.

Inspiradas no movimento feminista francês as militantes organizaram manifestações, por meio das quais conquistaram maior visibilidade de suas demandas, assim como a mídia especializada passou a relatar em jornais e revistas as problemáticas vivenciadas pelas mulheres, contribuindo para maior adesão às causas. A politização dos grupos de mulheres possibilitou que contribuíssem para o avanço da sociedade, e que, por conseguinte, defendessem seus direitos e denunciassem as desigualdades.

Com o fim da ditadura, o longo processo de transição gerou grande insatisfação de alas da esquerda e da oposição o que possibilitou uma contundente rearticulação dos movimentos populares, entre eles os grupos de mulheres (SOARES, V., 1998). Nos anos que se seguiram houve aumento no número de movimentos, da mesma forma que das demandas pleiteadas. No início dos anos 1980, chegavam a quase uma centena os grupos feministas. Tal fato pode ser compreendido, pois o movimento de mulheres representa "uma noção analítica, que abarca um imenso guarda-chuva, abrigando ações coletivas diversas, com diferentes significados, alcances e durações" (PAOLI, 1995 apud SOARES, V., 1998, p.38).

Além disso, o crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho ocasionou uma sindicalização das mesmas, as quais introduziram discussões como a desvalorização do salário perante o soldo masculino, a segregação ocupacional com cargos e funções cerceadas, a ausência de assistência à trabalhadora gestante, a violência e abusos sexuais no local de trabalho, entre outros. As mulheres brasileiras questionavam as omissões e discriminações perpetradas pela mídia e pelo ambiente de ensino, agiam em busca de alterações profundas nos sindicatos, organizações político-partidárias e nas próprias leis (BLAY, 1988). Não obstante, a forma de representação predominante foram as ONGs, que se multiplicaram nas últimas décadas, em geral lideradas por figuras históricas que participaram das lutas por direitos desde a redemocratização (GOHN, 2007).

> Para se ter uma ideia do sucesso da representação das organizações de mulheres, o CFEMEA, organização não governamental feminista e braço legislativo da Articulação das Mulheres Brasileiras, uma das mais importantes do país, analisou as leis federais aprovadas desde 1888, quando ocorreu legalmente o fim da escravidão, e constatou que, no que tange aos direitos das mulheres, das 249 leis aprovadas, 200 o foram após a Constituinte de 1988, um marco de mobilização das mulheres na política brasileira [Ogando, 2011, com base nos dados do CFEMEA]. Um marco porque os movimentos de mulheres conseguiram que 80% de suas reinvindicações fossem incorporadas ao texto constitucional. Desde 1990, as organizações feministas junto à Câmara Federal, assim como nas agências estatais, têm logrado avanços na legislação no campo dos direitos das mulheres (AVELAR, 2013, p.292).

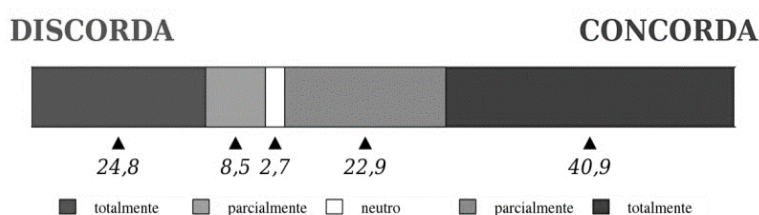
O período de distensão do regime militar permitiu, ainda, a criação das Delegacias para Mulheres e, em 1985, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulheres (CNDM). Em 2003, foi

criada a Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM), com status de ministério e ligada à Presidência da República. Neste mesmo ano, criou-se a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), também com status de ministério, tendo como um dos seus focos a mulher negra. A partir do ano de 2009, foram realizadas, anualmente, as Conferências de Políticas para as Mulheres e, instituiu-se, o Prêmio "Construindo a Igualdade de Gênero", para as categorias de estudantes de graduação e pós-graduação, outro grande marco foi a criação do Memorial da Mulher Brasileira em 2010 (AVELAR, 2013).

Desta maneira, a opinião pública se mostrou crescentemente favorável à entrada das mulheres na política, com isso os partidos políticos e governos se viram pressionados a incorporarem em suas campanhas e mandatos ações afirmativas em vistas de superar a ausência das mulheres nos ambientes de tomada de decisão. Com este objetivo, destaca-se a política de cotas mínimas, estabelecida para sindicatos, partidos políticos e listas de candidaturas aos cargos legislativos[40]. Ademais, foram criadas instâncias com a finalidade de pensar e propor políticas públicas em prol da igualdade de direitos entre homens e mulheres, atentas às condições diferentes de exercer os mesmos direitos (SOARES, V., 1998).

No entanto, persiste havendo uma proporção expressiva da população que sustenta valores políticos e sociais conservadores e tradicionais, tais como o representado pela pesquisa de percepções do IPEA (2013), a qual apontou, entre outros índices, que mais de 63% da população concorda parcialmente ou totalmente que os homens devem ser os líderes dos lares.

Gráfico 3 – Tolerância social à violência contra as mulheres

Os homens devem ser a cabeça do lar. Brasil, (maio/junho 2013)
(Em %)

Fonte: Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), IPEA, 2013.

Tendo em vista o número de pessoas que consideram que o homem deve ter exclusividade no papel de provedor, denota-se que parte significativa da sociedade brasileira permanece realizando uma avaliação positiva da família patriarcal, mesmo diante de um

[40] Projeto de lei Marta Suplicy, 1995, 30% das vagas de candidaturas partidárias em todos os níveis deverão ser preenchidas por mulheres. O primeiro passo foi dado com a Lei 9.100 de 1995, que definiu o mínimo de 20%. Em 1997, a Lei 9.504 instituiu os 30%, porém não há sansões para os partidos que não cumprirem a determinação.

contexto no qual observa-se o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres. Critica-se, no entanto, o questionamento realizado pelo estudo uma vez que o mesmo infere como necessária a exclusividade de um dos sexos como “cabeça do lar”, não incluindo a possibilidade de uma liderança compartilhada.

De maneira geral, depreende-se que a luta pela igualdade de gênero ainda é permeada por concepções e valores desfavoráveis, mesmo com a perceptível mudança cultural, os brasileiros permanecem agindo e opinando de forma conservadora. Observa-se, por exemplo, a expressão das mulheres na Câmara dos Deputados, no Brasil elas são cerca de 8,6%. Em uma perspectiva comparada internacional, o país ocupa a posição 118º entre 184 países, o que representa estar abaixo da porcentagem dos países árabes, onde há 11,7% mulheres nas Câmaras. Na América Latina e no Caribe figura em penúltimo lugar, com o índice melhor apenas do que o Panamá, com 8,5% (MATOS, 2013).

Evidencia-se, pois, que muitas barreiras ainda devem ser superadas para que a presença das mulheres no espaço público se torne mais significativa. Para tanto, necessita-se alterar, de maneira profunda, a cultura e os costumes da sociedade brasileira, de modo a garantir maior participação política e social das mulheres. Nesse sentido, a irrupção dos movimentos de mulheres no período da redemocratização, foi crucial para garantir novas oportunidades.

As pressões sociais femininas ao pleitearem por uma participação total nas atividades sócio profissionais atingiram, também, a instituição militar, a qual incorporou, ao longo dos anos, mulheres em seus quadros, como será relatado no próximo tópico. Afinal, seria um contrassenso asseverar a igualdade e excluir as mulheres de um dos âmbitos desta sociedade.

3.3 ELAS NAS FORÇAS ARMADAS

O primeiro registro da participação de uma mulher brasileira em conflito data de 1823, conhecida como Maria Quitéria de Jesus Medeiros, ela lutou pela independência do país, alistou-se sob a alcunha de Medeiros e travestida de homem. Em 1996, recebeu do Exército Brasileiro o título de patrona do Quadro Complementar de Oficiais. A atuação de Ana Maria de Jesus Ribeiro, ou Anita Garibaldi, a partir de 1840, também foi de grande importância para as contendas no sul do país, desdobrando suas ações à Itália e ao Uruguai (CHAMBOULEYRON, 2006).

A Guerra do Paraguai foi um importante acontecimento na história brasileira, deflagrada em 1865, se estendeu por cinco anos. Nesta guerra a atuação das mulheres ocorreu de forma voluntária, o governo não as convocou para a batalha. O grande nome de destaque foi

o de Ana Néri, enfermeira baiana que se juntou aos filhos e irmãos na guerra, porém inúmeras outras mulheres acompanharam o Exército Brasileiro, entre mães, esposas, prostitutas, andarilhas. Elas seguiam as tropas colaborando em todas as atividades que necessitavam: cozinhavam, lavavam, cuidavam dos feridos, fabricavam balas e participavam dos conflitos, quando da ausência de seus companheiros (LANNES, 2008; PASCAL, 2006)

A participação dessas mulheres tornou o ambiente da luta menos penoso, eram com elas que os homens podiam compartilhar as dificuldades da marcha. Contudo, a importante participação dessas mulheres não foi reconhecida nacionalmente, elas foram esquecidas relegadas à morte na miséria.

As mulheres ressurgem no cenário de guerra no ano de 1942, quando o Brasil declara guerra às potências do eixo e envia a Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao front italiano. Em meio à guerra foi constatada a necessidade preeminente de enfermeiras para comporem as tropas, sendo assim, o governo brasileiro implementou em caráter de urgência a busca por voluntárias. Publicou-se, em 1943, uma chamada no jornal de circulação nacional, solicitando mulheres, entre 18 e 36 anos, formadas em enfermagem. As selecionadas compuseram o Quadro de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército (QEERE) e passaram por um curso de formação, a fim de se aproximarem do *habitus* militar (LANNES, 2008; BERNARDES, LOPES, SANTOS, 2005).

Com isso, setenta e três enfermeiras, sendo seis especialistas em transporte aéreo, serviram voluntariamente a missão e tornaram-se as primeiras mulheres a ingressarem no serviço ativo das Forças Armadas brasileiras. O clima, o idioma e as constantes mudanças de base, foram algumas das adversidades que elas sofreram durante as operações, por outro lado, adquiriram um valioso conhecimento prático e cultural (BERNARDES, LOPES, SANTOS, 2005).

Com o fim da Guerra e o retorno da tropa, as mulheres, assim como os homens, foram condecoradas, ganharam a patente de oficial e licenciadas do serviço ativo militar, prática comum ao Exército norte-americano, o que demonstra a influência de tal instituição[41]. A guerra contribuiu em grande medida para as mulheres afirmarem a sua participação na vida política nacional, recém-conquistada na década de 1930, assim como para a sua valorização e para a

[41] A Doutrina Militar Terrestre brasileira sofreu influências das seguintes nacionalidades: espanhola, até 1659; inglesa, até 1822; e continuada indiretamente através de Portugal, até cerca de 1920; francesa, até 1940 e norte-americana. A influência norte-americana ocorreu de forma intensa durante a Segunda Guerra Mundial, no início enfatizou-se a força aérea, a defesa anti-áerea, os blindados, o serviço e a história militar. Posteriormente, na segunda metade da década de 50, valorizou-se a Chefia e Liderança, a Guerra Revolucionária, a Guerra Psicológica e o uso das armas atômicas. A instituição brasileira procurou adaptar os parâmetros adotados naquela nação às nossas condições e realidades (NETTO, 2005).

profissionalização da carreira de enfermagem (LANNES, 2008; BERNARDES, LOPES, SANTOS, 2005).

A partir de então algumas delas permaneceram como enfermeiras do Hospital do Exército e, mais tarde, foram reconvocadas como 2ºTenentes. Anos depois, foram reformadas como majores e capitães. Outrossim, destaca-se nesta época, a participação indireta das mulheres da elite que se organizaram em associações beneficentes para a arrecadação de fundos destinados aos soldados na Itália (LANNES, 2008).

As mulheres retornam a participar das forças armadas no decurso da transição democrática, ao passo que, Projetos de Lei para a abertura da carreira militar às mulheres iniciam a ser propostos. Como por exemplo, em 1979, quando o então Senador Orestes Quércia propõe um projeto para o ingresso voluntário das mulheres nas escolas militares de nível superior, o que, em sua opinião, estava em consonância com o processo mundial de profissionalização das forças armadas, assim como com a luta dos movimentos feministas pelos direitos das mulheres, pautado na Constituição Federal de 1967, a qual diz que todos são iguais perante a lei. No entanto, o parecer foi negativo à proposta, com base na estrutura corporal feminina e na função social das mulheres, ambas incompatíveis com as exigências das forças armadas (ALMEIDA, M., 2008).

Contudo, quando foram expostas as vantagens da admissão feminina para suprir a carência de pessoal, as propostas conquistaram mais adeptos, afinal elas seriam alocadas em serviços auxiliares, compatíveis com a constituição biotípica do sexo feminino. A necessidade de mão-de-obra especializada no Hospital Naval Marcílio Dias foi um dos propulsores para que a Marinha do Brasil fosse a primeira, entre as forças, a admitir o ingresso de mulheres. Uma vez que, os quadros de oficiais e praças eram insuficientes para todas as necessidades, o déficit de profissionais seria suprido por civis com nível universitário e técnico, os quais seriam recrutados para exercerem as atividades em terra. Estes novos oficiais ingressaram na carreira militar como 2°Tenentes ou membros dos Quadros Complementares (SANTOS, L. 2014).

Igualmente, a marinha instituiu por meio da Lei 6807, de 07/07/1980, o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), a fim de que as mulheres exercessem as atividades até então designadas aos homens, para que os mesmos fossem liberados para as funções do mar. Desta maneira, nos anos de 1981 e 1982 foram realizados os primeiros concursos para o Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais e para o de Praças. Os cursos em nível superior requeridos eram: farmácia, medicina, comunicação social, odontologia, enfermagem, serviço social, psicologia, educação física, estatística, processamento de dados, pedagogia, nutrição, meteorologia, engenharia eletrônica e cartográfica. Em nível técnico recrutavam provenientes dos cursos de:

processamento de dados, artes gráficas, contabilidade, eletrônica, estatística, análises clínicas, enfermagem, prótese dentária, desportos, laboratório médico, reabilitação, fisioterapia, radiologia médica, documentação médica, mecânica de precisão, meteorologia, secretariado, geodesia, cartografia, auxiliares técnicas em radiologia e administração hospitalar (LOMBARDI, 2009).

Faz-se mister apontar que a legislação que permitiu a incorporação das mulheres definiu claramente os limites para tanto, as mulheres deveriam realizar as atividades apenas em terra, de acordo com as necessidades da marinha e as habilitações e qualificações pessoais de cada uma. Amparados em marcos legais definiram normas de conduta ético-militar e para a correta apresentação pessoal, com clara pretensão de minimizar a feminilidade das novas integrantes da força. Padrões foram estabelecidos para o corte dos cabelos, sendo que aquilo que destoasse da norma deveria ser autorizado pelos superiores, não poderiam usar colar, brincos apenas os pequenos, assim como as pulseiras poderiam ter apenas uma volta.

Dedicou-se atenção, também, a confecção dos novos uniformes, os quais deveriam associar a carreira militar com muito glamour, porém dado o despreparo dos militares em lidarem com o feminino, inúmeros erros foram cometidos neste setor, como maiôs transparentes, saias que desabotoavam, calças que rasgavam nos quadris (LOMBARDI, 2009).

O CAFRM possuía regras próprias, barreiras hierárquicas e exigências mais rígidas que aquelas aplicadas aos homens, no que tange a incorporação efetiva deveriam ser aprovadas em três rigorosas seleções, o que impactava no ritmo de avanço na carreira e gerava um constante clima de tensão. Além disso, a patente máxima que atingiriam seria a de Capitão de Fragata. A jornada extenuante, a dificuldade de atrelá-la com as demandas domésticas e da maternidade, e as limitadas chances de avanço na carreira fizeram aumentar o índice de desistências, com isso a marinha perdeu muitas profissionais qualificadas (SANTOS, L. 2014).

Sendo assim, percebeu-se a necessidade de modificações na lei para incorporação das mulheres, o que viria ocorrer apenas em 1997. A Lei 9519 reestrutura os Corpos e Quadros de Oficiais e Praças da Marinha e extingue o CAFRM, desta forma as mulheres se integraram à estrutura geral da marinha. As mulheres oficiais são transferidas para o Corpo de Engenheiros Navais e para os Quadros profissionais, de acordo com a atividade executada. As praças são alocadas no Corpo Auxiliar de Praças. Entretanto, esta mesma lei foi responsável por criar um dispositivo que prevê ademais das reservas de carreiras para o sexo masculino, como a Armada, Fuzileiros Navais e Intendência, cotas percentuais para o sexo masculino no Corpo da Saúde (LOMBARDI, 2009). Em 2014, a marinha inicia o processo de admissão de aspirantes femininas na Escola Naval.

Na aeronáutica esta incorporação iniciou em 1982, de acordo com a Lei 6924 de 29 de junho de 1981, que deu origem a primeira turma do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica (CFRA). As mulheres preencheriam as vagas conforme suas qualificações profissionais compondo os quadros de oficiais, uma vez que a formação do oficial de carreira na Academia da Força Aérea (AFA) seria aberta para as mulheres apenas em 1995, na especialidade de Intendência (BAQUIM, 2007).

Em 2003, por meio de uma medida judicial, ingressa na AFA a primeira turma de aviadoras do país, as quais executam a atividade fim dessa corporação. O concurso para incluir cadetes do sexo feminino no Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV) foi reaberto após ter sido encerrado o concurso nacional para o sexo masculino, foram destinadas 20 vagas, para as quais se inscreveram 3209 mulheres civis, sendo 102 aprovadas. Em 2006, onze cadetes tornaram-se Aspirantes-a-oficial. Contudo, tal destinação de vagas gerou controvérsias na instituição, por essa razão, nos anos que se seguiram deixou de existir, sendo reestabelecida em 2006, já que o número de aprovadas e matriculadas caiu muito quando tiveram que disputar com os homens pelas mesmas vagas. Salienta-se, porém, que uma vez inseridas as mulheres destacam-se por sua dedicação e ótimos resultados[42] (BAQUIM, 2007).

Por essa razão, no contexto nacional, a aeronáutica é a única força que proporciona o acesso tradicional à carreira militar para as mulheres. Entretanto, ressalva deve ser feita, visto que das três especialidades oferecidas Aviação, Intendência e Infantaria, na última delas ainda não é permitido o acesso às mulheres. Mesmo assim, a Força Aérea Brasileira é a única arma que pode, em tese, oferecer às mulheres a promoção à patente máxima de oficial general, através de formação em especialidade considerada de prestígio. Sabe-se, porém, que esta foi uma árdua conquista para as mulheres, as quais tiveram que superar dores físicas e pressões psicológicas, para tornarem-se profissionais militares tal como os homens, mas mantendo suas características femininas (TAKAHASHI, 2002).

O exército foi a última das forças a incorporar as mulheres, após a experiência na Segunda Guerra Mundial percebeu-se que era necessário um exército bem preparado para atuação tanto convencional, quanto para a utilização das novas tecnologias. Assim sendo, a modernização das forças foi fundamental para consolidar a presença feminina, por meio da criação de cargos administrativos e burocráticos possibilitou-se a entrada das mulheres. As

[42] Alguns exemplos do bom desempenho feminino são: a Aspirante Márcia Regina Laffratta Cardoso, a primeira aluna a voar o helicópetero UH-50, como resultado da nota máxima obtida no curso teórico sobre a aeronave, tal vôo se realizou em um dia bastante significativo, o 08 de março dia internacional da mulher. A Aspirante Fernanda Görtz, também se consagrou como a primeira de sua turma a voar solo em arenoave caça, se tornando a primeira brasileira a pilotar um caça da Força Aérea Brasileira (BAQUIM, 2007).

alterações iniciaram em 1989 quando a partir de uma Portaria Ministerial (nº810 de 1987) foram concedidas 30% das vagas nos Colégios Militares para o sexo feminino. No mesmo ano, foi estabelecida a Lei 7831 que criou o Quadro Complementar de Oficiais, o qual facultou a entrada das mulheres, por meio de concurso público, na recém-criada Escola de Administração do Exército, diminuindo o déficit das áreas técnicas e administrativas (LANNES, 2008).

Alguns anos após, em 1996, foi instituído o Serviço Militar Feminino Voluntário para carreiras da saúde. E, em 1997, o Instituto Militar de Engenharia (IME) aceitou as primeiras dez alunas para o Quadro de Engenheiros Militares, da mesma forma, na Escola de Saúde do Exército (EsSEx) ingressaram as primeiras mulheres no Quadro de Saúde. Em ambas as escolas, as mulheres não participam de atividades de combate e tampouco podem atingir o posto máximo de General do Exército, a patente mais alta para elas é a de General de Divisão (LANNES, 2008).

Ainda no que tange as medidas de incorporação, no ano de 1998 o exército instituiu o Estágio de Serviço Técnico para áreas como: direito, contabilidade, análise de sistemas, arquitetura, jornalismo, todas de acordo com a necessidade da instituição. Ainda neste ano, foi implementado o Serviço Militar Voluntário para auxiliares e técnicas de enfermagem. Em 2001, o voluntariado estendeu-se para as atiradoras nos Tiros-de-Guerra na Amazônia, porém este projeto não teve continuidade (LANNES, 2008).

Desta maneira, a mulher pode servir tanto voluntariamente quanto seguir carreira. As militares de carreira devem escolher entre: a Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEx), que forma oficiais para o Quadro Complementar e de Saúde do Exército; o Instituto Militar de Engenharia (IME), que forma militares para o Quadro de Engenheiros Militares do Exército; a Escola de Saúde do Exército (EsSEx), que forma oficiais médicos para o Quadro de Saúde do Exército; e, a Escola de Sargentos de Logística (EsLog), que forma sargento de carreira do Serviço de Saúde do Exército e da Área de Música. Sendo que, o ingresso no IME pode se dar no curso de um ano para profissionais já formados em engenharia, ou por meio de vestibular para um curso de cinco anos para jovens com ensino médio completo (FÁZIO, 2003).

Quadro 5 - Admissão das mulheres nas Forças Armadas brasileiras

	Marinha	Exército	Aeronáutica
Ano de Admissão	1980	1992	1982
Quadro/Corpo	Corpo Auxiliar Feminino a Reserva da Marinha	Quadro Complementar de Oficiais	Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica
Marco Legal	Lei n.6.807, 1980	Lei n. 7.831, 1989	Lei n. 6.924, 1981

Fonte: ALEMEIDA, 2015, p13.

Quadro 6 – Admissão das mulheres nas Academias Militares das forças

	Marinha	Exército	Aeronáutica
Escola de Formação	Escola Naval (EM)	Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)	Academia da Força Aérea (AFA)
Ano de Admissão	2014	2018[43]	1996
Corpos, Armas, Serviços, Quadros e Especialidades	Intendência	Intendência Material Bélico	Intendência Aviação

Fonte: ALMEIDA, 2015, p13.

Destarte, ao analisarmos mais detalhadamente cada força temos que na marinha o efetivo atual de mulheres é de 7.602 militares do sexo feminino, o que representa 10,02% do efetivo da força naval. As mulheres estão presentes nos Corpos de Engenheiros e de Intendências, neste último caso trata-se de aspirantes no primeiro ano do curso da Escola Naval. As oficiais que integram os Quadros de Carreira e Temporários somam 3394 mulheres, equivalente a 30,37% da oficialidade, já as Praças representam 6,5%, totalizando 4208 militares do gênero feminino (MACHADO, 2015 apud ROVINA, 2015).

A mulher mais antiga da força é a Contra-Almirante Médica Dalva Maria Carvalho Mendes promovida, em 2012, ao posto máximo da carreira para oficiais médicos, tornando-se um marco relevante na história da organização. Não obstante, permanece vigendo a Lei nº 9.519/1997, que impede a entrada de mulheres para os Corpos da Armada e de Fuzileiros Navais (setores combatentes da marinha), ao prever que estes deverão ser ocupados por oficiais do sexo masculino.

Ademais, nos editais dos concursos para os quadros da saúde, a marinha tem instituído cotas para o sexo masculino (50%), demonstrando a preocupação da instituição com a

---

[43] Prazo máximo imposto pela Lei n. 12.705 de 2012, considerando-se que, em 2017, as mulheres adentrarão a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx).

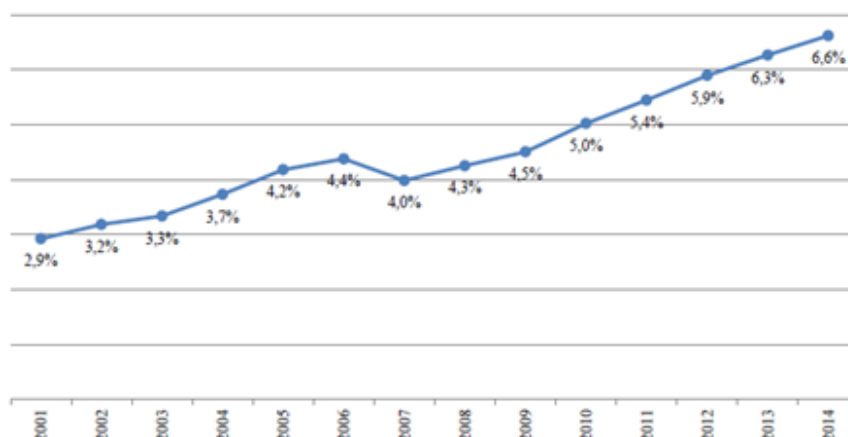
feminização de seus quadros, sendo esta uma proteção imposta juntamente com a lentidão no processo de integração das mulheres e a reserva de carreiras e patentes exclusivas para os homens (LOMBARDI, 2009).

No exército, atualmente, são 7621 representantes do gênero feminino, 10% da força, das quais 4357 são oficiais e 3264 graduadas (FREITAS, 2015 apud ROVINA, 2015). Foram conquistados recentes avanços no que tange a incorporação das mulheres nas frentes de batalha. A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a partir de 2017, por força do art. 7º da Lei n. 12.705, de 2012, deverá incluir mulheres na linha de ensino bélico, limitadas, entretanto, aos cursos de Material Bélico e de Intendência, apenas assim tais mulheres estarão aptas a atingir o posto máximo da carreira, General de Exército.

A medida se fez premente visto que as mulheres no Exército Brasileiro já estavam habilitadas a realizar dois de seus cursos combatentes mais tradicionais e difíceis, o Curso Básico Paraquedista (desde 2006) e o Curso de Operações na Selva (desde 2010), nos quais apresentam ótimos resultados, portanto, torna-se incoerente a ausência destas nas armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações. Igualmente, esta lei possibilitará a maior participação de mulheres em zonas de conflito, com o respaldo da Resolução 1325 da ONU.

Na Força Aérea Brasileira existem hoje 10.551 mulheres, 15% do efetivo total de militares na ativa, maior contingente militar feminino. Ressalta-se a presença entre elas de mulheres pilotos de caça pertencentes à elite combatente, as quais foram submetidas a rigorosos testes físicos, intelectuais e psicológicos para alcançarem tal posto que permite acessarem o cargo de Comandante da Aeronáutica (MIYAGUTI, 2015 apud ROVINA, 2015). A força aérea planeja, ainda, o ingresso de jovens mulheres na Escola Preparatória de Cadetes-do Ar, caso alcance a meta serão, novamente, um exemplo para as demais forças.

Não obstante, apesar de não se contestar que nos últimos anos houve uma evolução progressiva nos efetivos de mulheres nas Forças Armadas brasileiras, os dados apresentados pelos comandantes das forças não coincidem com aqueles obtidos na Secretaria de Coordenação e Organização Institucional do Ministério da Defesa. A Secretaria aponta um crescimento de 2,9% em 2001, para 5% em 2010, atingindo atualmente 6,6% de mulheres nas forças armadas, como demonstrado no gráfico abaixo. Sendo esta uma grande dificuldade para mensurar o efetivo avanço das medidas adotadas, necessitando de uma adequada compilação dos dados.

Gráfico 4 – Participação de mulheres no efetivo das forças armadas, 2001-2014

Fonte: Secretária de Coordenação e Organização Institucional do Ministério da Defesa, 2014.

De acordo com os dados colhidos pelo IBGE, no ano de 2005, e compilados por Lombardi (2009), ao observar o perfil demográfico das forças armadas nacionais depreende-se que: 37% dos militares tinham até 21 anos, 24% entre 22 e 29, 23% entre 30 e 39 anos e 16% acima de 40 anos. Nota-se, entretanto, uma especificidade na análise dos dados ao incorporar-se o viés de gênero, uma vez que, todos os militares com até 21 anos são do sexo masculino. Reflexo das exigências para o ingresso das mulheres na instituição, as quais adentram por meio de concursos que demandam, no mínimo, o ensino médio.

A análise permitiu depreender, também, a distribuição dos militares segundo os níveis Oficiais e Praças em relação ao sexo. Perante isto, revela-se que para os homens, o maior contingente está na carreira de Praças (85,9%), já no que tange as mulheres: 43,6% são oficiais e 56,4% Praças. Lombardi (2009) atribui este resultado às condições de recrutamento das mulheres, que entraram nas forças armadas em virtude da profissionalização das mesmas, sendo exigido escolaridade mínima de nível médio (Praças) ou superior (Oficiais). No caso dos homens, em decorrência da concepção de forças armadas "de massa", com grandes contingentes, os jovens eram aceitos apenas com o ensino fundamental.

Desta forma, a isenção do serviço militar obrigatório para mulheres e a não admissão das mesmas em determinados serviços militares voluntários, como na graduação de Cabo do Exército Brasileiro, priva as mulheres de adentrarem as forças nas mesmas condições que os homens e dificulta a alteração da composição dos quadros militares. Além disso, condições femininas como a gravidez, permanecem sendo um critério de exclusão. De acordo com a Portaria DEPENS nº 102/DE2, de 1º de agosto de 2002:

> Durante o período compreendido entre a inscrição no concurso de admissão e a conclusão do Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV), a candidata ou cadete não deverá apresentar estado de gravidez, dada a incompatibilidade com os testes físicos específicos, de caráter seletivo, (...) e com as atividades físicas obrigatórias a que será submetida durante o curso. A comprovação do estado de gravidez acarretará a exclusão do concurso de admissão, ou o desligamento do CFOAV (2002, p.08).

Recentemente, eliminou-se a restrição à participação de mulheres grávidas na seleção dos postos da marinha, considerada, até então, condição incapacitante, contudo continua a ser exigido o teste de gravidez de todas as mulheres na etapa inicial. Ademais, foi implantada a licença à gestante e adotante por meio da Lei nº 13.109, de 25 de março de 2015, na qual as mulheres militares gestantes, e militares (homens e mulheres) adotantes foram contempladas com os mesmos direitos concedidos para as mulheres civis (DEFESANET, 2015).

Igualmente, foram adicionados à Lei casos específicos da profissão militar, como a permissão para as futuras mães mudarem de função quando suas condições de saúde exigirem; foi garantido às militares em amamentação um intervalo de uma hora, que pode ser dividido em dois períodos de 30 minutos para descanso, até que o bebê complete seis meses; em casos de nascimento prematuro, a licença se inicia a partir do nascimento da criança, e são concedidos 30 dias de licença para as mulheres que sofrerem aborto (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015).

No entanto, a inexistência de creches e escolas capazes de atender aos filhos das militares, atrelado às dificuldades que enfrentam durante a gestação e após o parto, dado a incompreensão de alguns comandantes sobre as limitações inerentes a este período da vida das mulheres, faz com que as mesmas necessitem alterar seus planos familiares em favor da carreira.

> O que estamos constatando é uma quebra de tabus em segmentos que não empregavam mulheres. Nas forças armadas, por exemplo, elas estão ingressando pelo oficialato. Para consolidar a posição no mercado, a mulher tem cada vez mais adiado projetos pessoais, como a maternidade. A redução no número de filhos é um dos fatores que tem contribuído para facilitar a presença da mão-de-obra feminina, embora isto não seja visto pelos técnicos do IBGE como uma das causas da maior participação da mulher no mercado (PROBST, 2015, p.6, apud ROVINA, 2015).

Destarte, tais inovações são resultado da maior articulação das mulheres militares em grupos de discussão, o que garantiu maior ênfase aos direitos das mulheres, principalmente para que estejam em concordância com aqueles aplicados às mulheres civis, e com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a qual assevera proteção legal à maternidade.

3.3.1 A Comissão de Gênero do Ministério da Defesa

Em abril de 2014, foi criada a Comissão de Gênero do Ministério da Defesa, composta por representantes dos comandos das forças armadas e de diversos setores do ministério, com caráter consultivo. A Comissão se propõe em seu plano de ação, realizado em 2015, orientar a atuação do Ministério da Defesa visando à efetivação dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero; acompanhar e avaliar o cumprimento das ações definidas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), sob a responsabilidade do Ministério da Defesa[44]; articular os órgãos deste ministério na implementação das ações propostas; contribuir para a atuação do ministério nos espaços institucionais que tratam das políticas para as mulheres e de gênero; sensibilizar e capacitar servidores e dirigentes do ministério no tema. Com objetivo final de aprofundar e transversalizar a temática de gênero no âmbito da defesa brasileira (LIMA, 2015).

Para tanto, a Comissão se propôs a desenvolver um projeto de pesquisa para diagnosticar as questões de gênero relevantes no âmbito da defesa; conduzir a implementação das ações da PNPM sob a responsabilidade do MD, articulando os órgãos envolvidos; propor parâmetros para a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU; contribuir para a participação qualificada do MD na 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres; contribuir para a participação qualificada do MD e do Brasil no Seminário de Gênero no âmbito do Conselho de Defesa Sul-americano da UNASUL; criar um espaço no sítio do MD para a CGMD; planejar e conduzir o II Seminário de Capacitação da CGMD.

Contudo, apesar da importância da criação da Comissão, demonstrando uma evolução institucional, os resultados de suas ações são frágeis. Ao analisar as atas das reuniões disponibilizadas pela Lei de Acesso à Informação, percebe-se que há ainda muita discordância entre os membros, os quais expressam as opiniões e interesses de seus grupos particulares, o que dificulta a implantação de forma mais célere das medidas que beneficiem as mulheres. No que tange o projeto supracitado, em reunião ordinária, realizada no dia 31 de julho de 2015, solicitou-se a dilatação dos prazos, desta forma a nova data provável para a conclusão do mesmo ficou para fevereiro de 2016 (CGMD, 2015).

---

[44] O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM 2013/2015) atribui ao Ministério da Defesa a linha de ação 4.3 a qual dispõe a respeito do fortalecimento da segurança cidadã e acesso à justiça às mulheres em situação de violência. Torna-se de responsabilidade do MD diagnosticar as atribuições desenvolvidas e mapear as competências necessárias para a execução de atribuições pelas mulheres nas Tropas de Paz; contribuir na capacitação e treinamento das Tropas de Paz na perspectiva de gênero; fortalecer as práticas esportivas como instrumento de paz nos locais de atuação das Forças Armadas; estabelecer parcerias na construção do processo de prevenção das DSTs/HIV e enfrentamento da violência sexual como arma de guerra; construir estratégias de enfrentamento da violência baseada em gênero nos contextos humanitários.

A partir da leitura da ata depreende-se que esta prorrogação muito se vincula com a fase inicial do projeto, que determina a realização de um diagnóstico da situação atual do trabalho feminino na defesa. Para tanto, é necessário empreender uma pesquisa com os funcionários deste setor, porém de acordo com o General, representante do exército na Comissão, uma pesquisa com viés civil teria um alcance limitado, por não compreender as questões operacionais das forças, tampouco sua cultura, valores e missões (CGMD, 2015).

Outra preocupação do mesmo General diz respeito a coesão institucional que, em sua opinião, poderia ser afetada caso os membros masculinos das forças se sentissem desprivilegiados frente às mulheres. Ademais, enfatizou que ao conduzir qualquer pesquisa na instituição militar, deveria se atentar à hierarquia e respeitar a cadeia de comando (CGMD, 2015). À vista disso, verifica-se que a instituição militar permanece compreendendo a presença feminina como um elemento perigoso, capaz de corromper sua organização.

Importante tópico desta discussão abordou a questão do assédio sexual, de acordo com o Almirante, representante da marinha na Comissão, questões que tangenciassem o assunto seriam barradas, justificou sua opinião dizendo que tal ato é um crime e, por essa razão, é combatido pela corporação. Opiniões contrárias foram expressas por membros civis na Comissão, o assessor do ministro à época esclareceu que a percepção das mulheres sobre essa situação é importante e não fere as instituições militares, deste modo não concordaria com uma censura prévia da questão (CGMD, 2015).

Em consonância esteve a membro do Instituto Pandiá Calógeras integrante da Comissão, ela expôs que tal órgão foi criado justamente para averiguar a situação da mulher na defesa, sendo esta uma problemática pertinente. Complementou a argumentação a representante suplente do Gabinete do Ministro, apontando que os outros países da região podem pesquisar a situação das mulheres de modo aberto, perante isto: qual seria o impacto do maior país da América do Sul impor entraves à pesquisa? A ausência do tema de assédio moral e sexual geraria desconfianças internas e externas (CGMD, 2015).

Não obstante, o General, em acordo com o Almirante, reafirmou que a situação deve ser estudada como um todo, sem se perder com assuntos que fogem ao escopo da Política Nacional (CGMD, 2015). A polêmica em torno da questão, pode ser entendida com observância ao segundo capítulo desta dissertação, o machismo característico da instituição militar é colocado em prática quando ocultam-se os casos de abuso sexual, como forma de assegurar a ordem interna.

A disponibilização das informações também foi questão levantada, o que coaduna com uma das ações propostas no Plano de Ação do CGMD de 2015, o qual apontou a necessidade

de criação de uma aba no sítio eletrônico do ministério para abrigar a Comissão de Gênero, ainda não concretizada. Segundo o representante da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) o tema das mulheres na defesa é um dos que mais atrai a atenção das pessoas e gera muitos questionamentos (CGMD, 2015).

A opinião do exército neste assunto é a de que o seu centro de comunicações poderia responder a maioria das perguntas, já que possui a ampla maioria dos dados, assim como um centro de estudos sobre a temática, o que os conferiria melhores condições que o Ministério da Defesa para discorrer a respeito. Contra argumenta o representante da ASCOM que, uma vez a página sendo do ministério, quem deveria dar a palavra final é o ministro, afinal aqueles que buscam pela resposta de uma força em particular, se dirigirão à sua respectiva página (CGMD, 2015).

Neste sentido, nota-se que apesar do país afirmar, desde o fim da década de 1990, que as forças armadas estariam subordinadas a uma autoridade legitimamente constituída, ainda não se pode dizer que esta seja uma questão resolvida, há muitos espaços de autonomia castrense. Até mesmo na instituição organizada para realizar o controle objetivo das forças, a presença militar é expressiva, de acordo com os dados expostos na reunião da Comissão de Gênero, os funcionários da administração central do MD são compostos por 568 civis (240 mulheres, 328 homens) e 726 militares (34 mulheres, 692 homens), destaca-se a presença masculina, principalmente na esfera militar (CGMD, 2015).

Logo, como exposto anteriormente, o principal indicador do controle civil é observar quem prevalece quando as preferências são divergentes, se os militares prevalecerem constata-se um problema. De acordo com Soares (2004), o controle civil sobre os militares perpassa a ideia de um Estado capaz de se contrapor à força das armas, já que seria ele o responsável por exercer o monopólio legítimo da violência (WEBER, 1973).

Institui-se assim, um círculo vicioso no qual a baixa profissionalização dos militares atrelado ao temor que os comandantes das forças possuem da mudança de parâmetros operacionais, impactam em constrangimentos na implantação de políticas com a perspectiva de gênero, fragilizando a concretização da democratização.

Na análise dos documentos destaca-se, ademais, a participação de membros da Comissão, civis e militares, em seminários, palestras e cursos ministrados tanto no país quanto externamente, com vistas a uma melhor capacitação sobre a temática e ao estabelecimento de um diálogo regional sobre o assunto, como por exemplo, os debates acerca da homologação de conceitos de gênero no Conselho de Defesa Sul-americano, realizado em setembro de 2015, no Chile (CGMD, 2015).

Portanto, o estabelecimento de linhas de pesquisa sobre a temática de gênero passou a ser uma demanda também da UNASUL. No âmbito regional, o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), por meio de seminários temáticos discute ferramentas para avaliação e incorporação das mulheres na defesa, criando, para tanto, uma comissão especial no Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED) (LIMA, 2015).

Ademais, estabeleceu-se uma parceria entre a ONU Mulheres e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores, a fim de promover a cooperação técnica, com enfoque de gênero, entre os países do Sul. Nos últimos anos, a atuação da ONU Mulheres foi intensa no sentido de ampliar a presença feminina nas operações de paz, agiram de acordo com os preceitos da RCSNU 1325, em parceria com o Ministério da Defesa e a Secretária de Políticas para as Mulheres com intuito de formular ações que incrementassem a ação de militares brasileiras, já que, atualmente, apenas 1% do efetivo brasileiro em missões de paz é composto por mulheres. Para tanto, uma importante contribuição foi a criação do Centro Conjunto de Operações de Paz no Brasil (CCOPAB), no qual a agência da ONU participa facilitando treinamentos semestrais, que pontuam a temática de gênero.

A baixa incidência de mulheres nas missões de paz, em muito se relaciona com o fato delas, em suma, representarem um pequeno contingente nas forças, atrelado ao fato de não estarem presentes nas funções de combate das forças. O efetivo feminino atuante, hoje em dia, concentra-se nas áreas de engenharia, saúde, comunicação, em geral áreas técnico-administrativas, por sua vez o quadro de uma missão de paz é composto 80% por combatentes, refletindo no baixo número apresentado (LIMA, 2015).

Portanto, à semelhança da sociedade "também na caserna são mudanças culturais profundas que levarão a uma verdadeira igualdade de gênero" (MATHIAS, ADÃO, 2008, p.298).

3.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

Depreende-se assim que a transição do regime autoritário brasileiro sofreu a tutela dos militares, assim como foram mantidas diversas prerrogativas para o meio castrense, tal qual sua atuação na política (ZAVERUCHA, 1991). Os governos foram pouco proativos para propor políticas de revisão do quadro e, ao contrário, delegaram mais funções às forças devido a insegurança interna e a incapacidade de atuação em regiões distantes. Os avanços mais contundentes na política de defesa nacional foram a criação do Ministério da Defesa, da PND, END e Livro Branco. Contudo, a temática de gênero recebeu pouca atenção. O período de

transição demarcou, ainda, a retomada dos movimentos de mulheres com demandas que, após alguns anos, viriam a ser acrescidas à instituição militar.

De forma mais destacada, as mulheres adentram a Marinha em 1980, a Força Aérea em 1982 e o Exército em 1992. A instituição militar, buscando voltar-se para a sua atividade-fim, necessitava preencher, com recursos humanos especializados, cargos e funções de natureza complementar. Por essa razão, criaram-se os Quadros Complementares, os quais objetivavam aprimorar a capacidade administrativa das forças e desenvolver novas competências técnicas, integrando os conhecimentos advindos do meio acadêmico civil com os específicos militares.

Em 2003, a primeira turma de aviadoras ingressou na AFA, tornando-se a única força que proporciona o acesso tradicional à carreira militar para as mulheres, podendo oferecer promoção à patente máxima. O Exército, por força de Lei deverá incluir a partir de 2017 mulheres na AMAN, porém limitadas aos cursos de Intendência e Material Bélico.

Neste processo de incorporação feminina no Brasil, ressalta-se a recente criação da Comissão de Gênero no âmbito do Ministério da Defesa. A Comissão criada com intuito de colaborar na efetivação dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero, foi um importante passo, porém não demonstrou, até o presente momento, resultados efetivos.

4. AS MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS DA ARGENTINA[45]

> Es casi paradójico que yo sea la Comandante en Jefe de las Fuerzas Armadas y que las mujeres no puedan ingresar en ciertas armas por su condición de género
>
> (KIRCHNER, Cristina, 2011)

> La perspectiva de la mujer es la que te permite caminar hacia una sociedad más igualitaria
>
> (ROSSI, Augustín, 2013)

A Argentina demonstrou um grande avanço no controle civil das forças armadas, foi, sem dúvidas, o país que realizou mudanças mais profundas e notáveis na área de defesa. Após um processo de profissionalização das forças, adaptação da mentalidade militar ao cenário democrático e institucionalização do setor de defesa, tornou-se o país latino-americano, no qual os militares menos intervêm na política (DIAMINT, 2008).

Para tanto, importantes medidas foram empreendidas como a abolição da justiça militar e o julgamento dos responsáveis pela ditadura; a regulamentação da atividade militar, proibindo intervenções na segurança interna; e, o afastamento dos militares das esferas de decisão.

Além disso, buscou-se internalizar na subjetividade militar valores e temas em consonância com a realidade social. Foi empreendido um grande esforço para tornar a política de defesa uma política pública, a fim de que as forças, de fato, representassem a sociedade democrática na qual se inseriam (TIBILETTI, 2015).

Neste interim, foram planteados os primeiros questionamentos com enfoque de gênero que levariam ao desenvolvimento de uma agenda específica para a temática. As circunstâncias favoráveis na política institucional, a qual formulou medidas que garantiram o reconhecimento dos direitos femininos e romperam com a histórica desigualdade, viriam a atingir, com alguns anos de atraso, o meio castrense.

A incorporação feminina nas forças armadas não ocorreu sem percalços, porém com a ascensão da ministra de Defesa Nilda Garré, ela se deu de forma mais célere. Resoluções e diretrizes legitimaram os direitos das mulheres e atentaram para as demandas específicas desta gama populacional. Estruturadas com a pretensão de alcançar um horizonte mais democrático no interior das forças e a consolidação da igualdade social no país.

No intuito de obter mais informações a respeito da reforma empreendida nestes anos, assim como os reflexos e desdobramentos dela, foi realizada uma entrevista, na sede do

---

[45] Este capítulo será, em muitos trechos, norteado pelas publicações anuais do Ministério da Defesa argentino intituladas "Equidad de Género y Defensa: una política en marcha".

Ministério da Defesa argentino, com a assessora da *Dirección de Políticas de Género*, Lic. Natalia Escoffier, a qual será relatada ao longo do capítulo.

4.1 CONTEXTO NACIONAL

De acordo com Battaglino (2005) o sistema político argentino, nos séculos XIX e XX, experimentou três ciclos de relações civis-militares[46], ou seja, em dois momentos houve a subordinação militar aos civis (1862 a 1930 e 1983 até os dias atuais), e o terceiro marcou-se pelo intervencionismo militar (1930 a 1983). Neste último, ainda de acordo com o autor, podem ser observadas seis intervenções de sucesso nos anos 1930, 1943, 1955, 1962, 1966 e 1976, ocasiões nas quais membros das forças armadas foram responsáveis por sua execução, porém obtiveram apoio político e/ou social, resultando na remoção da autoridade civil anteriormente eleita pelo voto nacional.

Ainda que os atores envolvidos em cada golpe não são sempre os mesmos, cada intervenção é comandada por um grupo distinto das forças armadas e também da sociedade civil. A composição de uma coalisão de sucesso pró-golpe está intrinsecamente relacionada com a orientação política econômica do governo em questão e os incentivos garantidos aos atores políticos dominantes, assim como ao tratamento concedido à instituição militar e a atenção às suas demandas. Ressalta-se a importância do papel atribuído à sociedade, parcela significativa da mesma era complacente com a intervenção e permitiam que os militares revogassem a constituição com pretensões de se libertarem de seus governantes. “Para eles, o golpe representava a esperança de um regresso ao passado, um novo começo, ou uma forma de doce vingança contra os seus adversários políticos” (PION-BERLIN, 2000, p.21).

Ao passo que o poder militar aumentava a cada intervenção, eles não demonstravam à nação capacidade para resolverem todas as demandas, sendo assim ao longo de suas intervenções o descontentamento tornou-se crescente, fruto das atrocidades políticas e graves erros econômicos. Por conseguinte, com o fim do último ciclo ditatorial os cidadãos estavam assustados e temerosos com a possibilidade de novas soluções extremistas. Com isso, apesar dos esforços na tentativa de justificar as medidas adotadas, os militares acabaram por obter o efeito contrário ao pretendido e impulsionaram a consolidação dos ideais democráticos (PION-BERLIM, 2000).

---

[46] Os ciclos são períodos demarcados por uma característica predominante.

Neste contexto a Guerra das Malvinas foi o grande ponto de inflexão, a entrada na guerra foi resultado das cisões de opiniões nas forças armadas e sua derrota para o Reino Unido gerou uma completa deterioração da moral e da confiança que a instituição detinha. Como resultado viu-se o colapso do governo, de forma abrupta e rápida, pouco tempo após a rendição para os ingleses. Destroçadas pelo conflito, as Forças Armadas argentinas foram incapazes de influenciar os rumos políticos do país, prerrogativas previamente acordadas foram rapidamente anuladas, como, por exemplo, a lei de anistia (PION-BERLIM, 2000).

Igualmente, houve pouco interesse da população civil em negociar acordos com os militares, os principais generais líderes durante a ditadura foram expulsos da corporação, e os demais foram colocados sob a tutela do Ministério da Defesa, diminuindo o poder e a autonomia das forças armadas, inclusive no que tange ao orçamento destinado para o setor. Ao mesmo tempo, o governo por meio de legislação específica determinou o não envolvimento militar nos assuntos de segurança interna, restringindo sua missão às ameaças externas (PION-BERLIM, 2000).

O enorme desejo de justiça manifestado pelo povo foi contemplado pelo primeiro governo do período pós-ditatorial a cargo de Raúl Alfonsín (1983-1989), que assumiu os riscos de punir os líderes da ditadura e fez com que o processo de transição na Argentina se distanciasse, de forma significativa, dos demais latino-americanos pautados por negociações. Portanto, a regeneração do sistema político argentino conquistou tal profundidade, em virtude da rígida conduta estabelecida pelo setor de defesa, que relacionava a modernização institucional das forças armadas com a aplicação dos direitos humanos (ARDUÍNO, 2015).

O valor da democracia e a subordinação dos militares à autoridade civil institucionalmente estabelecida foram os eixos para as relações com as forças armadas. Assim, no ano de 1984, foi realizada uma reforma preliminar no Código de Justiça Militar, original de 1951. Através da Lei 23.049, buscou-se fortalecer o governo civil democrático limitando ao mínimo o foro militar, restringiram-se os delitos de sua jurisdição àqueles considerados essencialmente militares, e foi retirada de sua competência temas envolvendo civis.

No entanto, a fim de controlar as revoltas e cedendo às pressões dos militares, o presidente Alfonsín viu-se obrigado a promulgar, em 1986, as leis de *Punto Final* (nº23.492) e *Obediencia Debida* (nº23.521), as quais impediram a justiça de avançar nos processos condenatórios, assim como restringiam a atribuição de responsabilidades apenas para os chefes máximos da ditadura, uma vez que os demais teriam atuado sob ordens[47].

[47] Lei 23.492: "1- Se extinguirá la acción penal contra toda persona que hubiere cometido delitos vinculados a la instauración de formas violentas de acción política hasta el 10 de diciembre de 1983."

Em vistas desta contenda seu sucessor, o presidente Carlos Menem (1989-1999), preferiu travar um jogo político com as forças, não utilizando de recursos judiciais. Dado Menem ter assumido em um cenário no qual era improvável um novo golpe, suas ações procuraram combinar o perdão pelas transgressões ocorridas, em paralelo com o rigor disciplinar evitando possíveis novos erros. Desta forma, pretendia superar os ódios remanescentes e consolidar a reconstrução nacional, por meio de um diálogo com as forças e uma maior interação entre civis e militares (DIAMINT, 2008). De acordo com Diamint (2008, p.107), "Ali residia o problema das autoridades políticas: já não convocam aos militares batendo na porta dos quartéis, mas também não os comandavam exercendo a supremacia conferida pela Constituição".

Entre as principais ações do governo Menem que coadunam com esta proposta de aproximação verificam-se os constantes elogios realizados às forças, demonstrando a importância da instituição para a República Argentina. Em seus discursos enfatizava que os militares eram parte de seu governo, os quais não deveriam se sentir inferiores aos civis. Adiciona-se, o reconhecimento da demanda militar por melhorias orçamentarias, dado o notável corte a que foram submetidos os gastos militares, entre os anos de 1983 e 1990. Para tanto, foi proposta uma reforma militar com a destinação das verbas obtidas, a partir da privatização das indústrias de defesa e da venda de imóveis ociosos das forças, às melhorias organizacionais (SAÍN, 1999).

Por conseguinte, esta política foi responsável por uma retomada de impunidades, reflexo do distanciamento do Poder Judiciário da cena democrática. Porém, por outro lado, o governo Menem conquistou importantes avanços como a anulação do serviço militar obrigatório, a intensificação das missões militares conjuntas em outros países, a Lei de Reestruturação das forças armadas e o prosseguimento dos trabalhos no Livro Branco. Ademais, foi responsável por estabelecer relações de cooperação com países vizinhos, minimizando as tensões regionais e possibilitando a conquista de um entorno regional mais seguro (DIAMINT, 2008).

A suspensão do serviço militar obrigatório, em 1994, precedeu muitas outras nações ocidentais e foi crucial para a profissionalização militar e a eliminação do antigo conceito de forças armadas de massa. O fim da Guerra Fria e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de novas tecnologias impactaram diretamente na exigência por grandes contingentes militares, sua

---

Lei 23.521: "1- Se presume que quienes a la fecha de comisión del hecho revistaban como oficiales jefes, oficiales subalternos, suboficiales y personal de tropa de las fuerzas armadas, de seguridad, policiales y penitenciarias, no merecen castigo por haber obrado en virtud de obediencia debida."

dimensão deveria ser readequada de acordo com os novos conflitos extraterritoriais e com a atuação de forças aliadas. A eliminação do serviço militar obrigatório é, além do mais, um importante indicador da passagem de um militar moderno para um militar pós-moderno, afinal permite o acesso feminino, alterando sua composição e *ethos*, torna-se andrógino e altamente permeado pela sociedade civil (MOSKOS, 2000).

A criação do serviço militar voluntário por meio da Lei 24.429, foi realizada com uma brecha constitucional a qual permitia, no caso de não atingir a quantidade de efetivo necessário, a convocação dos cidadãos. A mesma possibilitou que propostas anteriores fossem colocadas em prática, em específico no que diz respeito às mulheres a resolução definitiva acordada entre as forças aprovou a participação das mulheres em missões complementares de apoio, mas não de combate. Sendo assim, se reconheceu muito além da capacidade física das mulheres, mas a contribuição que elas aportam a um espaço até então masculino (BADARÓ, 2015; FREDERIC, 2013).

No que tange seu papel, visualiza-se nas Forças Armadas argentinas, da mesma forma que em outras forças europeias, a transição de um militar guerreiro para um soldado da paz, o qual como cidadão possui atribuições de um funcionário público, na condução de suas atividades (MOSKOS, 2000). A agressividade deixa de ser a característica principal e prevalece a necessidade de execuções de tarefas de caráter humanitário, em especial na Argentina observamos o envio de tropas para o Haiti, desde 2004 em uma missão de caráter permanente, e Chipre.

No entanto, apesar dos avanços conquistados até então, percebe-se que, em geral, as administrações descritas negligenciaram a necessária reestruturação das forças e a elaboração de políticas castrenses. Nos governos de Fernando De la Rúa (1999-2001) e Eduardo Duhalde (2002-2003) tal prática permanece, eles não renderam grande atenção ao tema militar. As questões militares não eram uma prioridade frente a um cenário político conturbado, sendo assim, durante estes governos as relações civis-militares não apresentaram avanços (DIAMINT, 2008). Como aponta Saín (2010), no momento em que as forças armadas deixaram de figurar como um problema, as políticas de defesa foram subtraídas das prioridades governamentais, com isso importantes condições sistêmicas não foram aproveitadas pelos sucessivos governos civis.

Isto posto, Néstor Kirchner assume o governo em 2003 e logo demonstra sua disposição para rever o passado castrense. Uma das ações de grande repercussão foi a imposição ao comandante do Exército para que retirasse do mural de ex-presidentes da nação, em rede nacional, as figuras de dois militares que comandaram o país durante o período autoritário.

Nesta mesma linha, ordenou que a escola da marinha, maior campo de concentração na ditadura, entregasse sua sede para a construção de um museu em nome da memória, no qual seriam abrigados os arquivos da repressão (DIAMINT, 2008).

No âmbito jurídico, sancionou, já em seu primeiro ano de mandato, a Lei 25.778, por meio desta conferiu hierarquia constitucional à Convenção da ONU sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes de Lesa Humanidade, ademais, anulou as leis de *Punto Final* e *Obediencia Debida*. Desta forma, o governo conseguiu recuperar a proposta inicial da transição democrática, aplicando a justiça na condenação das faltas militares. Contudo, apesar de sua detida atenção aos direitos humanos, o governo não conseguiu consolidar uma clara política de defesa, já que o início da revisão judicial foi responsável por gerar insatisfação militar (DIAMINT, 2008).

Em dezembro de 2005, ainda durante o governo de Nestor Kirchner, assume a gestão do Ministério da Defesa Nilda Célia Garré. A dirigente se manteve no cargo até o ano de 2010, e fez de seu período de administração emblemático. A mesma contribuiu grandemente para a reformulação da condução ministerial das forças armadas, com este propósito regulamentou a Lei de Defesa[48]; completou a reforma do Código de Justiça Militar, o qual suprimiu o foro castrense; propôs a modernização da educação militar e conferiu grande ênfase à discussão da temática de gênero (DIAMINT, 2008).

Mais detalhadamente, o seu plano de modernização do sistema de defesa era sustentado por dez grandes linhas, quais sejam: a) estruturação orgânica, delegando ao Estado Maior Conjunto o papel de assessor do Ministério e principal executor das decisões estratégicas, configurando-o como condutor operacional; b) organização do planejamento estratégico, a partir do diagnóstico da situação atual, sua evolução e os critérios que devem orientar as ações futuras; c) configuração de um sistema otimizado de execução logística, a partir de um estudo que identificou erros e fissuras nos processos foi proposta a criação de uma agência formada por civis e militares para reverter o quadro; d) articulação entre as áreas de investigação, desenvolvimento e produção; e) consolidação da integração regional e cooperação internacional, a partir da constituição de forças de paz e treinamento conjunto (*Cruz del Sur*, ALCOPAZ), assistência humanitária e o estabelecimento de diálogos estatais (Conselho de Defesa Sul-Americano); f) promoção da educação, pautada em valores democráticos, a

---

[48] A Lei de Defesa estabelece que a atividade das forças armadas se restringe a defesa externa, e proíbe a participação em temas de segurança internos. Ademais, prescreve que devem ser rechaçadas todas aquelas concepções que procuram ampliar a utilização do aparato militar em funções usualmente conhecidas como “novas ameaças”. Estabelece, ainda, uma clara divisão entre as funções de defesa e as de segurança, ao determinar que a segurança interna seria regida por uma lei especial.

profissão militar deve ser promovida como um serviço público, o que implica incorporar na estrutura curricular matérias de humanidades, previamente aprovadas pelo Ministério da Educação; g) implementação da perspectiva de direitos humanos e de uma política transversal em matéria de gênero, possibilidade de acesso e progresso em condições de igualdade, erradicação de formas de violência, restrição da posse de armas exceto para as funções que as exijam, revogação do Código de Justiça Militar; h) ativação do sistema de inteligência estratégica militar, sob a condução de uma autoridade civil; i) fortalecimento dos laços com a sociedade civil, participação cidadã nos assuntos de defesa (*Café Cultura Nación* encontros em unidades militares para fomentar o diálogo, ciclo de palestras *Las mujeres y sus luchas en la Historia Argentina*, mesas de discussão sobre a Guerra das Malvinas) e maior difusão através da imprensa oficial das ações desenvolvidas; j) otimização dos mecanismos de transparência e controle público (MINISTERIO DE DEFENSA, 2009).

Desta forma, de acordo com Ugarte (2012), toda análise que se efetue da política de defesa argentina deve, necessariamente, levar em consideração a alteração de rumo operada a partir de dezembro de 2005, a qual foi promovida a partir do fortalecimento institucional e da reorganização do Ministério da Defesa. Ou seja, o eixo central desta nova condução diz respeito à capacidade do Ministério de formular políticas de defesa e controlar sua execução.

A ministra esteve envolvida nos espaços e nas decisões cotidianas das forças armadas, estabelecendo uma convivência estreita entre funcionários do ministério e membros das forças. Empenhou-se na recuperação da capacidade operativa da instituição e na formação e capacitação de competentes funcionários, civis e militares. Para tanto, foi necessária a reestruturação orgânica do setor, criou-se, por exemplo, a *Dirección Nacional de los Derechos Humanos y el Derecho Internacional Humanitario*, a qual integra a assessora Natalia Escoffier, que concedeu entrevista para esta dissertação. Em sua opinião:

> A ditadura civil argentina foi muito sangrenta, houve um terrorismo de Estado que impactou na convivência civil militar. Ficou uma cicatriz. Durante os 30 anos de democracia, foram conquistados avanços [...] possibilitou lograr forças armadas democráticas e uma menor resistência de ambos os lados (civil / militar). Existe uma boa acolhida, (os militares) trabalham em reuniões de forma mancomunada, sem grandes resistências. Eles se acostumaram com uma liderança civil (ESCOFFIER, 2015, informação verbal).

Entre os avanços apontados pode-se distinguir no âmbito penal que, em tempos de paz, os julgamentos dos delitos militares seriam realizados por juízes civis, assim como em situações de guerra ou conflito armado atribuir-se-ão normas apropriadas, com base no Código de Disciplina Militar. A entrada em vigor deste novo código possibilitou a cidadanização dos

militares no aspecto jurídico, aproximando civis e militares independente de sua profissão (FREDERIC, 2013). Pleitear pela condição cidadã dos militares, garantindo a eles o acesso aos direitos civis, convertendo-os em funcionários públicos em prol do Estado, coaduna com a ideia de profissionalização no âmbito das forças armadas.

A condução civil das forças armadas foi conquistada, também, através do maior controle sobre o orçamento militar, realizaram-se amplas mudanças na área de planejamento, assim como uma série de medidas para planificar a economia e a administração da defesa, na tentativa de minimizar o quadro caótico em que esta se encontrava (SAÍN, 2010).

No que tange o orçamento militar, verifica-se uma queda do percentual em relação ao PIB argentino, apesar do montante final apresentar no conjunto uma forte elevação, uma vez ultrapassada a crise econômica dos anos 2000 e a revalorização do PIB nacional, ainda assim, os reflexos para a economia militar foram significativos.

No período militar (1976-1983) a média percentual do PIB destinada à defesa era de 4,2%, o orçamento alto permitiu que os militares realizassem gastos extravagantes, o que não necessariamente resultou em uma força preparada para o combate externo, retratado pelo insucesso na Guerra das Malvinas (PION-BERLIN, 1997). Com a ascensão de Raúl Alfonsín denota-se a primeira queda abrupta dos investimentos, em média foram destinados à defesa 2,2% do PIB, este quadro repercutiu em uma menor capacidade operacional das três armas. Através dos dados contidos na tabela abaixo, observa-se os períodos subsequentes:

Tabela 4 – Argentina: PIB x Gasto Militar 1988 - 2014

	PIB (Bilhões U$)	**GASTO MILITAR % PIB**
1988	126	2,0
1989	76	1,8
1990	141	1,4
1991	189	1,4
1992	228	1,3
1993	236	1,3
1994	257	1,5
1995	258	1,5
1996	272	1,2
1997	292	1,1

1998	298	1,1
1999	283	1,2
2000	284	1,1
2001	268	1,2
2002	102	1,1
2003	129	1,1
2004	183	0,8
2005	222	0,8
2006	263	0,7
2007	329	0,7
2008	406	0,7
2009	378	0,8
2010	462	0,7
2011	559	0,7
2012	607	0,7
2013	622	0,8
2014	540	0,8

Fonte: SIPRI e Banco Mundial, 2015.
Nota: Elaborado pela autora.

De acordo com a tabela observamos que o governo Menem prosseguiu com os cortes militares, atingindo o patamar de 1,1% do PIB, medida que não esteve atrelada a uma estratégica política para o controle militar, mas ao intrincado quadro econômico. Ao final da administração Menem, a economia argentina enfrentava uma grave crise com a estagnação e queda do crescimento nacional, agravada nos anos subsequentes. Com isso, afetou-se tanto a compra de armamentos avançados, quanto a organização militar como um todo, a qual não havia sido preparada para enfrentar as novas condições econômicas. Muitos soldados deixaram de se alistar, procurando em outras ocupações melhores condições de vida (LIBERATORI, 2014).

Todavia, ao observamos o governo de Nestor Kirchner, denota-se que os índices macroeconômicos conquistaram novamente bons resultados, porém, mesmo assim, permaneceram sendo alocados diminutos investimentos aos militares, em média 0,9% do PIB.

O resultado desta política foi a queda no ranking militar sul-americano e a obsolescência de seu parque militar. Ao assumir o comando, Cristina Kirchner, segue a política adotada no governo anterior, destinando percentuais similares às forças (VILLA, 2008).

Logo, depreende-se que os cíclicos períodos de retração econômica enfrentados pela Argentina, foram responsáveis por frear a modernização militar, atrelado ao estabelecimento de melhores relações com os países vizinhos e a diminuição de hipóteses de conflito, houve a quase paralisia das forças armadas. Desta maneira, mais do que modernizar os equipamentos, o objetivo argentino perpassa a recuperação de seu estoque militar (VILLA, 2008).

A cooperação militar e o estabelecimento de relações pautadas na confiança mútua foram importantes estratégias para a manutenção das forças armadas. Apesar do foco central manter-se no combate às agressões de origem externa, observa-se um incremento de ações militares combinadas, tanto entre as três armas quanto com as demais nações, ambas com o propósito de aumentar a eficácia da instituição.

Igualmente, o contexto de crise econômica e social fez com que as forças armadas atuassem de forma mais polivalente, exercendo funções na administração e na segurança pública, de acordo com as disposições do Executivo. Foram delegadas funções de apoio, quando as capacidades das instituições policiais e de segurança interna se demonstraram insuficientes para conter as adversidades, tendo em vista que as forças armadas possuem maior acessibilidade às regiões remotas e melhor infraestrutura para um deslocamento ágil.

A atuação em desastres naturais e em calamidades sociais, contribui para que a organização militar recupere, em parte, seu reconhecimento social. Porém, o uso do aparelho militar para estes fins é evitado, uma vez que a clara distinção entre os domínios interno e externo, é a principal característica que aproxima a Argentina dos países com relações civis-militares consolidadas (UGARTE, 2003). De acordo com Saint-Pierre (2015), o distanciamento da função precípua frustra as aspirações dos oficiais e oculta as deficiências do Estado: "Forças armadas multifunções podem se tornar inúteis para qualquer função" (SAINT-PIERRE, 2015, p21).

Ainda assim, as Forças Armadas argentinas se dedicam em grande medida às missões subsidiárias, possivelmente, como expõe Tibilleti (2015), esta aproximação aos problemas sociais seja uma tentativa de democratização das forças. Contudo, ainda de acordo com a autora, o caminho para tal democratização percorre a manutenção da condução civil e política da área de defesa, com a formação e capacitação de seus recursos humanos e o fornecimento adequado de materiais. Da mesma forma que, são pertinentes mudanças na lógica militar de acordo com os valores democráticos que condicionam a sociedade.

Ao assumir o posto de ministra, Nilda Garré acrescenta no processo de democratização da instituição militar a alteração dos padrões relacionais de gênero, pleiteando novos paradigmas para as forças (BARRANCOS, 2015). Em sua administração verificaram-se importantes evoluções normativas, embasadas por princípios dos direitos humanos, do direito do trabalho e da equidade de gênero.

Quadro 7 – Normas relevantes para a equidade de gênero na Argentina

2006	Fim da exclusão de alunas grávidas, lactantes e mães do Colégio Militar da Nação e da Escola de Aviação.
	Eliminação da disposição que proibia os militares de reconhecerem filhos extraconjugais.
2007	Limitação das atividades realizadas por grávidas e lactantes - são excluídas aquelas que podem representar risco à vida.
	Restrição ao uso de armas aos oficiais denunciados por violência familiar.
2008	Extinção de sanções disciplinares para os casos de concubinato, filhos extraconjugais e gravidez estando solteira e de demais normais que facultavam à instituição militar opinar em assuntos privados.
	Eliminação das normas que prescreviam a impossibilidade de casar-se com pessoa de diferente hierarquia; e da necessidade de prévia autorização, através de um comunicado ao superior.
	Inclusão das mulheres nas *Juntas de Calificación del Personal Superior y Subalterno*.
	Criação das Oficinas de Gênero - denúncia de atos de violência.
	Formulação dos planos das Creches Infantis e de Paternidade Responsável.
	Criação de um grupo de análise destinado a incorporar a perspectiva de gênero nas operações internacionais de manutenção da paz.
2009	Fim da exclusão das mulheres grávidas de qualquer ciclo formativo.
	Permissão para as mulheres exercerem a função de adido militar.
2011	Ampliação da licença paternidade, corresponsabilidade dos cuidados.
	Reconhecimento da atuação das mulheres combatentes na Guerra das Malvinas.
	Admissão nas carreiras de comando, como a infantaria e a cavalaria.

Fonte: Elaborado pela autora.

Por meio de medidas como as supracitadas, expandiu-se às mulheres militares direitos que gozavam outros empregados da administração pública nacional, anularam-se assim as disposições que discriminavam mulheres em sua condição materna, foram promovidas medidas relativas ao direito trabalhista e de combate à violência de gênero (FREDERIC, 2013).

A partir deste mote será construída a sessão seguinte, a qual pretende observar como a atuação das mulheres e suas demandas foram ao longo do tempo sendo incorporadas pelas forças armadas, colocando em questão a visão militar argentina, derrogando o caráter masculino do guerreiro e desafiando os lugares tradicionais concedidos às mulheres na sociedade.

Afinal, a adoção de políticas de gênero no âmbito da defesa, por um lado recebeu um grande contributo de ter uma mulher como ministra da Defesa, o que por si só, já proporcionou maior legitimidade ao tema, porém a perspectiva de gênero construída socialmente, com ênfase às conquistas dos direitos das mulheres, foi fulcral para embasar as políticas públicas, as quais tiveram continuidade mesmo com a alternância de comando no ministério.

4.2 AS MULHERES E A POLÍTICA

A política foi uma peculiaridade na vida das mulheres argentinas. Ao longo do século XIX, a mobilização feminina ganhou destaque e ocorreu por diferentes frentes. Apesar de não possuírem o direito ao voto eram atuantes na política, participavam desde a designação de candidatos até a confirmação dos resultados. Na opinião pública possuíam espaço através da imprensa especializada como, por exemplo, o jornal de circulação nacional *La Aljaba*. Estavam presentes, ademais, em pequenas associações, porém em sua maioria geridas por homens, o mesmo se dava nas manifestações onde a figura masculina era preponderante, contudo, a participação feminina era demonstrativo da relevância das causas pleiteadas. Em 1900, foi criado o *Consejo Nacional de Mujeres*, do qual participavam organizações trabalhistas e beneficentes formadas por mulheres (SÁBATO, 2008).

A busca por cidadania impulsionou as mulheres a clamarem por seus direitos civis e pelo fim da inferioridade jurídica, fundamentalmente pleiteavam pelo sufrágio, desejavam poder votar e serem votadas. O movimento de mulheres, na Argentina, buscava combater a subordinação histórica a que estavam condenadas e rapidamente aliou-se a luta pelo sufrágio, os ideários atingiram também o Partido Socialista, que emerge em 1896, sendo o primeiro a incluir em sua plataforma o direito ao sufrágio para as mulheres (BARRANCOS, 2012).

O século XX adentra com uma militância ativa em prol da participação feminina. Em 1932, a Câmara dos Deputados sanciona o voto feminino, porém a Câmara dos Senadores não colocou a temática em pauta. Desta forma, a Argentina atinge os anos 1940 sem êxito na questão, conquistado apenas em 1947 por meio da Lei 13.010. Em paralelo ocorreram, ainda, mobilizações por melhores condições de trabalho e sociais (BARRANCOS, 2008).

A Argentina recebeu nesta época o apoio de uma importante figura nacional, Eva Perón. Ao ter contato com demais sociedades europeias, pressionou o governo nacional para que aprovasse com celeridade o sufrágio feminino e, para tanto, organizou passeatas nas quais carregava consigo um coletivo de mulheres que até então pouco se relacionavam com as demandas feministas, porém que igualmente desejavam obter o poder de voto. Evita demonstrava um posicionamento político não usual para as primeiras damas, e conseguiu com isso assegurar mais votos em favor do governo peronista, provenientes daqueles que estavam até então a margem da sociedade (VALOBRA, 2008). De acordo com Barrancos (2012, p.21, tradução nossa), "o peronismo deve, em grande medida, sua fortaleza eleitoral, exibida naquele

ano notável de 1951 – momento em que as mulheres votaram pela primeira vez – à adesão feminina".

Desta forma, a década de 1960 é característica de uma mobilização efetiva e de mudanças importantes no campo da política, educação e do trabalho, porém o movimento feminista se desenvolveu atrelado a organizações políticas, com caráter conjuntural e alcance limitado, dado possuírem estratégias de curto prazo (ALVES, PINTANGUY, 1991).

Desta maneira, em 1976 quando o país sofre o golpe militar, a participação feminina é duramente afetada, já que as agremiações em que participavam foram banidas, e poucas opções restaram para a atuação feminina. Algumas bravamente permaneceram na luta e aliaram-se aos movimentos de resistência, entre eles estão as *Madres de la Plaza de Mayo*, o qual ocupou espaço de destaque no cenário político, demarcando importante período da história argentina, sendo a atuação feminina fulcral para a retomada da democracia (FEIJOÓ, 2008).

Durante os anos 1980, as mulheres retomam as organizações e se amparam em um viés de gênero mais contundente, muitas militantes estavam voltando de seus exílios no exterior com novas perspectivas. Os movimentos discutiam o papel social das mulheres, atrelado a conquista dos direitos inalienáveis, melhores condições de vida, fim da discriminação e direito de exercerem controle de seus corpos. Convertem-se nas novas atrizes sociais e conquistam por meio da *Ley de Cupos*, na década de 1990, a garantia de representação política (FEIJOÓ, 2008).

A Argentina foi o primeiro país no mundo a sancionar a lei de cotas no âmbito legislativo, a lei 24.012 estabeleceu um mínimo de 30% de candidatas mulheres nas listas dos partidos políticos para os cargos eletivos nacionais. A medida foi um passo fundamental para a equidade de gênero e obteve nítidos resultados, as mulheres nas Câmaras passaram de 5% em 1983, para aproximadamente 40% em 2010. Esta presença assegura às mulheres maior reconhecimento social, político e cultural, ao mesmo tempo que proporciona uma maior diversificação dos temas na agenda parlamentária (MORELLI, 2012).

No entanto, as organizações feministas eram grupos pequenos com baixos níveis de organização e sem uma líder formal, os quais sofreram grande processo de desarticulação após a conquista das cotas eleitorais (ARCHENTI, 1987). Embora com alguns percalços, foi se conquistando ao longo dos anos uma importante acumulação teórica e prática, proveniente tanto dos núcleos acadêmicos de discussão da temática de gênero quanto das organizações de mulheres. Em consonância, estava um Estado mais atento e capaz de assimilar os conhecimentos. Este conjunto de fatores culminou na criação do *Consejo Nacional de la Mujer*, o qual propiciou uma agenda em prol da igualdade na administração pública nacional em diferentes ministérios (FRANGANILO, 2008).

A necessidade em se equiparar os direitos e as oportunidades entre homens e mulheres se viu fortalecida com a importante adesão da Convenção Sobre Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), a partir de então o Estado nacional engajou-se com maior veemência de forma a cumprir o compromisso pactuado. O Estado foi, neste ponto, um ator central para dar visibilidade às demandas das mulheres e gerar mecanismos para alcançar a equidade (BARRANCOS, 2012).

Para tanto, importantes medidas foram implementadas, entre elas legislações e políticas sociais, tais como a Lei 26.485 de proteção integral para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra as mulheres; Lei 26.618 do casamento civil igualitário; Lei 26.522 que promove o tratamento igualitário nos meios de comunicação; Lei 26.971 de incorporação do feminicídio no Código Penal; Lei 26.743 de identidade de gênero, entre outras medidas que impactaram não só a vida da população civil como também colaboraram para melhor integrar as mulheres às forças armadas.

Ao quadro de conquistas se soma a primeira eleição de uma mulher para a presidência, Cristina Kirchner, eleita em 2007 e reeleita em 2011. De grande relevância foi, também, a designação de mulheres para o Ministério da Defesa e para o Ministério da Segurança, ambos responsáveis pelo desenvolvimento das políticas mais ousadas em matéria de equidade de gênero. Contudo, é o âmbito Legislativo que ostenta a maior participação feminina, configura-se como um dos melhores índices entre os países do mundo:

Tabela 5 - Mulheres no Poder Legislativo: a Argentina e o Mundo

Posição	País	Câmara Baixa (%)	Câmara Alta (%)
1	Ruanda	56,3	38,5
4	Suécia	44,7	
5	Finlândia	42,5	
6	Holanda	40,7	36,0
8	Islândia	39,7	
11	Noruega	39,6	
13	Dinamarca	39,1	
14	Costa Rica	38,6	
17	Argentina	37,4	38,9
18	Espanha	36,0	33,5
40	Canadá	24,8	36,7
53	Reino Unido	22,3	21,9
57	Itália	21,6	18,6
116	Brasil	8,6	16,0

Fonte: Equipo Latinoamericano de Justicia y Género - ELA, 2012.

Dentre os países da América Latina, a Argentina possui a melhor taxa de representação feminina no Legislativo, todavia a presença numérica não assegura, necessariamente, a articulação dos interesses de um determinado grupo, nem todas as legisladoras defendem uma agenda feminista. Porém, viabiliza-se uma diversificação na agenda, com a discussão de temas que até então seriam improváveis. De acordo com levantamento realizado pela autora Rangel (2011), depreende-se que a legislação de gênero desenvolvida na Argentina, no período de 2002 a 2011, corresponde a 5,2% do total das matérias, 1.132, número elevado ao ser comparado com outras realidades sul-americanas[49].

O contexto democrático possibilitou a maior presença das mulheres nas estruturas de poder e conferiu a elas possibilidade de vocalizar suas demandas. Este processo de transformação social a partir da representação feminina, deve atingir outros espaços de decisão, principalmente, aqueles que as mulheres estiveram tradicionalmente afastadas. Assim sendo, a próxima sessão abordará o histórico que permeou a adoção de políticas, resoluções e marcos jurídicos para a inclusão do gênero no âmbito da defesa argentina.

4.3 ELAS NAS FORÇAS ARMADAS

A presença feminina nas Forças Armadas argentinas remonta ao período das invasões inglesas (1806-1807) e da guerra de independência (1810-1816). Estavam presentes de maneira secundária, contudo exerciam funções caras à manutenção das tropas. Desde a entrega de dinheiro e bens, confecção de uniformes e outras operações logísticas, até ações de espia e de disseminação de informações falsas para as tropas inimigas. Algumas delas, ainda, desejosas de combaterem nos conflitos se vestiam à semelhança dos homens e tentavam se mesclar nas tropas. Porém, de acordo com narrativas da época, o Gen. San Martín era contrário a tal atitude, e ao descobrir casos desta natureza fazia com que as mulheres regressassem aos seus lares, mesmo assim muitas delas foram responsáveis por atos valentes, anos mais tarde reconhecidos (NEWTON, 2008).

Manuela Pedraza, a "tucumanesa", é a primeira mulher que se tem notícia que lutou ao lado das tropas argentinas contra o invasor inglês, em 1806. Contam os relatos que ao ver seu marido morto pelo inimigo, rapidamente, tomou posse da arma e matou o soldado. Ao fim da guerra, lhe foi conferido o soldo referente à função de soldado de artilharia. Não atuavam apenas no campo de batalha Martina Céspedes, por exemplo, usou de sua astúcia para colaborar na

---

[49] Na Câmara brasileira as matérias a respeito de gênero atingem apenas 0,2% do total (RANGEL, 2011).

guerra. Proprietária de um bar, ao ver os soldados ingleses se aproximando elaborou uma armadilha, permitiu que apenas um por vez adentrasse o bar, assim que o faziam ela e suas filhas dominavam os homens, amarrando-os e ameaçando-os com as armas confiscadas, prenderam, desta forma, onze soldados ingleses. Durante a guerra da independência, em 1812, María Sanchez de Thompson organizou uma associação em benefício à compra de fuzis, neste mesmo período, Juana María e Juana Augustina González foram encontradas acompanhando as tropas em trajes masculinos, logo da descoberta foram presas[50] (NEWTON, 2008).

A presença feminina nos teatros de operações era um alentador do sofrimento masculino, assim como uma maneira de manter o soldado fiel às suas obrigações e evitar deserções mesmo frente ao perigo constante, a fome e a não atenção às necessidades mínimas. A atividade militar combatente convencionou-se ser uma tarefa masculina, as mulheres deveriam se ausentar dos fronts de batalha sob a pena de sofrerem severas punições ou serem presas. Neste cenário, o papel que lhes cabia era o de esposas e companheiras, de forma a complementar a atividade militar. Deveriam estar sempre dispostas a se deslocarem, conforme as exigências da carreira de seu marido, comprometidas com a criação dos filhos e com a ordem do lar (NEWTON, 2008).

Portanto, o papel limitado das mulheres associados às tarefas secundárias, vitalmente necessárias, demonstrou ser a alternativa preferida dos homens, que assim se sentiam mais seguros e mantinham sua reputação honrada, ao manterem suas mulheres em ambiente doméstico. “[...] a negação histórica de dar as armas às mulheres não seria porque se recusem a dar o poder de matar em mãos daquelas que dão a vida, mas sim porque as mulheres que matam são mais implacáveis e menos sujeitas às regras de cavalheirismo [...]” (MEAD, apud NEWTON, p.37, 2008).

Não obstante, a presença feminina no âmbito castrense não se manteve constante e durante grande parte do século XX pouco se viu de sua atuação. Principiou-se uma alteração deste cenário a partir da década de 1960, quando foi criada a *Escuela de Enfermeras del Ejército*, as quais seriam posteriormente integradas como oficiais e suboficiais ao corpo de saúde, tendo sua primeira atuação durante a Guerra das Malvinas. Em 1965, outra importante alteração foi conquistada mediante a incorporação de mulheres como docentes no *Colegio Militar de la Nación*, ambiente até então estritamente masculino (NEWTON, 2008).

---

[50] Para mais relatos históricos sobre a presença das mulheres em combate consultar “Las Mujeres y sus Luchas en la Historia Argentina”, publicado pelo Ministério da Defesa argentino, em 2008, como resultado de um ciclo de conferências com esta temática.

A marinha nacional foi pioneira na habilitação da carreira de armas para as mulheres ao criar, em 1976, o *Liceo Naval Militar* e a *Escuela de Enfermería* e, em 1978, a *Escuela Nacional de Naútica Gral Manuel Belgrano*, unidades que incorporavam as mulheres em algumas especialidades, porém elas eram consideradas corpo de reserva o que não garantia os mesmos direitos conferidos dos homens. A posteriori, foram incorporadas mulheres no escalão subalterno de comunicações, informática, música, arsenais e, em 1981, ingressaram ao corpo profissional de engenharia e saúde, postos que demandavam alta capacidade técnica (GRANIZO, 2008).

Durante a Guerra das Malvinas, em 1982, ocorreu a primeira exposição oficial das mulheres à zona de combate, embarcadas arriscaram suas vidas exercendo, fundamentalmente, a função de enfermeiras. Em 2002, ingressaram mulheres na *Escuela Naval Militar* como integrantes do corpo comando e profissional na divisão de intendência, no ano seguinte, em vistas da necessidade de readequação da normativa vigente, se estabelece uma nova regulamentação na qual são incluídas questões como o aleitamento materno, licenças maternidade por adoção e por filhos com síndrome de Down, entre outras ações para assegurar um ambiente mais propício à execução de suas tarefas (GRANIZO, 2008).

No exército foi constituída a *Escuela de Cuerpo Auxiliar Femenino*, na qual adentram tenentes em formação médicas, bioquímicas, farmacêuticas e analistas de sistema, sendo promovidas no ano de 1982. Outras escolas como *a Escuela de Suboficiales de los Servicios de Apoyo de Combate*, a *Escuela del Cuerpo Profesional Femenino para Oficiales y Suboficiales* e a *Escula Militar de Oficiales de los Servicios para Apoyo de Combate* são contemporâneas na aceitação de mulheres como alunas dos cursos de formação. A Guerra das Malvinas também marcou a primeira promoção das oficiais no exército, sessenta e quatro tenentes, médicas, dentistas, bioquímicas, farmacêuticas e analistas de sistema foram enviadas para a guerra (NEWTON, 2008).

Na década de 1990, são incorporadas advogadas, veterinárias, entre outras especialidades universitárias. Uma importante mudança ocorreu, em 1997, quando se permitiu a entrada das mulheres no *Colegio Militar de la Nación*, apesar de ainda não poderem participar de carreiras de comando, como a infantaria e a cavalaria. Em 2000, ingressam as primeiras oficiais das armas de artilharia, nas especialidades de intendência e arsenais (GRANIZO, 2008).

No ano de 1977 a força aérea também permite o acesso de mulheres na especialidade de Polícia Aeronáutica Militar, contudo as mesmas não possuíam status militar, pertenciam a categoria civil. Após dois anos, incorporam ao quadro permanente o primeiro contingente feminino de suboficiais, em simultâneo adentram na força enfermeiras e técnicas de operações.

Com o passar dos anos foram sendo ampliadas as especialidades, até o ano 2000 quando, pela primeira vez, um grupo de quarenta e cinco aspirantes mulheres pleitearam o ingresso na *Escuela de Aviación*, carreira que permitiria depois de quatro anos de estudos atingirem o cargo de pilotas de combate. Após rigorosa seleção, no ano de 2005, três mulheres se converteram nas primeiras cadetes da força Aérea, sendo que uma delas logrou o posto de piloto militar (NEWTON, 2008).

Quadro 8 – Ano do ingresso das mulheres nas Forças Armadas argentinas

	Exército		**Marinha**		**Força Aérea**	
	Oficiais	Suboficiais	Oficiais	Suboficiais	Oficiais	Suboficiais
Corpo Comando	1997	1996	2002	1980	2001	1980
Corpo Profissional	1982	1981	1981	1980	1982	1983

Fonte: Informe sobre la integración de la mujer en las Fuerzas Armadas, 2010.

Depreende-se então que o processo de inserção das mulheres nos corpos profissionais das Forças argentinas, ocorreu em meio ao conflito das Malvinas, o que gerou um caráter de urgência à ação e, por essa razão, as mulheres se depararam com uma instituição ainda despreparada estruturalmente para sua recepção. Os abrigos para as tropas não detinham infraestrutura necessária para o compartilhamento com mulheres, a exemplo dos banheiros, da mesma forma que faltavam diretrizes para reger as mais diversas situações, entre elas: os uniformes, a maternidade, o combate (GRANIZO, 2008).

Por outro lado, no que diz respeito a incorporação feminina nos demais quadros, ela tornou-se mais próxima de efetivar-se com o fim do Serviço Militar Obrigatório, em 1994. Esta teria sido uma das mudanças mais contundentes no âmbito castrense, uma vez que além da alternância de um sistema de conscrição obrigatória para o recrutamento voluntário, foi aceito o ingresso de mulheres. Com isso o serviço militar deixou de representar um rito de passagem masculino, pelo qual todos os homens da nação deveriam se submeter, e passou a representar uma oportunidade para os jovens de ambos os sexos. Eram recorrentes os casos em que a precariedade social motivava as apresentações para o alistamento, "Muitas eram meninas sem estudos e em estado de pobreza extrema, que buscavam escapar do trabalho como empregadas domésticas" (BADARÓ, 2015, p91).

Concomitantemente a entrada feminina, as Forças Armadas argentinas, na década de 1990, demonstravam um esgotamento dos padrões tradicionais de conduta. Deste modo, viu-se neste período o aprofundamento das mudanças no processo descrito como a profissionalização da atividade militar. A partir de então, os critérios de autoridade e disciplina foram revisados,

as relações entre os diferentes níveis hierárquicos se tornaram menos distantes, o comando autoritário foi substituído por métodos pautados no raciocínio, na lógica e na persuasão, além disso, o conhecimento técnico, a trajetória profissional e o exemplo pessoal tornaram-se importantes qualidades para a conquista de legitimidade (BADARÓ, 2015).

O ingresso das mulheres alterou as dinâmicas internas ao meio militar, acostumados com a presença exclusiva de militares homens, houve dificuldades de adaptação, principalmente, no que tange a forma de tratamento. Afinal, foram concedidas autorizações para as mulheres ocuparem postos nas forças armadas, mas sem que houvesse um planejamento e políticas adequadas para recepciona-las. Diante de tal situação, o comportamento ficou a critério das opiniões individuais, tal desorientação viria a ser solucionada apenas, em 2005, com a ascensão da ministra de Defesa Nilda Garré.

Foi durante o primeiro governo da presidenta Cristina Kirchner (2003-2008), que as questões de gênero se tornaram centrais e prioritárias na agenda de defesa. A presidenta em conjunto com a ministra da Defesa Nilda Garré, foram responsáveis pela idealização de importantes projetos. Promoveu-se, por meio da condução política do Ministério, uma mudança de paradigma das forças armadas, por meio do ideal nacional *"La Patria es el Otro"*, o qual sustenta que o outro constitui um insumo imprescindível para a construção do todo e, por essa razão, deve ser interpretado como um elemento inclusivo e igualitário, ou seja, um aspecto de completude e não de exclusão (MINISTERIO DE LA DEFENSA, 2014). Desta maneira, conquistou-se uma transversalização da agenda de gênero e um grande impulso para a execução de leis e ampliação de direitos.

No âmbito da defesa o ideário pretende realizar o "desenvolvimento de condições de acesso igualitário e de equidade para que os homens e mulheres de armas possam desde seu lugar contribuir para construção de uma nova Nação, uma Pátria muito mais inclusiva, igualitária, livre e democrática" (MINISTERIO DE DEFENSA, 2014, p.14, *tradução nossa*). Busca-se, portanto, que as forças armadas sejam um ambiente para a realização profissional e pessoal de mulheres e homens, no qual haja ampla possibilidade de acesso às funções e crescimento na carreira.

Neste sentido, cientes de que o fim das desigualdades de gênero ainda deva ser considerado uma meta a ser conquistada, apresentam-se a seguir ações que colaboraram nesta trajetória. Em 2006, um decreto presidencial findou com a cláusula que restringia pessoas com filhos acessarem o Serviço Militar Voluntário, igualmente a Resolução Ministerial n°849/06 eliminou as proibições de ingresso e permanência no Colégio Militar e na Escola de Aviação de alunas grávidas, em amamentação e com filhos. Ademais, excluíram-se às mulheres grávidas

ou lactantes da tarefa de sentinela (Res. MD n°113/07), assim como das atividades de combate, tiro e qualquer outra que pudesse colocar em risco sua condição; eliminou-se a proibição de casamento entre militares de diferentes escalões, de distintas forças e de militares com membros das forças de segurança (Res. MD n°1352/07 e 601/08), adequando a normativa do casamento igualitário civil; eliminaram-se as distinções entre filhos adotivos ou biológicos, frutos do matrimônio ou não. Reformou-se o sistema judicial militar incluindo o assédio sexual, criaram-se projetos de saúde sexual e reprodutiva (Res. MD n°28/10) e elaborou-se um guia a fim de detectar, atender e registrar os casos de violência familiar (MULEIRO, ESCOFFIER, 2015; MINISTERIO DE DEFENSA, 2010).

Uma transformação significativa se deu a partir da resolução n°781 de 2008, a respeito dos uniformes, perante a qual as forças armadas tiveram que compor uma comissão para sugerirem propostas de alteração nos uniformes levando em conta a execução das atividades por mulheres. Readequações nas estruturas físicas também têm sido arquitetadas, como por exemplo, a adequação de espaços para a amamentação, projeto que está em consonância com a Lei Nacional n°26.873 de *Promoción de la Lactancia Materna* e com uma lei da cidade de Buenos Aires, n°2958, de *Implementación de Lactarios em Instituciones del Sector Público*, incorporando uma perspectiva de gênero no ambiente de trabalho (BONIFAZZI, 2015).

No que tange as formas encontradas para institucionalizar e operacionalizar a discussão de gênero, no ano de 2007, formalizou-se a criação do *Observatorio sobre la Integración de la Mujer en las Fuerzas Armadas e o Consejo de Políticas de Género para la Defensa*. Já em 2008, foi criado por meio da Resolução n°1545 a *Dirección de Políticas de Género*, na esfera da *Dirección Nacional de los Derechos Humanos y el Derecho Internacional Humanitario*.

O *Consejo de Políticas de Género*, doravante denominado Conselho, foi composto por representantes das três forças, funcionários do Ministério da Defesa e acadêmicos. De acordo com Laura Masson (2010), o Conselho é um grande exemplo de uma política pública na qual se articulam diferentes setores institucionais e da sociedade civil, que aportam saberes técnicos, acadêmicos e empíricos em um diálogo pautado na confiança e no respeito. Tendo em vista as experiências das mulheres militares e as distintas opiniões apontadas pelos membros, pretende-se construir uma agenda de políticas que aprimorem a condição feminina nas forças.

Em entrevista Escoffier (2015), ao ser questionada a respeito do papel das pressões sociais, dos movimentos de trabalhadoras e coletivos feministas na adoção de políticas de empoderamento profissional e de igualdade de condições, acentua o papel do Conselho, como importante órgão aglutinador destas demandas, acrescenta, ainda, o Conselho Nacional das Mulheres como um outro espaço para debates integrado pelo Ministério da Defesa argentino:

> Em 2007 foi criado o Conselho de Políticas de Gênero, o qual a partir de então se reúne mensalmente. Ele é integrado por mulheres militares das três forças, sem hierarquias (não são apenas as mulheres que participam, homens também são convocados, mas a maioria é representada por mulheres), juntamente com acadêmicas de universidades nacionais e representantes de outros ministérios, por exemplo, o de Desenvolvimento Social e do Trabalho. Este é a principal ferramenta. Ademais, no Conselho Nacional das Mulheres também integram representantes do Ministério da Defesa, deste conselho captamos as demandas, emergem outras questões e incorporam-se novos direitos. Da mesma forma que, as mulheres militares participam do Encontro Nacional de Mulheres. São encontros muito heterogêneos, onde estão todos os tipos de mulheres e discute-se sobre a carreira militar (ESCOFFIER, 2015, informação verbal).

De acordo com o exposto o Conselho propôs, por exemplo, o estabelecimento de Oficinas de Gênero em cada força, constituídas como espaços para a canalização de denúncias e consultas vinculadas com a temática de gênero. Atualmente, funcionam vinte e uma oficinas estabelecidas nas três forças militares e no comando operacional do Estado Maior Conjunto. No ano de 2014, de acordo com os dados apresentados pelo informativo do Ministério da Defesa, foram recepcionados 449 requerimentos, sendo 285 consultas e 164 casos, que se distribuem entre as seguintes temáticas:

Tabela 6 – Contabilização das denúncias relativas ao gênero

	Abuso de autoridade	**Situação de trabalho**	**Discriminação**	**Gênero**	**Violência Intrafamiliar**	**Assédio Sexual**
Consultas	60	93	2	96	31	3
Casos	80	22	8	13	19	22

Fonte: MINISTERIO DE DEFENSA, 2015, p113.

Mediante a recepção destas denúncias o propósito da Oficina seria fornecer apoio e tratamento às mulheres e, se necessário, intervir em favor das vítimas, aliado a um compromisso de evidenciar o problema nas três forças e evitar o aumento de casos. Para tanto, foram empregados os conceitos provenientes dos direitos humanos e trabalhistas, assim como rediscutidas as questões abordadas pelo feminismo, como a valorização patriarcal, por meio da qual os perpetradores dos atos de violência se veem, muitas vezes, em situações de privilégio (MINISTERIO DE DEFENSA, 2014; MINISTERIO DE DEFENSA, 2015).

Como parte da política de combate à violência de gênero o Conselho incorporou no material de todo o pessoal das forças, frases que abordam a violência e a discriminação com

base no gênero[51], estimulando a denúncia e a busca por uma unidade de atenção às vítimas. Propôs, ainda, que todos aqueles funcionários que desenvolvam tarefas relacionadas com a temática de gênero realizem um curso de aprimoramento em Gênero e Gestão Institucional, para que assim disponham de ferramentas conceituais e metodológicas a fim de melhor conduzir os casos. Medidas impensáveis até pouco tempo atrás, porém que são hoje parte do cotidiano de trabalho da instituição militar.

Durante estes anos foram realizados seminários, congressos e reuniões para promoção das novas leis, tanto em contexto nacional quanto regional, com intuito de visibilizar situações de discriminação e violência de gênero nas forças armadas e fornecer ferramentas para aprimorar a perspectiva de gênero. Ademais, houve a distribuição de cartilhas e folhetos que pretendem descontruir estereótipos e informar.

Neste sentido, a sociedade argentina articula anualmente os *Encuentros Nacionais de las Mujeres*, evento de grande repercussão política e cultural, que foi declarado de interesse para o âmbito da defesa. Perante tal fato, foi instituído pela Resolução n°89/2014 que as forças armadas garantam a participação de dez mulheres militares, formando uma comissão permanente para frequentar anualmente tal encontro, no qual foi criada a *Comisión de Mujeres, Fuerzas Armadas y de Seguridad* que trata temas como aborto, educação sexual, anticoncepção, acesso à educação, desenvolvimento laboral e acesso a altos cargos (MINISTERIO DE DEFENSA, 2014).

A participação de mulheres militares nos encontros nacionais teve como intuito demonstrar as ações para equidade de gênero na defesa, assim como estabelecer vínculos com outras organizações sociais que tratem a temática. Por outro lado, a presença das mesmas resultou em questionamentos a respeito de quanto, de fato, avançaram as mudanças nos direitos para conquista da equidade, em uma instituição considerada pela grande maioria das participantes como opressora.

Acentua-se também a série de publicações *Equidad de Género y Defensa: Una Política en marcha*, publicada desde 2007, atualmente com nove edições, fundamental para difundir as atividades realizadas pelo Ministério da Defesa, em específico no que diz respeito à situação das mulheres nas forças armadas. Igualmente, datas simbólicas para a luta das mulheres foram incorporadas ao calendário castrense como o ato pelo dia internacional da mulher trabalhadora e o dia internacional de não violência contra as mulheres.

---

[51] Como por exemplo: “Toda persona tiene derecho a una vida libre de violencia… si conoces algún caso podes contactarse al xxxx”; “No seas víctima ni cómplice de violencia de género en el ámbito laboral… Podés comunicarlo al xxxx” (MINISTERIO DE DEFENSA, 2014, p33-34).

Foi instituído pela Resolução n°199/2008 o *Plan Nacional de Jardines Maternales y Paternidad Responsable* com o objetivo de possibilitar a conciliação da jornada de trabalho e da vida familiar e, com isso dar condições iguais para o desenvolvimento profissional de mulheres e homens das forças. Para tanto, constroem-se creches destinadas aos filhos e filhas do pessoal civil e militar, em uma tentativa também de estreitar a socialização destes dois setores. A operacionalização das instituições foi realizada com a concessão dos recursos por parte do ministério, em parceria com os governos locais responsáveis por designaram os docentes (MINISTERIO DE DEFENSA, 2014).

Por outro lado, medidas foram adotadas também no intuito de transcender os limites nacionais. Para isso, foram elaborados indicadores de gênero para as pesquisas entre militares, em tais avaliações periódicas a distinção de sexo foi critério incluído, a fim de mensurar resultados e adequar as práticas empregadas. Por meio deste monitoramento a *Dirección de Políticas de Género* colaborou com o Centro de Estudos Estratégicos para a Defesa da UNASUL na elaboração de uma Matriz de Gênero do Setor da defesa latino-americana, uniformizando conceitos e criando ferramentas metodológicas de análise e informação (MINISTERIO DE DEFENSA, 2014).

Finalmente, salienta-se a adoção da Resolução n° 1143, vigente a partir de 2011, a qual elimina todas as restrições de acesso do contingente feminino aos distintos cargos e patamares militares, nela incluída as armas de combate. Este acontecimento foi singular, pois derrubou a última barreira legal que impedia a mulher de desenvolver-se profissionalmente no âmbito castrense, possibilitando que no futuro ela esteja apta a alcançar postos de comando e intervir nos processos de tomada de decisão em condições de igualdade. De acordo com a entrevistada Escoffier (2015, informação verbal):

> No que diz respeito a abertura das armas de combate para as mulheres, esta foi uma decisão pessoal da Presidenta, a qual visou garantir acesso formal irrestrito às escolas e armas. Em consonância está o pensamento do Ministério da Defesa, deve-se pleitear primeiramente a igualdade de direitos e oportunidades, para depois discutirmos. Como pressuposto mínimo não deve haver impedimentos para nenhuma arma.

Observamos nesta fala a opção por uma conduta diferenciada por parte dos tomadores de decisão argentinos, como apresentado no segundo capítulo desta dissertação, em geral, são realizados estudos e empreendidas diversas análises prévias à incorporação feminina, a fim de atestar sua eficiência e possível contribuição à instituição. A Argentina, por outro lado, utilizou de uma perspectiva comparativa com processos semelhantes, particularmente Inglaterra, França e Estados Unidos, porém saiu na dianteira e abriu todas as especialidades às mulheres.

Ademais, a Resolução 1325 do CSNU conferiu incentivo ao aumento da participação feminina. Entre os objetivos elencados pela Resolução estão o de aprimorar a representação feminina, quantitativamente e qualitativamente, tanto nas operações da ONU, quanto nos processos de tomada de decisão nacionais, regionais e internacionais, ademais, solicita aos Estados que adotem medidas para proteger mulheres e crianças da violência de gênero, violações e outros abusos sexuais.

A Resolução reforçou a necessidade do país aprimorar as ações que tivessem como enfoque principal as mulheres, o que estaria em consonância com as obrigações impostas pela Lei 26.485, a qual em seu artigo 11 prescreve as ações que cabem ao Ministério da Defesa[52]. No entanto, a modernização do sistema de defesa foi realizada de forma gradual e ocorreu, principalmente, a partir de 2006. Sendo que, apenas em 2015 o *Plan de Acción para la Implementación de la Perspectiva de Género en el Marco de las Operaciones de Paz* foi levado à aprovação da presidência.

Neste plano foram definidos objetivos, indicadores e formas de capacitação dos oficias, principalmente no que concerne a prevenção da violência sexual, dedicou-se atenção especial às mulheres vítimas de situações de conflito ou pós-conflito, reconhecendo que os impactos destes cenários são distintos para mulheres e homens. Para execução do projeto organizou-se um grupo de trabalho com intuito de propor as ações para implementar a perspectiva de gênero nas operações para manutenção da paz. O mesmo recebeu o auxílio do *Centro Argentino de Entrenamiento Conjunto para Operaciones de Paz* (CAECOPAZ), no qual são ministrados cursos de capacitação e formação profissional aos membros das forças, importante instituição que acompanhou as mudanças das missões de paz.

Destarte, em sua história as Forças Armadas argentinas participaram de trinta e uma missões de paz, nos continentes africano, europeu e americano, tal fato demonstra que esta tornou-se uma função rotineira das forças, contudo, permanece sendo uma atividade subsidiária. A partir dos primeiros anos da década de 2000, a Argentina esteve envolvida em operações no Haiti e Chipre para as quais foram destacadas cerca de 6% de mulheres do total do pessoal militar, uma para cada dezessete homens (MINISTERIO DE DEFENSA, 2014).

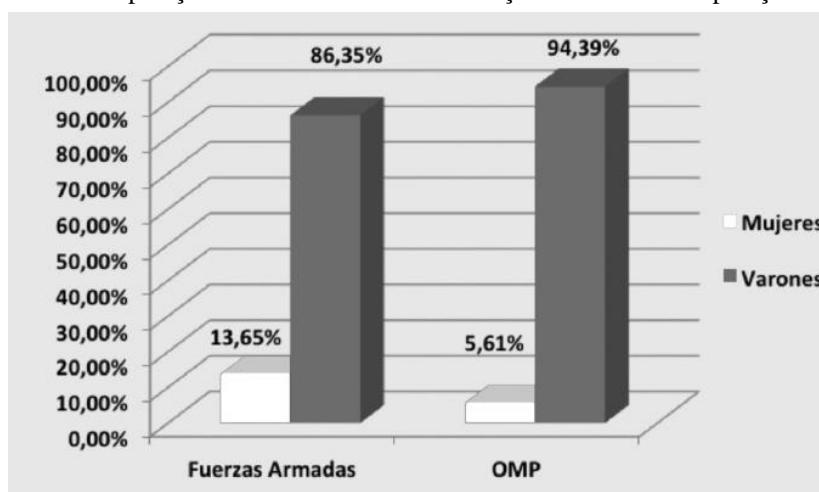
---

[52] Lei 26.485, artigo 11, inciso 7: “a) Adecuar las normativas, códigos y prácticas internas de las Fuerzas Armadas a la Convención para la Eliminación de todas las Formas de Discriminación contra la Mujer y la Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra las Mujeres; b) Impulsar programas y/o medidas de acción positiva tendientes a erradicar patrones de discriminación en perjuicio de las mujeres en las Fuerzas Armadas para el ingreso, promoción y permanencia en las mismas; c) Sensibilizar a los distintos niveles jerárquicos en la temática de la violencia contra las mujeres en el marco del respecto de los derechos humanos; d) Incluir en los programas de formación asignaturas y/o contenidos específicos, sobre los derechos humanos de las mujeres y la violencia con perspectiva de género.”

Dentre as integrantes mulheres da Força-Tarefa Argentina 33 no Chipre, 56% delas realizaram atividades operativas: atiradoras, operadoras de rádio, motoristas; já as demais 44% cumpriram funções na área de saúde como enfermeiras e oficiais médicas. Salienta-se que 50% delas atuaram em posições de comando. No que diz respeito ao Batalhão Conjunto Argentino 11, enviado ao Haiti para compor a MINUSTAH, 58% foram designadas ao Hospital Relocalizável, 13% cumpriram funções na área de saúde e 29% estiveram envolvidas com as operações, dentre elas três eram integrantes do Corpo Comando (MINISTERIO DE DEFENSA, 2010).

Os dados demonstram que apesar de distante o objetivo de conquistar o balanço entre os gêneros nas missões de paz, as mulheres deixaram de ser marginalizadas dos contingentes militares e estão sendo inseridas em algumas funções de liderança, porém de forma limitada, o que demanda a continuidade da aplicação de ações afirmativas.

No que tange a participação feminina nas forças armadas nacionais, no gráfico abaixo as mulheres representam 14%, ou seja, uma mulher militar para cada sete homens.

Gráfico 5 – Comparação mulheres e homens nas forças armadas e nas operações de paz

Fonte: MINISTERIO DE DEFENSA, 2014, p65.

Ainda que não sejam porcentagens paritárias, as porcentagens demonstram evolução no que diz respeito à participação e incorporação das mulheres. De forma geral, Escoffier (2015) acredita que o destaque que a agenda de gênero conquistou, nos últimos anos, foi, de fato, um reflexo da conjuntura histórica:

> Em 2003 com a ascensão do governo Kirchner e logo em sequência ter uma Presidenta permitiu empreender medidas que transversalizaram a perspectiva de gênero, mas esta não foi condição suficiente, afinal, o fato de ser mulher não necessariamente sugere que terá um olhar de gênero sobre as questões. Adere-se a este contexto as ações de

> uma ministra (Nilda Garré) que possibilitaram colocar em agenda um tema até então relegado. O ambiente supranacional, também impactou nas diretrizes internas, fundamentalmente a Resolução 1325 da ONU e a definição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio[53], exerceram papel preponderante. Transcorreram-se ainda debates na UNASUL e reuniões de ministras no âmbito do MERCOSUL. Sendo assim, a Presidenta e a Ministra foram responsáveis por um primeiro passo, mas que os demais darão continuidade, como já se vê na condução do ministro atual - um ministro feminista (ESCOFFIER, 2015, informação verbal).

Atualmente, a Argentina é uma referência regional na consolidação de políticas de gênero, as quais como frisou a entrevistada, não ficaram restritas apenas em um governo ou administração. O atual ministro da Defesa, Augustín Rossi, em discurso proferido durante o *Seminario Sudamericano: Las mujeres en el ámbito de la Defensa de la UNASUR*, em 2013, afirmou que a participação feminina será cada vez mais importante nas forças armadas, dado ser esta a responsável por tornar a corporação mais democrática.

Portanto, na consecução desta revolução silenciosa de acordo com a entrevistada, verificam-se questões que sobressaem ao espectro da defesa:

> Os desafios que ainda nos restam estão presentes na sociedade como um todo, como por exemplo, a conciliação da vida familiar e a jornada de trabalho, a dupla ou tripla carga de trabalho para as mulheres, a responsabilidade sobre os filhos. Tal dinâmica familiar reflete na baixa participação das mulheres nas operações de paz. Esta é uma questão cultural, que excede o marco da defesa [...]. Há uma necessidade preeminente por empoderá-las (ESCOFFIER, 2015, informação verbal).

Esta afirmação remonta ao abordado no primeiro capítulo desta dissertação, no qual foi exposto em concordância com Janowitz (1967), a importância que a vida familiar constituía na formação do soldado profissional. O próprio autor já ressaltava, à época, que a persistência no pensamento de que a mulher deveria ser uma auxiliar da carreira de seu marido, deparava-se com lacunas entre a ideologia e a realidade. Esta tendência se aprofundou com o aumento dos casamentos entre mulheres e homens militares, tornando necessário leis e novas práticas que harmonizassem trabalho e vida familiar.

Nas últimas décadas, a administração do tempo no universo feminino tornou-se algo de difícil manejo. As obrigações femininas foram multiplicadas, elas estão presentes na esfera comunitária, pública e política e permanecem executando as atribuições domésticas. O modelo desenvolvido pela sociedade patriarcal não se adequou à incorporação das mulheres ao mercado

---

[53] Em setembro de 2000 os líderes mundiais se reuniram na sede das Nações Unidas para adotar a Declaração do Milênio da ONU. Com a declaração se comprometeram a redução da pobreza extrema, a partir de uma série de oito objetivos (com o prazo para alcance até 2015). O terceiro objetivo diz respeito a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.

de trabalho, a qual necessitava de uma redistribuição proporcional das atividades domésticas (BARRANCOS, 2012).

Desta forma, a revolução doméstica ainda não conquistada em sua completude, afeta o desenvolvimento das carreiras das mulheres. O reordenamento da organização familiar, a partir da imagem de uma mulher profissional e o fim das tensões entre vida familiar e trabalho, são conquistas pendentes que atuam para o adequado enquadramento feminino nas forças armadas.

Destarte, a institucionalidade do mercado de trabalho permanece discriminando às mulheres de diversas maneiras, em especial nas forças armadas verifica-se uma tendência entre os homens de rechaçarem a incorporação feminina. Por essa razão, como último ponto destacado pela entrevistada ações como a passeata #ningunamenos, na qual participaram todos os membros do Ministério da Defesa clamando para que sejam denunciados os atos de violência sofridos pelas mulheres, atrelada a maior capacitação para conscientização da impropriedade de condutas sexistas, são fundamentais para a eliminação dos estereótipos e o estabelecimento de relações mais paritárias (ESCOFFIER, 2015, informação verbal).

4.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

Diante do exposto depreende-se que o processo de transição argentino foi bastante distinto. Devido aos resultados negativos da Guerra das Malvinas, os militares deixaram o poder sem credibilidade e foram incapazes de influenciar os rumos políticos. Ademais, sofreram com uma considerável redução dos gastos militares o que afetou o seu poderio.

A feminização das forças inicia em 1980, como reflexo do conflito nas Malvinas, foi impulsionada, ainda, pelo fim do serviço militar obrigatório, e a consequente introdução do voluntariado. No âmbito civil, houve uma intensa movimentação para a conquista de direitos para as mulheres, como por exemplo a Lei de Cotas, que alterou significativamente a composição do Legislativo Federal.

Porém, o ponto de inflexão na política de defesa se deu no ano de 2005, com a nomeação de Nilda Garré para condução do Ministério da Defesa. Sua gestão foi responsável por realizar diversas reformas na Justiça, educação e com enfoque principal para a discussão de gênero. A ministra foi a responsável por vocalizar e intermediar as demandas sociais e empreender a reforma militar.

A partir de 2011, as mulheres conquistaram o direito formal de pertencerem a todos os quadros permanentes das forças armadas, tanto seu ingresso quanto seus planos de carreira possuem as mesmas atribuições dos masculinos, assim como diversas diretrizes foram

aprovadas com intuito de melhorarem suas condições de trabalho. Em síntese, pode-se afirmar que esta foi a principal mudança desde o retorno à democracia, mesmo que ainda em curso.

CONCLUSÃO

O objetivo desta dissertação foi o de compreender o processo de incorporação das mulheres nas Forças Armadas de Brasil e Argentina, examinando-o temporal e historicamente, à luz do caso paradigmático norte-americano. Ao longo do desenvolvimento deste estudo, confirmou-se a tendência apontada inicialmente, qual seja, os processos de feminização das organizações militares devem ser compreendidos a partir de uma análise ampla, composta por distintos aspectos.

Para constatação deste fato, tomou-se como ponto de partida o reconhecimento de um *ethos* militar, através do qual descortinou-se um tipo de vida implícito com uma gama de símbolos, rituais, valores, condutas, que orientam as ações individuais e colaboram na manutenção de uma cultura militar, coesa e homogeneizada.

Adere-se a este perfil a característica monossexual em que se pautou o desenvolvimento desta instituição. A carreira militar foi dominada por uma tradição masculina, que excluiu as mulheres de uma efetiva participação. As mulheres eram cotidianamente afetadas pelas dinâmicas da vida militar, ao passo que desempenhavam o papel de esposas e deviam cumprir as demandas que a profissão do marido exigisse do núcleo familiar, mas, em geral, ficavam restritas a esta função.

Não obstante, esta situação começou a ser alterada no contexto das Guerras Mundiais, quando as mulheres, essencialmente nos países envolvidos nos conflitos, conquistaram, pela primeira vez, um nicho permanente no meio castrense. Nesta época, foram constituídos os corpos profissionais, com funções limitadas e prontos para agir, sanando as preocupações de efetivo caso uma outra grande guerra viesse a se irromper.

As mulheres, com o passar dos anos, foram reconhecidas como uma solução parcial. No contexto norte-americano, frente ao decréscimo do alistamento elas tornaram-se uma importante fonte de mão-de-obra. Com o fim da Guerra Fria, as forças armadas passaram a atuar em um maior número de operações não tradicionalmente militares, o soldado tornou-se também um importante diplomata. Contribuíram para isso, entre outros, as alterações das percepções de ameaça e o incremento da participação em missões de paz. Esta alteração está associada com uma abertura de funções que foram consideradas condizentes com o espectro feminino.

Todavia, foram poucos os países que as concederam participação em todos os postos. Os efeitos da introdução deste elemento, até então, novo à instituição, requeria que o ideário

constituído fosse alterado, as mulheres deveriam ser compreendidas como colegas de profissão, no mesmo patamar que os demais integrantes da corporação.

Este cenário nem sempre se reproduziu, a discriminação, consciente e inconsciente, por parte de seus companheiros de equipe tornou-se recorrente. Difundiu-se um entendimento de que as mulheres deveriam se guiar pelos parâmetros masculinos, adaptando-se ao comportamento deles. Desta forma, algumas mulheres viam como única alternativa para minimizar o quadro discriminatório se reconstruírem, compondo a sua imagem de forma masculinizada, além de todas as demais alterações físicas e comportamentais que a elas eram exigidas.

Em geral, os maiores problemas enfrentados pelas mulheres se referem às relações assimétricas de poder. As barreiras impostas para a evolução de suas carreiras, desde formas implícitas quando são excluídas das principais redes de influência, como abertamente por meio de ordenamentos que impedem a ascensão a determinados postos e funções, resultam na ausência ou sub-representação das mulheres nos cargos de comando militares.

Paralelamente, a emergência de novos direitos que contemplavam o espectro feminino da sociedade, permitiu que se iniciasse uma alteração no enfoque com que as mulheres eram tratadas. A luta dos movimentos feministas e de mulheres influenciou na conduta das forças, porém a presença feminina na organização militar não foi uma conquista simples.

A atribuição de funções subsidiárias foi responsável por reforçar preconceitos, afinal demonstrava que elas não estariam aptas para desenvolverem a atividade mais nobre da organização, o que demandaria uma constante reafirmação de sua competência.

A incorporação das mulheres por meio das áreas técnicas e administrativas, apesar de recorrente, não proporciona a equidade de gênero, uma vez que limita a atuação feminina e impossibilita as mulheres de ocuparem a patente mais alta de sua força. Trata-se, em geral, de uma forma de suprir a deficiência de pessoal, ocupando um espaço secundário, possibilitando aos homens seguirem em carreiras de maior prestígio.

Denota-se assim, que o principal desafio não se baseia em aumentar numericamente a presença feminina, mas compreender a importância deste pessoal para as forças e para o país. Para tanto demanda-se uma alteração dos padrões pré-concebidos e a revisão dos estereótipos que organizam o mundo militar, com políticas e ações que atendam às demandas femininas, coloquem fim aos atos de violência, condutas sexistas e discriminações veladas. Neste sentido, radica-se a distinção entre incorporar e integrar.

Isto posto, acredita-se que um exame mais profícuo do processo de incorporação feminina, questionando se o mesmo foi, de fato, capaz de integrar as mulheres na organização

militar, tendo em vista a opinião daquelas que estão imersas no cotidiano castrense, é necessário. Afinal, não se pode assegurar que esta incorporação represente a alteração dos valores enraizados pela corporação.

Sabe-se de antemão que uma política que vise a profissionalização das forças, evidenciando que a carreira militar é uma dentre inúmeras outras profissões, composta por funções e tarefas capazes de serem executadas com êxito pelas mulheres, é imprescindível para que não se associe o bom militar ao sexo, mas sim ao correto desempenho de suas atribuições.

Sendo assim, atingir a profissionalização dos militares tal qual seu consequente afastamento da política, foi uma questão estratégica para os países analisados nesta pesquisa, os quais enfrentavam um processo de redemocratização. Uma vez que as forças armadas se detenham no seu propósito institucional de defesa da sociedade e abandonem sua posição de preponderância e autonomia, torna-se factível o estabelecimento da defesa como uma política de Estado, subordinada aos interesses da nação.

Com intuito de permitir uma comparação dos processos de transição de regime de Brasil e Argentina, apresenta-se um quadro resumo das informações fornecidas ao longo do texto.

Quadro 9 - Dados comparativos sobre as ditaduras e transições na Argentina e Brasil

	Argentina	**Brasil**
Período da ditadura	1976-83 (7 anos)	1964-85 (21 anos)
Razões para a queda da ditadura	Guerra das Malvinas, 1982	Projeto militar de abertura a partir de 1974; campanha "Diretas Já", 1984
Tipo de transição	Colapso	Regulada pelos militares
Relações civis-militares pós-ditadura	Controle civil	Controle civil limitado
Situação profissional das Forças Armadas	Profissionalização	Profissionalização
Serviço Militar	Voluntário	Obrigatório

Fonte: D'ARAÚJO, CASTRO, p314 (2000) (adaptado pela autora)

Evidencia-se, então, que um processo de transição distinto culminou em relações civis-militares pós ditadura em difererentes estágios. No sistema político brasileiro, não se implementou de maneira adequada um controle civil sobre as forças armadas, para tanto seria necessário um maior protagonismo da sociedade política e da sociedade civil (STEPAN, 1975).

Para assegurar a neutralidade da instituição militar, cabe a elite civil se sobrepor às interferências militares e possuir uma clara compreensão do *ethos* militar, possibilitando o trabalho em conjunto. Do mesmo modo que, o apoio da população, da academia e da mídia contribuem para que se ampliem os estudos e discussões sobre esta temática.

Contudo, no Brasil, a sociedade civil e os políticos demonstram-se pouco interessados pelos temas de defesa, em um cenário no qual as forças armadas permanecem com capacidade para intervirem nas iniciativas políticas. Não houve uma revisão das prerrogativas militares; não se empreendeu uma reformulação da estrutura militar; não se alterou a obrigatoriedade do serviço miliar; e, permanece existindo uma Justiça diferenciada para seus integrantes.

No que tange ao Ministério da Defesa, este é composto por inúmeros militares, os quais, na temática desta pesquisa, arbitram tanto sobre quais serão as políticas adotadas, como a sua forma de execução. A questão de gênero foi integrada nas discussões da defesa apenas muito recentemente, embora já seja problematizada pela sociedade e faça parte das demandas da população há mais de duas décadas.

Em vista da letargia que evolui a discussão, apesar das tentativas propostas pelo MD, nota-se que a instituição militar tem pouco interesse na formulação de políticas que visem aprimorar a condição feminina no interior da organização. Isto posto, depreende-se que o recrutamento feminino iniciado no fim da década de 1980, pouco se relacionou com objetivos igualitários. No caso brasileiro, as mulheres teriam sido empregadas dado a ausência de efetivo masculino suficiente e em decorrência de suas habilidades específicas exigidas no novo contexto de atuação das forças.

Igualmente, durante o processo de incorporação perdurou um quadro de discriminação e incompreensão, o que resultou na clara imposição de limites para a integração feminina na corporação, por meio de normas, leis e editais de concursos. Tais restrições demonstravam de maneira explícita a divisão sexual do trabalho, assim como a pouca atenção aos direitos trabalhistas que já haviam sido conquistados pelas mulheres civis.

Eram recorrentes, ainda, o estabelecimento de portarias específicas para a conduta feminina, as quais relacionavam-se não apenas com aspectos morais e éticos, mas influenciavam diretamente nos hábitos diários das mulheres, uma vez que, a expressão da feminilidade deveria ser controlada no ambiente militar.

Por conseguinte, ainda hoje verifica-se uma política de exclusão feminina das funções de combate, além de muitos empecilhos interpostos ante a plena incorporação, entre eles destaca-se o serviço militar obrigatório. Desta forma, o processo de abertura e equiparação de gêneros ocorre de forma gradativa, avanço significativo foi conquistado através da implantação da Comissão de Gênero no Ministério da Defesa, porém de acordo com a análise realizada persiste a prevalência dos interesses militares, que dificultam a evolução dos projetos.

Destarte, ainda são mantidas prerrogativas definidas por leis e editais que garantem a primazia masculina. Esta prática sexista que limita a carreira feminina, demonstra que há um

longo caminho a ser percorrido pelas mulheres nas Forças Armadas brasileiras, bem como ainda há muito a ser feito para que vigore em nossa cultura e instituições o pressuposto constitucional da igualdade.

Por outro lado, na Argentina, em 1983, os militares encontravam-se no auge de uma crise de identidade, em decorrência do insucesso na Guerra das Malvinas e sua baixa credibilidade com a população. Este quadro deflagrou o início de uma transformação da instituição militar, permeado por um processo de modernização de sua estrutura. Esta reforma tampouco recebeu interferência civil ou do Congresso, porém para intermediar o processo a Argentina contou com a ação da primeira ministra da Defesa, Nilda Garré.

Mediante o observado depreende-se que tanto o contexto de redemocratização nacional, quanto a crise instaurada nas relações entre as forças armadas e a sociedade, após a derrota na Guerra das Malvinas, permeiam o processo de incorporação feminina. Ao mesmo tempo em que, as demandas sociais por igualdade de oportunidades, também atuaram para a incorporação das mulheres nas forças, ou seja, a incorporação não teria obedecido apenas a uma carência militar, mas associou-se com as mudanças culturais.

Acrescenta-se a isto a atuação da ministra Nilda Garré, como responsável por possibilitar um avanço contundente do processo, ao conduzir reformas no ministério e nas forças armadas, aprofundar o controle civil e a autoridade ministerial e, principalmente, incorporar a perspectiva de gênero, sob a égide dos direitos humanos.

A Política de Defesa começou a ser pensada como uma política pública, incluindo entre as discussões assuntos até então privados aos militares. Com isso verificou-se uma tendência à abertura e a modernização da agenda, na qual se inseriu, por exemplo, o fim do serviço militar obrigatório e da justiça militar, incluindo-os no código penal comum.

Na temática de gênero, em nível regional, a Argentina consagrou-se por conceber um sistema novo tornando-se um exemplo na implantação de políticas de equidade. Atualmente, logrou alcançar a incorporação das mulheres em todos os papéis militares, ou seja, não existem funções restritas a elas e seus planos de carreira são os mesmos dos homens. Não obstante, as políticas não cessaram sob o comando do seguinte ministro da Defesa, porém é interessante observar que a administração mais incisiva e reformista, desde a redemocratização, foi conduzida por uma mulher.

Outrossim, observou-se em ambos os países que a presença feminina nas forças armadas, bem como o empoderamento feminino na sociedade são influenciados por políticas internacionais. A Década da Mulher (1976-1985), a participação em Conferências mundiais e a atenção às resoluções da ONU forneceram insumos para aplicação de medidas internas. No

caso da Resolução 1325 da ONU e suas subsequentes, elas demonstraram caminhos para uma ação mais efetiva, através da determinação de metas e a necessidade de executar um planejamento mais duradouro. Contudo, esta conclusão ainda é limitada, sugere-se maior aprofundamento sobre as contribuições das organizações internacionais nos processos de incorporação das mulheres, especialmente em âmbito regional, dado a criação da Comissão de Gênero no Conselho de Defesa Sul-americano.

Na análise das limitações desta pesquisa relata-se a insuficiência de dados primários ofertados pelos países estudados. No que concerne à Argentina o país realiza anualmente uma publicação compilando as ações realizadas, porém não há uma divulgação mais detalhada dos resultados e da evolução da situação, haja vista a dificuldade para auferir os dados. No Brasil, a escassez de material é ainda mais expressiva, as informações sobre percentuais de mulheres nas forças são obtidas de formas não oficiais, em palestras proferidas por seus comandantes, tampouco há uma veiculação das ações executadas neste âmbito. A ausência de documentos que abordem a temática de gênero e a atualização quadrienal do Livro Branco, único texto que fez menção às mulheres, relegam aos pesquisadores muitas defasagens na análise.

Ademais, no que concerne a disponibilização de entrevistas, o Ministério da Defesa argentino demonstrou-se bastante ágil e preparado para atender ao público, com uma Direção especializada para tratar sobre as políticas de gênero. Em oposição, no Brasil a carência de uma organização interna no MD ocasionou, inicialmente, uma dificuldade para distinguir entre seus funcionários aqueles que poderiam ser os encarregados da temática, sanada esta questão, ainda assim o agendamento das entrevistas não foi possível. Neste caso, a aplicação da Lei de Acesso à Informação mostrou-se fundamental para maior detalhamento dos processos.

Finalmente, cabe destacar que este estudo apresentou uma discussão ainda incipiente e que carece de maior atenção, afinal, permanecem existindo limitações a uma ampla atuação das mulheres em diferentes setores, civis e militares. Em específico, no que se refere à efetiva participação nas forças armadas, o estudo emprega-se como um contributo para o reajustamento organizativo, já em curso, das forças e sua profissionalização, em simultâneo, atua como um veículo que expõe a trajetória e demandas femininas. Espera-se que contribua para uma reflexão crítica dos avanços e entraves do processo, e impulsione a elaboração e aplicação de políticas em favor da equidade de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUERO, Felipe. **Militares Civiles y Democracia: la España postfranquista en perspectiva comparada.** Madrid: Alianza Editorial, 1995. 210p.

ALMEIDA, Carlos. Política de defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas. **Opinião Pública**, vol.16, nº1, 2010. p.220-250

ALMEIDA, Mariza. **Batalhas Culturais de Gênero: a dinâmica das relações de poder no campo militar naval**. 2008. 146f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Serviço Social, 2008.

______. **Contexto político-institucional do processo decisório sobre a admissão da mulher militar**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 2, Niterói, 2008.

ALMEIDA, Vitor H. Mulheres nas Forças Armadas brasileiras: situação atual e perspectivas futuras. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 2015. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema21/2015_291_estudo-sobre-mulheres-nas-forcas-armadas-vitor-hugo> Acesso em: 14 /08 /2015.

ALVES, Branca M.; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

ARCHENTI, Nélida. **Situación de la Mujer en la sociedade argentina: formas de organización en la capital federal**. Buenos Aires: Fundación Friedrich Naumann, 1987.

ARDUÍNO, Ileana. La reforma del sistema de justicia militar: una política pública de derechos humanmos para las fuerzas armadas. **Voces en el Fénix**, ano 6, nº48, 2015.

AVELAR, Lúcia. Mulher e política em perspectiva. In: VENTURI, Gustavo e GODINHO, Tatau (orgs.) **Mulheres Brasileiras e Gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. Ed Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc SP, 2013.

AYOOB, Mohammed. **The Third world security predicament: state making, regional conflict, and the international system**. Boulder-Londres: Lynne Rienner Publishers, 1995.

BADARÓ, Máximo. Dentro y fuera del cuartel: transformaciones en la vida cotidiana del ejército argentino (1990-2010). **Voces en el Fénix**, ano 6, nº48, 2015.

BARRANCOS, Dora. Mujeres: el desafío de la democracia. In: GHERARDI, Natalia (dir.). **LIDERA: participación en democracia**. Experiencias de mujeres en el ámbito social y político en la Argentina. Equipo Latinoamericano de Justicia de Genero - ELA, Buenos Aires, 2012.

______. Relaciones de género en el ámbito de defensa: el camino hacia la equidad. **Voces en el Fénix**, ano 6, nº48, 2015.

BAQUIM, C. A. **Mulher e piloto: o caso das pioneiras da aviação militar brasileira**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 1, São Carlos, 2007.

BATTAGLINO, Jorge. Cycles of civil-military relations in Argentina. A framework of analysis. **Documento de Trabajo**, n°125, Universidad de Belgrano, 2005.

_____. Políticos y militares en los gobiernos de la nueva izquierda sudamericana. **Política y gobierno**, vol XXII, 2015. p.3-43

BATTISTELLI, Fabrizio. As Mulheres e o Militar entre Antigas Dificuldades e Novas Potencialidades. **Nação e Defesa**, nº88, 1999.

BENNETT, Andrew; ELMAN, Colin. Case studies methods in the International Relations Subfield. **Comparative Political Studies**, v 40, n. 2, fev. 2007. p.170-195

BERNARDES Margarida, LOPES Gertrudes, SANTOS, Tânia. O Cotidiano das Enfermeiras do Exército na Força Expedicionária Brasileira (FEB) no Teatro de Operações da 2ªGuerra Mundial, na Itália (1942-1945). **Rev. Latino-am Enfermagem**, 2005. p.314-321

BLAY, Eva A. Women, Redemocratization and Political Alternatives. In: Chacel Falk e David Fleischer (ed.), **Brazil's Economic and Political Future**. Boulder and London, Westview Press, 1988.

BOBEA, Lilian. Mujeres en uniforme: la feminización de las Fuerzas Armadas. **Nueva Sociedad**, nº213, 2008.

BONIFAZZI, Franca. Mujeres pioneras en las Fuerzas Armadas: la gestión pública narrada desde sus protagonistas. In: Mazzota, Cecilia (coord). **Equidad de Género y Defensa**: una política en marcha IX. Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 2015.

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRABO, Tânia S. A. Os movimentos feministas brasileiros na luta pelos direitos das mulheres. In: **54º Congresso Internacional de Americanistas**, 2012.

BROWNMILLER, Susan. **Against Our Will, Men, Women and Rape**. Nova York: Fawcett Columbine, 1993.

CAIRE, Raymond. **A Mulher Militar**: das origens aos nossos dias. Biblioteca do Exército Ed. Rio de Janeiro, 2002.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R.(orgs.) **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1998

CARREIRAS, Helena. Diversidade Social nas Forças Armadas: Género e Orientação Sexual em Perspectiva Comparada. **Nação e Defesa**, nº107, 2004. p. 61-88

______. Mulheres, direitos e eficácia militar: o estado do debate. **Revista Militar**, nº2536, 2013. p.477-495

______. Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas, Lisbon, **Cosmos**, 1997.

CARROL, B.; HALL, B. W. Feminist Perspectives on Women and the Use of Force. In: HOWES, R. H.; STEVENSON, M. R. (eds.) **Women and the Use of Military Force**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1993. p.11-21.
CARVALHO, Sônia. **Casa-Caserna: um percurso diferenciado na vida das mulheres militares**. 1990. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1990.

CASTELÃO, Maria Paula. Homens e mulheres em armas: duas dinâmicas de identidade? **Nação e Defesa**, nº88, p.113-137. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 1999.

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.

CASTRO, Celso; LEIRNER, Pierro (org.) **Antropologia dos Militares: reflexões sobre pesquisas de campo**. Rio de Janeiro: Editora FGC, 2009.

CHAMBOULEYRON, Ingrid; RESENDE, Erica. Duque de Caxias e Maria Quitéria na mesma trincheira: o questionamento das representações do masculino e feminino pela mulher combatente. **XXX Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambú: 2006.

CHINELLI, Fernanda. Pesquisa e aliança: o trabalho de campo com mulheres de militares. In: Castro, Celso e Leirner, Piero. **Antropologia dos militares**: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CLAUSEWITZ, Carl von. **On War**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

CLEMMENSEN, Jon R. **Beyond 'The Soldier and the State' The Theoretical Framework of Elite Civil-Military Relations**. 2013. 241 f. Dissertação (Mestrado) - Department of International Relations at the London School of Economics and Political Science, Londres, 2013.

CODATO, Adriano Nervo. Uma História Política da Transição Brasileira: da Ditatura Militar à Democracia. **Revista Sociologia Política**, 25, p. 83 – 106, nov. 2005.

COELHO, Edmundo C. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro, Forense, 1976. 207 p.

COELHO, Pablo. O Processo de transição democrática no Uruguai. **Militares e Política**, nº8, 2011, p.55-73.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In: Castro, C.; Izecksohn, V.; Kraay, H. (orgs.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2004.

______. Mulheres e questões de gênero nas Forças Armadas brasileiras. **Resdal**. 2003.

______. To protect and to exclude: women and Armed Forces in Brazil. In: Crossroads of history: experience, memory, orality. **Anais do XIth International Oral Conference**, Vol. I., p. 129-134. International Oral History Association, Istambul, Turquia, 2000.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org). **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul**. Ed. FGV: Rio de Janeiro, 2000.

DESCH'S, Michael. **Civilian Control of the Military** 1999.

DHARMAPURI, Sahana. Just Add Women and Stir? **Parameters**, 2011, p.56-70

DIAMINT, Rut. Estado y Sociedad Civil ante la cuestión cívico-militar en los 90. In: _____.(ed.) **Control Civil y Fuerzas Armadas en las nuevas democracias latino-americanas.** Buenos Aires: Nuevohacer Grupo Editor Latinoamericano, 1999, p.35-68.

______. Civilians and the Military in Latin American democracies. **Disarmament Forum**, 2002.

______. **Democracia y Seguridad em America Latina**. Buenos Aires: Nuevo Hacer, 2002.

______. Misiones militares. Respondiendo a las tensiones del sistema internacional. In: Martinez, Rafael; Tulchin, Joseph (eds) **La Seguridad desde las dos Orillas: un debate entre Europa y Latinoamérica.** Barcelona: Fundación CIDOB, 2006. p.59-78

______. La historia sin fin: el control civil de los militares en Argentina. **Nueva Sociedad**, n°213, p.95-111, 2008.

______. **Conducción Democrática de la Defensa**. Honduras, 2011.

DONADIO, Marcela. Las Relaciones Cívico-Militares y la Construcción de Instituciones en América Latina: enfrentando las crisis de las jóvenes democracias. **RESDAL**, 2003.

DUBÉ, Sébastien; PINZÓN, Viviana. Las tareas contemporáneas de las fuerzas armadas latinoamericanas y la necesaria revisión de la teoría de la consolidación democrática. **Estudos Ibero-Americanos** PUCRS, vol 38, 2012. p.119-143.

ELSHTAIN, Jean Bethke. **Women and War**. The University of Chicago Press: Chicago and London, 1987.

ESCOBAR, L. T. Mulheres, forças armadas e missões de paz na região andina: In MATHIAS, S. K. (Org.). **Sob o signo de Atenas**: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

ESCOFFIER, Natália. **Natália Escoffier**: depoimento [ago. 2015]. Entrevistadores: N. Schwether. Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 2015. Entrevista concedida a Dissertação de Mestrado da Pós-Graduação em Relações Internacionais, UFSC.

ESCOFFIER, Natalia; MULEIRO Ana Sol. Resolución 93/2014: producción de indicadores y su vinculación con la transversalización de la perspectiva de género. In: Mazzota, Cecilia (coord) **Equidad de Género y Defensa**: una política en marcha IX. Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 2015.

FÁZIO, Ednéia. A presença feminine no Exército e na Aeronáutica do Brasil. **REDES**, Santiago, Chile, 2003.

FEIJOÓ, María C. Dos Etapas Fundamentales en la Historia de las Mujeres del Siglo XX. In: BARRANCOS, Dora (et.al.). **Las Mujeres y sus luchas en la Historia Argentina**. Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 2008.

FOCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Vozes: Petrópolis, 1987.

FOGAÇA, Valdir Augusto. **Ministério da Defesa:** modelo mais adequado ao Brasil – suas principais vantagens e desvantagens. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) – Escola do Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 1997.

FRANGANILO, Virginia. Avance del Movimiento de las Mujeres en las Últimas Décadas. In: BARRANCOS, Dora (et.al.). **Las Mujeres y sus luchas en la Historia Argentina**. Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 2008. P.151-156

FREDERIC, Sabina. **Las Trampas del Pasado**: las Fuerzas Armadas y su integración al Estado democrático en Argentina. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.

GARCÍA, Jaime. El Militar Postmoderno en América Latina. **Security and Defense Studies Review**, vol. 2, 2002. p.66-80

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Zahar. Rio de Janeiro, 1973

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOODELL, Maia. Physical-Strength Rationales for De Jure Exclusion of Women from Military Combat Positions. **Seattle University Law Review**, vol.34:17, 2010.

GRANIZO, Estela. La Incorporación de la Mujer en las Fuerzas Armadas. In: BARRANCOS, Dora (et.al.). **Las Mujeres y sus luchas en la Historia Argentina**. Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 2008. P.173-180

HAJJAR, Remi. Emergent Postmodern US Military Culture. **Armed Forces & Society**. Vol 14, 2014.p.118-145

HERBERT, Melissa S. **Camouflage isn't only for Combat: Gender, Sexuality, and Women in the Military**. New York University Press: New York, London, 1998.

HUNTER, Wendy. The Brazilian Military after the Cold War: In Search of a Mission. **Studies in Comparative International Development**, Vol. 28, No. 4, 1994. p31-49.

______. State and Soldier in Latin America: Redefining the Military's Role in Argentina, Brasil and Chile. **Peaceworks**, n10, Washington , 2005.
HUNTINGTON, Samuel. **O Soldado e o Estado: teoria e política das Relações entre Civis e Militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.

JANOWITZ, Morris. **O Soldado Profissional: um estudo social e político**. Rio de Janeiro: Ed. GRD, 1967.

______. Military Elites and the Study of War. **Conflict Resolution**, vol 1, n.1, 1957, p.9-18.

KAMARCK, Kristy. Women in Combat: Issues for Congress. **Congressional Research Service**, 2015.

KOHN, Richard. How Democracies control the Military. **Journal of Democracy**, Johns Hopkins University Press, p.140-153, 1997.

LANNES, Suelen. **A Inserção da Mulher no Moderno Exército Brasileiro**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 2, Niterói, 2008.

LEINER, Pierre. **Meia-volta volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militár. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LIBERATORI, Alessandro S. **Relações Civis-Militares e Política de Defesa na Argentina (1983-2013).** 2014. 116f. Dissertação (Mestrado) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Rio de Janeiro. 2014.

LIMA, Mariana F. O Brasil deve adotar um plano nacional de ação para implementar a Resolução 1325 do CSNU? Brasília: Ministério da Defesa, Instituto Pandiá Calógeras, **Ideias Diálogos Defesa**. 2015.

LOMBARDI, Maria Rosa. **As Mulheres na Força Armadas brasileira: a Marinha do Brasil**. Fundação Carlos Chagas: São Paulo, 2009.

LOPES, Andreia A. **Estranha em um ninho verde–oliva: construções discursivas sobre gênero em eventos de letramento não–escolar**. Dissertação (Mestrado) Lingüística Aplicada, Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

LUCERO, Mariel. Las Mujeres en las Fuerzas Armadas Argentinas. Breve análisis sobre su participación y estado actual de la situación. **UNISCI Discussion Papers**, n°20, Universidad Complutense de Madrid, p.36-49, 2009.

MARTÍNEZ, Víctor M. Las Mujeres em los ejércitos europeos y americanos. In: Escarda, María Gómez; Muñoz Isidro S. **Las mujeres militares en España (1988-2008).** Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado – UNED, Madrid, 2009.

MARTINS FILHOS, João R,; ZIRKER, Daniel. The Brazilian Military Under Cardoso: Overcoming the Identity Crisis. **Journal of International Studies and World Affairs**, 2000. p143-170

MASSON, Laura. **Las mujeres en las Fuerzas Armadas**, ¿Qué tipo de integración? Género y Fuerzas Armadas: algunos análisis teóricos y prácticos. Buenos Aires, Ministerio de Defensa y Fundación Friedrich Ebert, 2010.

MATHIAS, Suzeley K (org.). **Sob o signo de Atenas**: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

______. As Mulheres Chegam aos Quartéis. **Resdal**. 2005.

______. Pensamiento y Papel Militar en América Latina en el umbral del siglo XXI. In: DIAMINT, Rut.(Ed) **Control civil y Fuerzas Armadas en las nuevas democracias latino-americanas**. Buenos Aires: Universidad Torcuato di Tella, 1999. P.163-191

MATHIAS, Suzeley K.; FÁZIO, Ednéia. Nuevas Amenazas y su impacto sobre las fuerzas armadas brasileñas. **Revista Fuerzas Armadas y Sociedad** ano 18 nº3-4, 2004. p53-81

MATHIAS, Suzeley K; SAINT-PIERRE, Héctor L. (orgs). **Entre votos e botas: as Forças Armadas no labirinto latino-americano do novo milênio**. Franca, UNESP, 2001, 238p.

MATHIAS, Suzeley K; ADÃO, Maria Cecília. Mulheres e Vida Militar. **Cadernos ADENAUER** XIV, nº3, 2013. P.145-165

MATOS, Marlise. Mulheres em busca de cidadania política: paradoxos de uma incompletude. In: VENTURI, Gustavo e GODINHO, Tatau (orgs.) **Mulheres Brasileiras e Gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. Ed Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc SP, 2013.

MISSIATO, Victor Augusto Ramos. A Construção da Relação Civil-Militar no governo FHC: O Olhar de Homens da Caserna. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho de 2011.

MIYAMOTO, Shiguenoli. A Política de Defesa Brasileira e a Segurança Regional. **Revista Contexto Internacional,** vol. 22, Rio de Janeiro, 2000.

MORELLI, Mariana. El poder más allá del número. Obstáculos y desafios a la participación de las mujeres en Argentina. In: GHERARDI, Natalia (dir). **LIDERA: participación en democracia**. Experiencias de mujeres en el ámbito social y político en la Argentina. Buenos Aires: Equipo Latinoamericano de Justicia y Género – ELA, 2012. p.77-94

MOSKOS, Charles. The Military. **Annual Review of Sociology**, vol 2, 1976. p.55-78.

______. Armed Forces in a Warless Society. In: KUHLMANN, Jurgen; DANDEKER, Christofer (eds.) **Armed Forces after the Cold War**. Munich: Forum Internacional, 1992.

______. (Ed) **The Postmodern Military**: Armed Forces After the Cold War, N.Y.: Oxford University Press, 2000.

______. Towards a Postmodern Military? In: COHEN, Stuart (ed.). **Israel and Her Army**, 2001.

NETTO, Art Júlio T. N. A Influência da Doutrina Norte-Americana na ECEME. **PADECEME**, Rio de Janeiro, 2005. p.21-28.

NEWTON, Lily S. Las Mujeres en los Ejércitos Argentino In: BARRANCOS, Dora (et.al.). **Las Mujeres y sus luchas en la Historia Argentina**. Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 2008. P.21-44

O'DONNELL, G., SCHMITTER, P. & WHITEHEAD, Laurence. (orgs.). **Transições doregime autoritário: América Latina**. São Paulo: Vértice, 1988.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. **Democracia e Defesa Nacional: a criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC**. Manole: Barueri, SP, 2005.

______. Brasil: respuestas del sector de seguridade a las amenazas irregulares. In: **Reforma de las Fuerzas armadas en América Latina y ele impacto de las amenazas irregulares**, Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2008. p 119-137

PASCAL, Maria Ap. **As Mulheres e a Guerra do Paraguai**. Mackenzie, São Paulo, 2006.

PERROT, M. Mulheres públicas. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PION-BERLIN, David. As Relações Civis-Militares na Argentina num Período Pós-Transição. **Nação e Defesa**, n°94, p.17-47, 2000.

______. **Through Corridors of Power: Institutions and Civil-Military Relations in Argentina**. Pennsylvania State University, 1997.

POSEN, Barry. **The Sources of Military Doctrine**. Ithaca: Cornell University Press, 1984.

RANGEL, Patrícia. Movimentos Feministas e seu impacto na legislação nacional de Argentina e Brasil. **Anais do II Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Universidade Estadual de Londrina, 2011.

RAPHEL, Alexandra. Women in the U.S. military and combat roles. **Journalist Resource**, 2014. Diponível em: <http://journalistsresource.org/studies/society/gender-society/women-military-research-roundup#sthash.lPAXYN5C.BXCYa2mW.dpuf> Acesso em: 09/10/2015.

REZENDE, Flávio C. Fronteiras de Integração entre Métodos Quantitativos e Qualitativos na Ciência Política Comparada. **Teoria & Sociedade** nº22, 2014, p.40-74.

RIBEIRO, Antônio. **A Mulher e o Voto**. ALESP: São Paulo, 2012.

ROSA, Alexandre Reis. **(O) Braço Forte, (A) Mão Amiga: Um Estudo Sobre Dominação Masculina e Violência Simbólica em uma Organização Militar**. 2007. 372f. Dissertação (Pós Graduação em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2007.

ROSS, Jennifer. The Changing Role of the Military in Latin America. **FOCAL**, 2004.

ROVINA, Denise, SOUZA, Neyde. A Mulher Militar Brasileira: conquistando mares, alçando voos e desbravando terras. **Laboratório ESG**, 2015.

RUKAVISHNIKOV, Vladimir O; PUGH, Michael. Civil-Military Relations. In: GUISEPPE, Caforio, **Handbook of the Sociology of the Military**. New York: Kluwer Academic, 2003.

SÁBATO, Hilda. Las Mujeres y la Política en el siglo XIX. In: BARRANCOS, Dora (et.al.). **Las Mujeres y sus luchas en la Historia Argentina**. Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 2008. P.55-66

SAÍN, Marcelo Fabián. **Alfonsin, Menem e as Relações cívico-militares: a construção do controle sobre as Forças Armadas na Argentina democrática, 1993-1995**. 1999. Tese (Doutorado) - IFCH-UNICAMP, Campinas, 1999.

______. **Los Votos y las Botas**: estúdio sobra la defensa y las relaciones civil-militares em la democracia argentina. Editorial Prometeo, 2010, 270p.

SAINT-PIERRE, Hector. Formas não-golpistas de presença militar no Estado. **Perspectiva**, São Paulo: 115-130, 2002.

______. Breve Reflexión sobre el empleo de las fuerzas armadas. **Voces en el Fénix**, ano 6, nº48, septiembre 2015.

SAINT-PIERRE, Hector; DONADELLI, Laura. El Empleo de las Fuezas Armadas en asuntos internos. **Narcotrafico**, 2014. p61-75

SANTOS, Maria Helena C. A Nova Missão das Forças Armadas Latino-Americanas no Mundo pós-Guerra Fria: o caso do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol 19, 2004. p.115-128

SANTOS, Luciana R. **Da Roseta às Estrelas: um debate sobre a representação feminina na Marinha brasileira**. 212f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2014.

SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses**. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

SCHUCK, E. O. O papel do pensamento feminista brasileiro nos pós-colonialismos latinoamericanos. In: **I Seminário Internacional de Ciência Política** (SICP), 2015, Porto Alegre, 2015.

SEGAL, Mady. Funções Militares das Mulheres numa perspectiva comparada. Passado, Presente e Futuro. **Nação e Defesa**, no. 88, 1999. p.15-43.

SEGAL Mady, ISKRA, Darlene, TRAINOR, Stephen, LEITHAUSER, Marcia. Women's Paticipation in Armed Forces Cross-Nationally: Expanding Segal's Model. **Current Publications**, vol 50, 2002. p.771-797.

SEGAL, David R. & SEGAL, Mady. Change in military organization. **Annual Review of Sociology**, Vol. 9, 1983. p. 151-170.

SERRA, Narcis. El Estado: Papel de las Fuerzas Armadas y de Seguridad. Notas sobre su control democrático. **Instituto de Defensa Legal**. Disponível em: <http://www.iidh.ed.cr/comunidades/seguridad/docs/seg_docfuerzas/el%20estado-%20el%20papel%20de%20las%20ffaa.pdf> Acesso em: 27/04/2015

SILVA, Cristina. Masculinidades e Feminilidades nas Forças Armadas: uma etnografia do ser militar, sendo mulher. **VII Reunião de Antropologia do Mercosul**. Porto Alegre: 2007.

SOARES, Samuel A. **Controles e autonomia**: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974 – 1999). São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

______. Las antinomias de las relaciones cívico-militares en el Brasil: de las viejas a las nuevas amenazas. In: Ernesto López; Marcelo Fabián Sain. (Org.). **Nuevas Amenazas**: dimensiones y perspectivas. Dilemas y desafíos para la Argentina y el Brasil. 1ed.Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2004, p. 221-253.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu e GODINHO, Tatau. (org.) **Mulher e Política. Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

______. Percepções e atitudes: ser mulher e participação política. In: VENTURI, Gustavo e GODINHO, Tatau (orgs.) **Mulheres Brasileiras e Gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. Ed Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc SP, 2013.

STELL, Andrea V. Organizações, gênero e posição hierárquica – compreendendo o fenômeno do teto de vido. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 32, 1997. P.62-69

STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política**. Artenova: Rio de Janeiro, 1975.

______. **Rethinking Military Politics**: Brazil and the Southern Cone. Princeton University Press, Chichester, 1988.

TAKAHASHI, Emília. **Homens e mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar**. 2002. 276 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Campinas, Campinas, 2002.

TAMANINI, Marlene. Gendrificação, ciência e ética em contextos de experiência reprodutiva. **PISTIS & PRAXIS**: Teologia e Pastoral, Curitiba: PUC, 2012.

TIBILETTI, Paz. Los Cambios en el área de defensa ¿Fuerzas Armadas democráticas¿ una mirada hacia la región. **Voces en el Fénix**, año 6, número 48, 2015.

TIKNER, J. Ann. **Gender in International Relations: Feminist Pespectives on Achieving Global Security**. New York: Columbia University Press, 1992.

UGARTE, José Manuel. El Rol de las Fuerzas armadas y las situaciones de crisis política, económica y social. **Instituto de Estudios sobre Seguridad y Crimen Organizado** (ISCO), 2003.

______. Argentina en el escenario latino-americano actual: debates desde la ciencias sociales. **VII Jornadas de Sociologia de la Universidad de la Plata**, La Plata, 2012. Disponível em: <http://jornadassociologia.fahce.unlp.edu.ar>, Acesso em: 04/08/2015.

VALOBRA, Adriana. Los Movimientos de Mujeres en los años 40-50. In: BARRANCOS, Dora (et.al.). **Las Mujeres y sus luchas en la Historia Argentina**. Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 2008

VAN CREVELD, Martin. Women in the Military: Gain or Repression? In: STUART, A. C. (comp) **Democratic Societies and Their Armed Forces**. Israel in Comparative Perspective, Frank Cass. Londres: 2000.

VASCONCELLOS, Carlos A. R. A sociedade brasileira e a Defesa Nacional: uma aproximação após a criação do Ministério da Defesa. Fundação Getúlio Vargas, 2011.

VAZ, Daniela V. O Teto de Vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.32, 2013. P-765-790

VIANA, Raquel. Desafios e limites das políticas públicas no cotidiano das mulheres. In: VENTURI, Gustavo e GODINHO, Tatau (orgs.) **Mulheres Brasileiras e Gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. Ed Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc SP, 2013.

VILLA, Rafael D. Corrida armamentista ou modernização de armamentos na América do Sul: estudo comparativo dos gastos militares. **Estudos e Cenários**, 2008.

VISACRO, Alessandro. Guerra Irregular. 1.ed. São Paulo: **Contexto**, 2009.

WEBER, Max. **Ensayos sobre metodología sociológica**. José Luis Etcheverry (tr.), Amorrortu, Buenos Aires, 1973.

WINAND, Érica; SAINT-PIERRE, Héctor L. O Legado da transição na agenda democrática para a defesa: os casos brasileiro e argentino. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luis (org); P. Carlos Gutiérres; WINAND, Érica; LOPEZ, Ernesto Justo; GUYER, Julián Gonzáles. **Controle civil sobre os militares**: e a política de defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai. Programa San Tiago Dantas de Pós graduação em Relações Internacionais. UNESP/ Unicamp/ PUC/SP, Ed. UNESP, São Paulo, 2007.

WINAND, Érica; SAINT-PIERRE, Héctor L. A Questão da Defesa e as Forças Armadas Brasileiras nos Primeiros meses do Governo Lula. **RESDAL**, 2003.

WOLFF, Scheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Ed. Mulheres: Florianópolis, 2010.

ZAVERUCHA, Jorge. Os militares e a conjuntura nacional. In: **Cadernos de conjuntura** 44. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1991.

______. Relações Civil-Militares no Primeiro Governo da Transição Brasileira: uma democracia tutelada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, v. 9, n. 26, p. 162 – 178, out, 1994.

______. Frágil Democracia e a Militarização da Segurança Pública. **XII Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 1999.

______. **FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia 1999-2002**. Ed Record, Rio de Janeiro, 2005.

Outras Fontes

ABED. **Estatuto Social da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED).** Disponível em: <http://www.abedef.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=47>. Acesso em 21 de novembro de 2015.

BANCO MUNDIAL. **Gasto Militar (%PIB)**. Disponível em: <http://datos.bancomundial.org/indicador/MS.MIL.XPND.GD.ZS?page=1&display=default> Acesso em: 27 de novembro de 2015.

CGMD, COMISSÃO DE GÊNERO MINISTÉRIO DA DEFESA. BRASÍLIA. **I Seminário de Capacitação da Comissão de Gênero MD** 04 de set de 2014. Memória de Reunião nº1 2014 CGMD, p.1-16

CGMD, COMISSÃO DE GÊNERO MINISTÉRIO DA DEFESA. BRASÍLIA. **1ªReunião Ordinária da Comissão de Gênero MD** 06 de nov de 2014. Memória de Reunião nº2 2014 CGMD, p.1-4

CGMD, COMISSÃO DE GÊNERO MINISTÉRIO DA DEFESA. BRASÍLIA. **2ªReunião Ordinária da Comissão de Gênero MD** 09 de fev de 2015. Memória de Reunião nº3 2015 CGMD, p.1-10

CGMD, COMISSÃO DE GÊNERO MINISTÉRIO DA DEFESA. BRASÍLIA. **3ªReunião Ordinária da Comissão de Gênero MD** 28 de abr de 2015. Memória de Reunião nº4 2015 CGMD, p.1-11

CGMD, COMISSÃO DE GÊNERO MINISTÉRIO DA DEFESA. BRASÍLIA. **4ªReunião Ordinária da Comissão de Gênero MD** 03 de jul de 2015. Memória de Reunião nº5 2015 CGMD, p.1-16

CSNU, CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Women, Peace and Security**. Resolução 1325, 31 de out de 2000.

CSNU, CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório Brahimi**, Resolução 1327, 2000b.

DEFESANET. **Sancionada lei que garante licença-maternidade de seis meses às militares.** Disponível: <http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/18551/Sancionada-lei-que-garante-licenca-maternidade-de-seis-meses-as-militares/>. Acesso em: 01 de junho de 2015.

LATINOBARÔMETRO. **La Confianza en Latinoamérica 1995-2015: 20 Años de Opinión Pública**. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latNewsShow.jsp>. Acesso em: 25 de novembro de 2015.

MINISTERIO DA DEFESA. **Direito à licença-maternidade de seis meses vai ser estendido às mulheres militares.** Disponível em: < http://www.defesa.gov.br/noticias/15172-direito-a-licenca-maternidade-e-estendida-as-mulheres-militares>. Acesso em: 01 de junho de 2015.

MINISTERIO DE DEFENSA. **Modelo Argentino de Modernización del Sistema de Defensa**. Ministerio de Defensa de la Nacipon República Argentina, 2009.

______. **Informe sobre la integración de la mujer en las Fuerzas Armadas**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2010.

______. **Equidad de Género y Defensa**: Una Política en Marcha II, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2007.

______. **Equidad de Género y Defensa**: Una Política en Marcha III, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2009.

______. **Equidad de Género y Defensa**: Una Política en Marcha IV, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2010.

______. **Equidad de Género y Defensa**: Una Política en Marcha V, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2011.

______. **Equidad de Género y Defensa**: Una Política en Marcha VI, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2012.

______. **Equidad de Género y Defensa**: Una Política en Marcha VII, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2013.

______. **Equidad de Género y Defensa**: Una Política en Marcha VIII, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2014.

______. **Equidad de Género y Defensa**: Una Política en Marcha IX, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2015.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa**: Paz e Segurança para o Brasil. 2ªed., Decreto nº6.703, 18 de dez de 2008.

______. **Política Nacional de Defesa**. Decreto nº323, 17 de jul de 2012.

______. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Decreto nº323, 17 de jul de 2012.

IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER. **Declaração de Pequim**. Resolução 1, 15 de set de 1995.

ONU. **Gender Statistics by Mission.** Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/gender/2015gender/nov15.pdf>. Acesso em: 17 de dezembro de 2015.

WOMEN IN MILITARY SERVICE FOR AMERICA MEMORIAL FOUNDATION, INC. Disponível em: <http://www.womensmemorial.org/Education/timeline.html>. Acesso em: 08 de setembro de 2015.

APÊNDICES

Guión de Entrevista Semiestruturada

Objetivo: Realizar investigación sobre las politicas de equidad de género del Ministerio de Defensa y la integración de las mujeres a las Fuerzas Armadas argentinas. Disertación de Maestría en Relaciones Internacionales, en la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC).

1. ¿Como Sra. comprende el concepto de equidad de género y Defensa, la importancia de integrar la cuestion de genero en el ámbito de la Defensa es reflejo de un momento historico particular (una Presidenta de la Nación)?

2. ¿Como Sra. analiza el papel de las preciones sociales, de los movimientos de trabajadoras y colectivos feministas para adocion de politicas de empoderamiento profesional y igualdad de condiciones, por ejemplo la incorporacion de las mujeres en las armas de combate, esos grupos han ejercido alguna influencia?
3. ¿Como Sra. evalúa el poder de acción de politicas desarrolladas por el Ministerio de Defensa en las Fuerzas Armadas nacionales, una vez que esas son una de las más tradicionales y masculinas de las instituciones estatales? A nivel regional existe o se plantea alguna iniciativa de cooperación con otros Ministerios?
4. ¿En su opinión, lo que debería ser perfeccionado en las acciones del Ministerio de Defensa para mayor equidad de género?
5. ¿En qué manera Sra cree que las politicas adoptadas tienen intervenido para que la sociedad argentina se aproxime de las Fuerzas Armadas y de los temas de Defensa?

Transcrição e Tradução Entrevista

Entrevistadora (E): Como a senhora compreende o conceito de equidade de gênero e defesa? A importância de integrar a questão de gênero no âmbito da Defesa é reflexo de um momento histórico particular?
Natália Escoffier (N.E): Sim, foi um reflexo da conjuntura histórica. Em 2003 com a ascensão do governo Kirschner e logo em sequência ter uma Presidenta permitiu empreender medidas que transversalizaram a perspectiva de gênero, mas esta não foi condição suficiente, afinal, o fato de ser mulher não necessariamente sugere que terá um olhar de gênero sobre as questões. Adere-se a este contexto as ações de uma Ministra (Nilda Garré) que possibilitaram colocar em

agenda um tema até então relegado. O ambiente supranacional, também impactou nas diretrizes internas, fundamentalmente a Resolução 1325 da ONU e a definição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, exerceram papel preponderante. Transcorreram-se ainda debates na UNASUL e reuniões de ministras no âmbito do MERCOSUL. Sendo assim, a Presidenta e a Ministra foram responsáveis por um primeiro passo, mas que os demais darão continuidade, como já se vê na condução do Ministro atual - um ministro feminista.

E : Como a senhora analisa o papel das pressões sociais, dos movimentos de trabalhadoras e coletivos feministas para a adoção de políticas de empoderamento profissional e de igualdade de condições, por exemplo a incorporação das mulheres nas armas de combate, esses grupos exerceram alguma influência?

N.E : Está é uma importante questão, pois não há muitos trabalhos sobre isso. Em 2007 foi criado o Conselho de Políticas de Gênero, o qual a partir de então se reúne mensalmente. Ele é integrado por mulheres militares das três forcas, sem hierarquias (não são apenas as mulheres que participam homens também são convocados, mas a maioria é representada por mulheres), juntamente com acadêmicas de universidades nacionais e representantes de outros ministérios, por exemplo, o de Desenvolvimento Social e do Trabalho. Este é a principal ferramenta. Ademais, no Conselho Nacional das Mulheres também integram representantes do Ministério da Defesa, deste conselho captamos as demandas, emergem outras questões e incorporam-se novos direitos. Da mesma forma que, as mulheres militares participam do Encontro Nacional de Mulheres. São encontros muito heterogêneos, onde estão todos os tipos de mulheres. Nele seguem havendo debates sobre a carreira militar para mulheres devido, principalmente, o fato das demais mulheres acreditarem que elas devem se masculinizar para adentrar o meio castrense.

No que diz respeito a abertura das armas de combate para as mulheres, esta foi uma decisão pessoal da Presidenta, a qual visou garantir acesso formal irrestrito às escolas e armas. Em consonância está o pensamento do Ministério da Defesa, deve-se pleitear primeiramente a igualdade de direitos e oportunidades, para depois discutirmos. Como pressuposto mínimo não deve haver impedimentos para nenhuma arma.

E : Como a senhora avalia o poder de ação das políticas desenvolvidas pelo Ministério da Defesa nas Forças Armadas nacionais, uma vez que estas são uma das mais tradicionais e masculinas das instituições estatais?

N. E. : A ditadura civil argentina foi muito sangrenta, houve um terrorismo de Estado que impactou na convivência civil militar. Ficou uma cicatriz. Durante os 30 anos de democracia, foram conquistados avanços com a lei que diferencia segurança e defesa e a demarcação da

missão das Forças Armadas (defesa da soberania territorial, operações de manutenção da paz e colaboração em catástrofes sócionaturais); os membros das Forças Armadas tornaram-se cidadãos de direitos (não existe um código de justiça militar), são julgados como qualquer outro cidadão, não são uma casta a parte, possuem os mesmos direitos que todos; a derrogação da lei que possibilitava os militares portarem armas, não se vê a necessidade de estarem armados, necessário apenas para a polícia; e, a lei de memória verdade e justiça. Tal cenário possibilitou lograr Forças Armadas democráticas e uma menor resistência de ambos os lados (civil / militar). Existe uma boa acolhida, trabalham em reuniões conjuntamente, de forma mancomunada, sem grandes resistências. Eles se acostumaram com uma liderança civil.

E : Na sua opinião o que deveria ser aperfeiçoado nas ações do Ministério da Defesa para um maior equidade de gênero?

N. E : Os desafios que ainda nos restam estão presentes na sociedade como um todo, como por exemplo, a conciliação da vida familiar e a jornada de trabalho, a dupla ou tripla carga de trabalho para as mulheres, a responsabilidade sobre os filhos. Tal dinâmica familiar reflete na baixa participação das mulheres nas operações de paz. Esta é uma questão cultural, que excede o marco da defesa. Algumas medidas foram tomadas neste sentido: 1) ampliação da licença paternidade dos miliares para dez dias (no meio civil são três); 2) construção de creches, atualmente são mais de 20; 3) Lei do casamento igualitário; 4) Oficinas de Gênero em todas as forças, lugar para onde as mulheres podem se direcionar, seja civil ou militar, para denunciar, sem hierarquias. Há uma necessidade preeminente por empoderá-las; 5) participação em manifestações, em 03 de junho de 2015, marcharam todos os membros do Ministério na manifestação #ningunamenos pedindo que se denunciem as violências; 6) capacitação, a conscientização deve ser para todos, evitar piadas e a construção de estereótipos.

ANEXOS

LEI Nº 12.705, DE 8 DE AGOSTO DE 2012.

Mensagem de veto

Dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o ingresso nos cursos de formação de oficiais e sargentos de carreira do Exército, mediante concurso público, nos termos do inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal.

Art. 2º A matrícula para o ingresso nos cursos de formação de oficiais e sargentos de carreira do Exército depende de aprovação prévia em concurso público, atendidos os seguintes requisitos, dentre outros estabelecidos na legislação vigente:

I - ser brasileiro nato para o ingresso nos cursos de formação de oficiais e brasileiro nato ou naturalizado para o ingresso nos cursos de formação de praças;

II - ser aprovado em exame de conhecimentos gerais e, quando for o caso, de conhecimentos específicos, constituído por provas ou por provas e títulos, compatíveis com o nível de escolaridade exigido;

III - ser aprovado em inspeção de saúde, realizada segundo critérios e padrões objetivos, constituída de exames clínicos e laboratoriais, inclusive toxicológicos, que comprovem não ser o candidato portador de doença ou limitação incapacitante para o exercício do cargo;

IV - ser aprovado em exame de aptidão física, realizado segundo critérios e padrões objetivos que levem em conta as especificidades dos cursos de formação e das atividades a serem desempenhadas;

V - ser aprovado em avaliação psicológica, realizada com o emprego de procedimentos científicos destinados a aferir a compatibilidade das características psicológicas do candidato com a carreira militar;

VI - estar em dia com as obrigações do Serviço Militar e da Justiça Eleitoral, quando aplicável;

VII - se ex-integrante de qualquer uma das Forças Armadas ou de Força Auxiliar, não ter sido demitido ex officio por ter sido declarado indigno para o oficialato ou com ele incompatível, excluído ou licenciado a bem da disciplina, salvo em caso de reabilitação;

VIII - não apresentar tatuagens que, nos termos de detalhamento constante de normas do Comando do Exército:

a) faça alusão a ideologia terrorista ou extremista contrária às instituições democráticas, a violência, a criminalidade, a ideia ou ato libidinoso, a discriminação ou preconceito de raça, credo, sexo ou origem ou, ainda, a ideia ou ato ofensivo às Forças Armadas;

b) (VETADO);

IX - não estar na condição de réu em ação penal;

X - não ter sido, nos últimos 5 (cinco) anos na forma da legislação vigente:

a) responsabilizado por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo em processo disciplinar administrativo, do qual não caiba mais recurso, contado o prazo a partir da data do cumprimento da sanção; ou

b) condenado em processo criminal transitado em julgado, contado o prazo a partir da data do cumprimento da pena;

XI - se militar da ativa de Força Armada ou de Forças Auxiliares, estar classificado, nos termos do Regulamento Disciplinar do Exército, no mínimo, no comportamento “bom” ou equivalente da Força específica;

XII - possuir idoneidade moral, a ser apurada por meio de averiguação da vida pregressa do candidato, na forma expressa no edital do concurso público; e

XIII - ter altura mínima de 1,60 m (um metro e sessenta centímetros) ou, se do sexo feminino, a altura mínima de 1,55 m (um metro e cinquenta e cinco centímetros).

§ 1º A candidata grávida ou com filho nascido há menos de 6 (seis) meses não poderá realizar o exame de aptidão física referido no inciso IV do caput do art. 2º, sendo resguardado seu direito de adiamento desse exame por um ano, contado a partir do término da gravidez, mediante requerimento da candidata, desde que respeitados os demais requisitos no momento da matrícula no curso de formação.

§ 2º A altura mínima referida no inciso XIII do caput do art. 2º não se aplica aos candidatos com até 16 (dezesseis) anos de idade, desde que possuam a altura mínima de 1,57 m (um metro e cinquenta e sete centímetros) e exame especializado revele a possibilidade do crescimento.

Art. 3º São requisitos específicos para o candidato ao ingresso nos cursos de formação de oficiais e sargentos de carreira do Exército, nas formas definidas na legislação e regulamentação vigentes e nos editais dos concursos públicos:

I - nível de escolaridade de ensino médio completo para o ingresso nos cursos de formação de sargentos;

II - nível de escolaridade de ensino médio, completo ou incompleto, ou de ensino superior completo para o ingresso nos cursos de formação de oficiais; e

III - atender aos seguintes requisitos de idade em 31 de dezembro do ano de sua matrícula:

a) no Curso Preparatório de Cadetes: possuir no mínimo 16 (dezesseis) e no máximo 21 (vinte e um) anos de idade;

b) nos Cursos de Formação de Oficiais das Armas, do Quadro de Material Bélico e do Serviço de Intendência: possuir no mínimo 17 (dezessete) e no máximo 22 (vinte e dois) anos de idade;

c) no Curso de Formação e Graduação do Quadro de Engenheiros Militares: possuir no mínimo 16 (dezesseis) e no máximo 22 (vinte e dois) anos de idade;

d) no Curso de Formação de Oficiais do Quadro de Engenheiros Militares: possuir no máximo 26 (vinte e seis) anos de idade;

e) nos Cursos de Formação de Oficiais Médicos, Dentistas, Farmacêuticos e do Quadro Complementar de Oficiais: possuir no máximo 36 (trinta e seis) anos de idade;

f) nos Cursos de Formação de Sargentos das diversas Qualificações Militares, exceto de Músico e de Saúde: possuir no mínimo 17 (dezessete) e no máximo 24 (vinte e quatro) anos de idade; e

g) nos Cursos de Formação de Sargentos das Qualificações Militares de Músico e de Saúde: possuir no mínimo 17 (dezessete) e no máximo 26 (vinte e seis) anos de idade;

IV - (VETADO).

§ 1º À comprovação de nível de escolaridade referido nos incisos I e II do caput do art. 3º pode ser acrescido, nos termos do edital do concurso, exigência de habilitação em área do conhecimento específica, quando necessária para as atividades a serem desempenhadas.

§ 2º Os requisitos para ingresso no Quadro de Capelães Militares são os estabelecidos pela Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981.

Art. 4º A matrícula nos cursos de preparação de cadetes e de formação de oficiais e sargentos caracteriza o momento de ingresso no Exército.

Art. 5º As regras de estabilidade, quando aplicáveis para os abrangidos por esta Lei, são aquelas constantes da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980.

Art. 6º Os editais dos concursos deverão detalhar os requisitos gerais e específicos constantes desta Lei.

Art. 7º O ingresso na linha militar bélica de ensino permitido a candidatos do sexo feminino deverá ser viabilizado em até 5 (cinco) anos a contar da data de publicação desta Lei.

Art. 8º As disposições desta Lei aplicam-se sem prejuízo de requisitos e disposições constantes de leis específicas.

Art. 9º Esta Lei não se aplica aos concursos cujos editais já tenham sido publicados na data de sua entrada em vigor.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de agosto de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
Celso Luiz Nunes Amorim
José Eduardo Cardozo